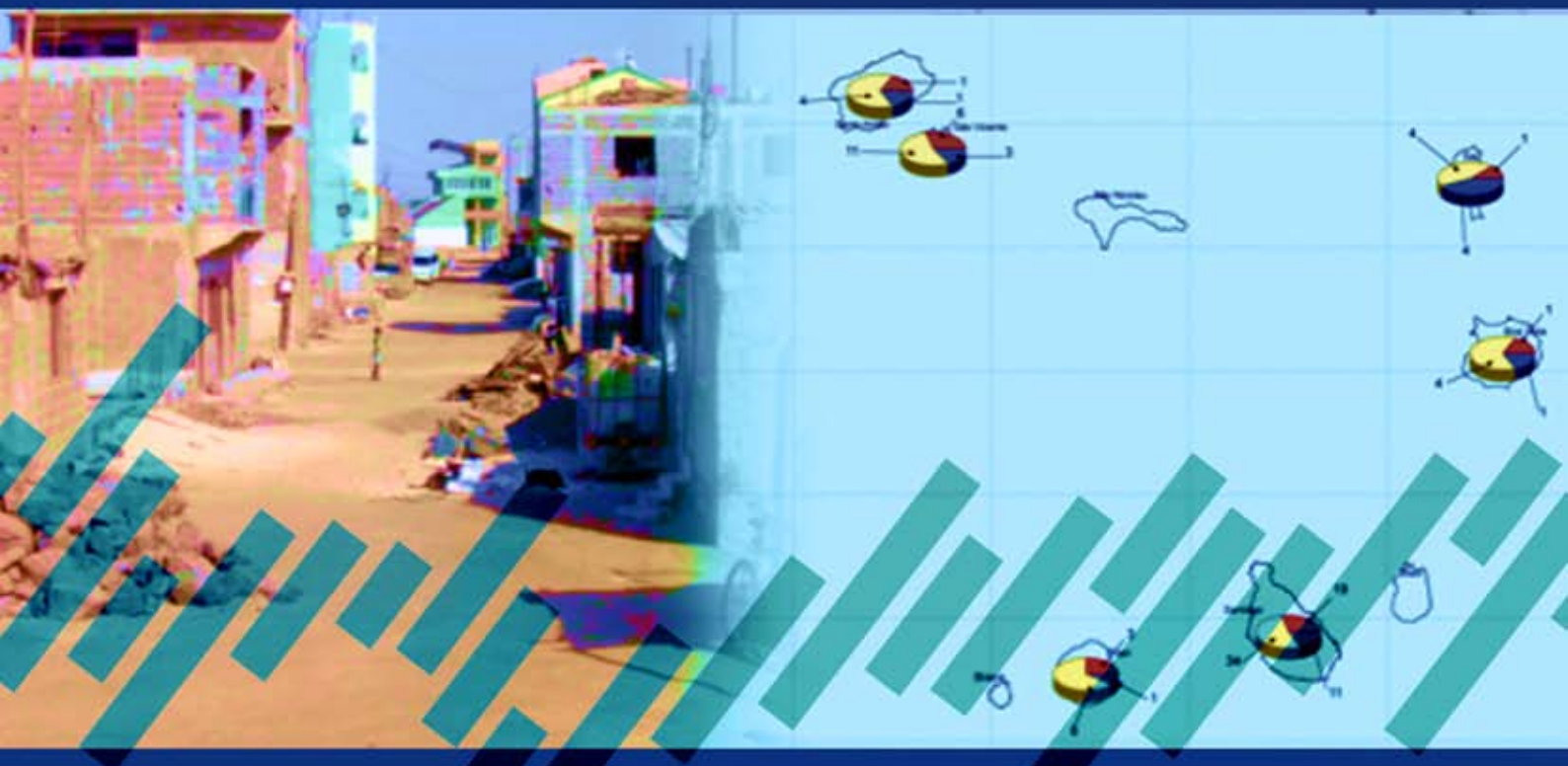




Ministério  
de Ambiente, Habitação e  
Ordenamento do Território



# ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A VIOLÊNCIA URBANA EM CABO VERDE



**MÉTODO DE AVALIAÇÃO RÁPIDA - RSA**

OUTUBRO DE 2011

**ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A  
VIOLÊNCIA URBANA EM CABO VERDE**

# FICHA TÉCNICA

## **Entidade responsável pelo estudo**

- Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território - MAHOT

## **Parceria**

- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT)

## **Comité Técnico**

1. Representante da Equipa técnica do MAHOT
2. Representante do Gabinete do Primeiro Ministro
3. Representante da Unidade de Coordenação da Reforma do Estado
4. Representante do Ministério da Família, Juventude e Emprego
5. Representante do Ministério da Administração Interna
6. Representante do Ministério da Justiça
7. Representante da Polícia Nacional
8. Representante da Polícia Judiciária
9. Representante da CNDHC
10. Representante do ICIEG
11. Representante da ANMCV
12. Representante da Fundação ACRIDES
13. Representante da Associação Zé Moniz
14. Representante da Associação Pro Praia
15. Representante da Citi Habitat
16. Representante da Solmi
17. Representante da UNICV
18. Representante da Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde
19. Representante da Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde
20. Representante da Cruz Vermelha de Cabo Verde
21. Representante das Nações Unidas (ONU-HABITAT)

## **Estudo realizado por:**

Cláudio FURTADO, Coordenador  
Augusto PINHEIRO, Especialista em Segurança  
Hélder ALMEIDA, Arquitecto e Urbanista

Assistência técnica na realização de grupos focais:

Amílcar MOREIRA, Antropólogo

## Conteúdo

FICHA TÉCNICA.....	3
1.1. Contexto e Justificação.....	9
1.2. Objectivos .....	9
1.3. Metodologia.....	10
1.3.1. Métodos e técnicas de recolha de dados.....	12
1.3.2. Caracterização demográfica dos centros urbanos em estudo, estatísticas criminais e definição do Plano amostral.....	12
1.3.3. Caracterização da amostra .....	15
1.3.3.1. Jovens e adultos inquiridos .....	15
1.3.3.2. Jovens e adultos vítimas e agressores: caracterização dos inquiridos .....	20
1.3.3.4. Polícia Nacional e Polícia Judiciária: Caracterização dos inquiridos .....	24
<b>2. A dinâmica da organização do espaço urbano em Cabo Verde: o planeamento urbano enquanto dimensão estratégica de gestão das cidades.....</b>	<b>27</b>
Capítulo 3: Espaço Urbano e Violência Urbana: Uma Abordagem Teórica e revisão de literatura especializada.....	32
3.1. Reflexões sobre a violência e a criminalidade em Cabo Verde.....	37
3.2. Contextualizando a amplificação da problemática da violência.....	43
3.3. Dimensões globais da problemática da criminalidade.....	45
3.3.1. Organização e operacionalidade.....	46
<b>4. Violência urbana e sua relação com o desenvolvimento urbano em Cabo Verde: uma análise comparativa e contrastiva .....</b>	<b>50</b>
<b>4.1. Principais características sociodemográficas.....</b>	<b>50</b>
<b>4.2. Evolução comparativa da criminalidade em Cabo Verde.....</b>	<b>52</b>
<b>4.3. A percepção da violência e sua relação com o espaço urbano: uma análise comparativa</b>	<b>62</b>
<b>4.3.1. Percepção sobre a violência urbana .....</b>	<b>62</b>
<b>4.3.2. Exposição à violência urbana .....</b>	<b>65</b>
4.3.3. Exposição à violência urbana .....	66
<b>4.4. A relação entre a infra-estruturação urbana, a evolução da criminalidade e a percepção sobre violência.....</b>	<b>72</b>
4.5. Percepção dos agentes policiais sobre a violência .....	76
<b>Conclusões .....</b>	<b>84</b>
<b>Recomendações.....</b>	<b>95</b>
Bibliografia.....	101

## Índice de quadros

Tabela 1. Repartição da População por Concelho e meio de residência - 2010 .....	12
Tabela 2. Evolução das estatísticas criminais por concelho, segundo estatísticas policiais .....	13
Tabela 3. Distribuição dos grupos focais por municípios.....	14
Tabela 4. Distribuição dos inquiridos segundo a ilha.....	15
Tabela 5. Distribuição dos inquiridos de acordo com os concelhos .....	16
Tabela 6. Distribuição dos inquiridos por sexo .....	17
Tabela 7. Distribuição dos Inquiridos segundo o nível de instrução .....	17
Tabela 8. Distribuição dos Inquiridos segundo a ocupação.....	18
Tabela 9. Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil.....	18
Tabela 10. Distribuição dos inquiridos segundo a religião que professa .....	19
Tabela 11. Distribuição dos inquiridos por ilha .....	20
Tabela 12. Distribuição dos inquiridos por centro urbano.....	21
Tabela 13. Distribuição dos Inquiridos segundo o sexo.....	21
Tabela 14. Distribuição dos inquiridos segundo grupo etário .....	22
Tabela 15. Distribuição dos inquiridos segundo o nível de instrução .....	22
Tabela 16. Distribuição dos inquiridos segundo a ocupação.....	22
Tabela 17. Distribuição dos inquiridos segundo a religião professada .....	23
Tabela 18. Distribuição dos inquiridos segundo a nacionalidade .....	24
Tabela 19. Distribuição dos inquiridos segundo a ilha.....	24
Tabela 20. Distribuição dos inquiridos segundo o sexo.....	25
Tabela 21. Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil.....	25
Tabela 22. Distribuição dos inquiridos segundo a instituição a que pertencem.....	26
Tabela 23. Repartição da população por ilha e concelho, 2010 .....	50
Tabela 24. Repartição da População por Grupo Etário, 2010 .....	51
Tabela 25. Taxa de actividade, ocupação e desemprego por concelho, 2010 .....	52
Tabela 26. Dados de estatísticas criminais de Cabo Verde, 2008-09 .....	53
Tabela 27. Estatísticas de Homicídios, Cabo Verde, 2008-09.....	55
Tabela 28. Estatísticas Criminais - Crimes contra pessoas.....	56
Tabela 29. Estatísticas dos crimes graves contra pessoas .....	56
Tabela 30. Estatísticas sobre CCP, 2004 .....	59
Tabela 31. Estatísticas CCPT, 2008-2009.....	59
Tabela 32. Evolução da criminalidade entre 1996-2006.....	60
Tabela 33. Estatísticas CCPT graves ou violentos .....	61
Tabela 34. Nível de preocupação em relação à violência por município .....	63
Tabela 35. Percepção dos inquiridos relativamente à situação do bairro de residência, por Município .....	65
Tabela 36. Inquiridos que, no último ano, foram vítimas de crimes violentos por município .....	67
Tabela 37. Inquiridos que tiveram suas casas assaltadas ou depredadas, por Município .....	67
Tabela 38. Opinião dos inquiridos sobre a origem social dos autores dos crimes, segundo o Município ..	68
Tabela 39. Opinião dos inquiridos sobre a categoria socio-demográfica dos agressores .....	69
Tabela 40. Distribuição dos autores da violência segundo género, por Município .....	70
Tabela 41. Inquiridos ou membros das famílias vítimas de violência nos últimos doze meses.....	71
Tabela 42. Existência de grupos de jovens violentos nos bairros por Município .....	72
Tabela 43. Inquiridos que afirmam que os grupos juvenis praticam distúrbios nos bairros.....	73

Tabela 44. Influência do tráfico de drogas no cometimento e aumento da violência, por Município .....	74
Tabela 45. Opinião dos Inquiridos sobre os factores causadores ou facilitadores da violência, por Município .....	75
Tabela 46. Tipos de crimes para os quais a policia é chamada a intervir.....	76
Tabela 47. Opinião da Polícia sobre a evolução da criminalidade, por ilha.....	77
Tabela 210. Existência de grupos juvenis organizados por centro urbano.....	104
Tabela 211. Grupos juvenis organizados e provação de distúrbios .....	104
Tabela 212. Grupos juvenis que roubam e assaltam.....	105
Tabela 213. Inquiridos e o grau de violência à noite.....	105

### **Tabela de Ilustração**

Ilustração 1. Distribuição dos inquiridos por grupo etário .....	16
Ilustração 2. Distribuição dos inquiridos por sexo.....	17
Ilustração 3. Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil .....	18
Ilustração 4. Distribuição dos inquiridos segundo a nacionalidade.....	19
Ilustração 5. Distribuição dos inquiridos segundo grupo etário.....	22
Ilustração 6. Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil .....	23
Ilustração 7. Distribuição dos inquiridos segundo a nacionalidade.....	24
Ilustração 8. Distribuição dos inquiridos segundo os concelhos/cidades.....	25
Ilustração 9. Dados de estatísticas criminais de Cabo Verde, 2008-09.....	53
Ilustração 10. Crimes graves contra pessoas.....	56
Ilustração 11. Estatísticas de Crimes contra pessoas e propriedades.....	59
Ilustração 12. Evolução da criminalidade, 1996-2006 .....	60
Ilustração 13. Nível de preocupação em relação à violência.....	63
Ilustração 14. Percepção dos inquiridos relativamente à situação do bairro de residência, por Município	64
Ilustração 15. Inquiridos ou seus familiares vítimas de crimes violentos no último ano .....	65
Ilustração 16. Inquiridos que pensam mudar de residência por insegurança, por Município.....	65
Ilustração 17. Inquiridos que tiveram suas casas assaltadas ou depredadas, por Município.....	68
Ilustração 18. Opinião dos inquiridos sobre a categoria socio-demográfica dos agressores .....	69
Ilustração 19. Inquiridos ou membros das famílias vítimas de violência nos últimos doze meses .....	71
Ilustração 20. Influência do tráfico de drogas no cometimento e aumento da violência, por Município.....	74
Ilustração 21. Opinião dos Inquiridos sobre os factores causadores ou facilitadores da violência, por Município .....	75
Ilustração 22. Opinião da Polícia sobre a evolução da criminalidade, por ilha .....	77

## ACRÓNIMOS

CEDEAO	Comunidade Económica do Estados da África do Oeste
CPP	Crimes Contra Pessoas
CCPT	Crimes Contra Propriedade
CRFG	Comando Regional do Fogo
CRP	Comando Regional da Praia
CRSA	Comando Regional de Santo Antão, Ribeira Grande
CRSAL	Comando Regional do Sal, Espargos
CRSC	Comando Regional de Santa Catarina, Assomada
CRSV	Comando Regional de S. Vicente
DNPN	Direcção Nacional da Polícia Nacional
DPOG	Direcção Geral de Administração, Praia
EBI	Ensino Básico Integrado
EPASA	Esquadra da Achada de Santo António, ASA
EPBR	Esquadra da Brava, Cidade de Nova Sintra
EPBV	Esquadra da Boavista, Sal Rei
EPEL	Esquadra de Achada Eugénio Lima, Eugénio Lima
EPFAZ	Esquadra da Fazenda, Fazenda
EPM	Esquadra dos Mosteiros, Cidade de Igreja
EPP	Esquadra do Paul, Cidade das Pombas
EPPAL	Esquadra do Palmarejo, Palmarejo
EPPN	Esquadra do Porto Novo, Cidade de Porto Novo, Santo Antão
EPRG	Esquadra da Ribeira Grande de Santiago, Cidade Velha
EPSC	Esquadra de Santa Catarina, Assomada
EPSF	Esquadra de Achada São Filipe, Achada São Filipe, Praia
ESF	Esquadra de São Filipe, Cidade de São Filipe, Fogo
ETR, EPTR	Esquadra de Trânsito, ASA, Praia

INE	Instituto Nacional de Estatística
ONE – UN	Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde
ONU- Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PN	Polícia Nacional
PJ	Polícia Judiciária
MAHOT	Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
MAI	Ministério da Administração Interna
QUIBB	Questionário Unificado dos Indicadores de Bem-estar
RSA	Rapid Situation Assessment



## **Introdução**

### **1.1. Contexto e Justificação**

O Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT), em parceria com Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) e no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano Local assinado em 2009 e inscrito no Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde (ONE UN), realizou o presente estudo qualitativo e quantitativo, aplicando o método de avaliação rápida (RSA) visando uma avaliação rigorosa de uma eventual relação entre a organização do espaço urbano e a violência urbana.

O estudo foi realizado nos centros urbanos das ilhas de Santiago, Santo Antão, São Vicente, Sal, Boa Vista, Fogo e Brava e objectiva fornecer dados, informações e pistas explicativas que poderão fornecer *inputs* para o desenvolvimento de políticas, programas e acções que levem a, por um lado, a melhor organização do espaço urbano e, por outro, diminuir acções de violência que possam ter um impacto socialmente prejudicial a nível da sociabilidade urbana e com efeitos indirectos na economia, impactando também negativamente na qualidade de vida das populações residentes nesses mesmos espaços ou que por eles transitem.

A partir de uma análise preliminar dos dados existentes sobre a criminalidade, a violência urbana não é um fenómeno espontâneo e isolado. Ela é o resultado de uma sociedade caracterizada pela desigualdade e a exclusão e por certa falta de controlo institucional e social. Assim, a violência poderá ser fomentada por ambientes urbanos pouco estruturados que não fornecem o acesso facilitado aos serviços sociais de base. Além disso, as respostas dos sectores, tais como a justiça, são muitas vezes caracterizadas sobretudo pelas forças policiais, o aparelho judiciário e os serviços penitenciários como os principais actores de intervenção na matéria da prevenção e resposta ao fenómeno da violência urbana e garantia de acesso facilitado aos serviços sociais de base como direito de cidadania. Essa situação pode gerar um ambiente de intolerância, sobretudo da parte dos mais vulneráveis provocando reacções violentas no ambiente urbano, caracterizado cada vez mais por mudanças rápidas de paradigma na convivência, estruturação e ordenamento de território e nos comportamentos e atitudes na vida cidadina.

### **1.2. Objectivos**

O estudo tem o objectivo de realizar uma análise da situação da organização do espaço urbano em Cabo Verde e sua relação com a violência urbana bem como identificar estratégias

específicas e prioritárias de modo a fortalecer a capacidade de resposta das diversas instituições visando intervenções de proximidade.

Em termos específicos, são estes os objectivos:

- Caracterizar o fenómeno do desenvolvimento urbano em Cabo Verde;
- Caracterizar o fenómeno da violência urbana em Cabo Verde;
- Identificar a relação existente entre a organização do espaço urbano e a violência urbana;
- Identificar os factores contextuais do ordenamento do território que influenciam o fenómeno da violência e da criminalidade;
- Identificar o papel dos diferentes actores no planeamento e desenvolvimento urbano e prevenção da violência urbana;
- Determinar as prioridades de intervenção nesses dois fenómenos;
- Identificar e mobilizar os parceiros chaves.

Assim, o estudo propôs atingir os seguintes resultados:

- Dados sobre os novos paradigmas do desenvolvimento urbano em Cabo Verde;
- Dados qualitativos e quantitativos sobre a situação da violência urbana em Cabo Verde;
- Compreensão da relação entre o ordenamento do território e da violência urbana;
- Melhor compreensão do papel dos diferentes actores no planeamento e desenvolvimento urbano e prevenção da violência urbana;
- Estratégias prioritárias de intervenção devidamente identificadas.

### **1.3. Metodologia**

De uma forma global, o estudo fez recurso ao Rapid Situation Assessment (RSA) enquanto um método de pesquisa social que faz a combinação de diferentes técnicas de recolha de dados quantitativos e qualitativos com vista a avaliar a natureza e a extensão de determinadas questões sociais, comportamentais, socio-ambientais, etc., tais como a pobreza humana, criminalidade, violência, incivildades, uso abusivo de drogas, etc. Este método permite, de uma forma rápida, a compilação de informações, estudos já existentes e intervenções em

curso sobre o fenómeno a ser estudado sendo esses mesmos dados recolhidos tomados na pesquisa como informações secundárias servindo de base para a recolha dos novos dados primários baseando-se nos objectivos e resultados propostos. Com efeito, o momento do estudo serve para identificar as estratégias específicas de intervenção e monitorização do fenómeno em análise com vista a adopção de um plano de acção tendo em conta os resultados obtidos com a pesquisa RSA.

Assim, para o presente estudo as opções metodológicas assentaram-se no seguinte: (i) Num primeiro momento, foram levantadas informações sobre as estatísticas criminais, estudos e informações sobre a juventude e a violência urbana, a estruturação do espaço urbano, designadamente a distribuição e o acesso às infra-estruturas, serviços e bens de primeira necessidade; (ii) A partir da análise das informações recolhidas procedeu-se ao desenho e realização de inquéritos a: a) Jovens e Adultos para a identificação da percepção sobre a violência urbana; b) Jovens e adultos vítimas e agressores; c) Polícias (Policia Nacional (PN) e Policia Judiciária (PJ)); iii) Realização de grupos focais com presos por violência urbana e com moradores dos bairros dos centros urbanos referenciados pelas estatísticas policiais como sendo as mais violentas.

Os inquéritos que serviram de base ao presente estudo foram realizados nas ilhas de Santiago nomeadamente na Praia, Santa Catarina (Assomada), Santa Cruz (Pedra Badejo) e Tarrafal (Mangui e Chão Bom), São Vicente (Mindelo), Sal (Espargos e Santa Maria), Santo Antão (cidade de Porto Novo), Fogo (São Filipe - Cidade de S. Filipe) e Brava (Nova Sintra e Furna).

De referir que os centros urbanos dos municípios recobertos pelo inquérito possuem, de acordo com dados do Censo de 2010, 76,9% da população do país. No que diz respeito à população urbana, ela representava em 2010 cerca de 61,8% da população do país. Nos centros urbanos mais importantes de Cabo Verde, a saber Praia e Mindelo, a população urbana representa respectivamente 96,6% e 92,6%.

No que diz respeito às estatísticas criminais fornecidas pela Policia Nacional, como se poderá ver do presente estudo, as cidades da Praia e do Mindelo são, em termos comparativos, as que maiores ocorrências apresentam, sem esquecer as demais retidas no presente estudo, mostrando a abrangência do estudo, permitindo uma extrapolação para o todo nacional.

### 1.3.1. Métodos e técnicas de recolha de dados

Para a realização do estudo sobre a organização do espaço urbano e sua relação com a violência urbana em Cabo Verde fez recurso a uma abordagem de natureza socio-demográfica e socio-espacial, procurando dimensionar a abrangência estatística do fenómeno, a percepção social e a busca dos factores e das determinantes do fenómeno da violência urbana. Neste sentido, tal abordagem assenta-se essencialmente na metodologia usada pelas ciências sociais, associando a um só tempo métodos quantitativos (inquéritos) e qualitativos (entrevistas, grupos focais e observação). O ângulo de análise privilegiado e que resulta dos objectivos do estudo é o da busca de eventuais correlações entre o tecido urbano, isto é, a forma como o espaço urbano é planeado, construído e apropriado e como esse processo de construção e apropriação pode ser indutor, facilitador ou bloqueador de situações de violência.

Foram realizados três tipos de inquéritos, recobrando três populações-alvo, a saber:

- a) Adultos e jovens e sua percepção sobre a violência urbana nos espaços em que habitam
- b) Adultos e Jovens vítimas e agressores
- c) Polícia Nacional e Polícia Judiciária.

### 1.3.2. Caracterização demográfica dos centros urbanos em estudo, estatísticas criminais e definição do Plano amostral

Dados do recenseamento geral da população de 2010 confirmam a tendência de urbanização da população cabo-verdiana. Com efeito, segundo esses dados cerca de 61,8% da população do país habitava os centros urbanos, quando uma década atrás, essa percentagem situava-se em 53,8%, significando um aumento de sete pontos percentuais.

**Tabela 1. Repartição da População por Concelho e meio de residência - 2010**

Concelho	Total /Efectivo	Urbano		Rural	
		Efectivo	%	Efectivo	%
Porto Novo	17.993	9.430	52,4	8.563	47,2
S. Vicente	76.107	70.468	92,6	5.639	7,4
Sal	25.657	23.839	92,9	1.818	7,1
Boavista	9.162	5.407	59,0	3.755	41,0
Tarrafal	18.565	6.177	33,3	12.388	66,2
Santa Catarina	43.297	12.026	27,8	31.271	72,2
Santa Cruz	26.609	9.345	35,1	17.264	64,9
Praia	132.317	127.832	96,6	4.485	3,4
S. Filipe	22.228	8.125	36,6	14.103	63,4
Brava	5.995	1.127	18,8	4.868	81,2
<b>Cabo Verde</b>	<b>491.575</b>	<b>303.673</b>	<b>61,8</b>	<b>187.902</b>	<b>38,2</b>

Fonte: Dados preliminares do Censo de 2010, INE.

De entre os municípios retidos para o estudo, Praia (96,6%), Sal (92,9%) e S. Vicente (92,6%) apresentam uma taxa de urbanização superior à média nacional. No entanto, Boavista (59%) e Porto Novo (52,4%) já têm mais da metade de sua população a viver em centros urbanos.

Os concelhos com menor taxa de urbanização são Brava (18,2%), Santa Catarina (27,8), Tarrafal 33,3%), Santa Cruz (35,1%) e S. Filipe (36,6%).

**Tabela 2. Evolução das estatísticas criminais por concelho, segundo estatísticas policiais<sup>1</sup>**

Concelhos	Criminalidade	
	2009	2010*
Praia	4.729	2.107
S. Vicente	2.750	1.094
Porto Novo	230	108
Sal	2.468	494
Boavista	687	208
S. Filipe	944	347
Brava	373	116
Santa Catarina	1.007	643
Tarrafal	786	341
Santa Cruz	606	322
<b>Cabo Verde</b>	<b>21.967</b>	<b>5.304</b>

Fonte: PN. Evolução das estatísticas criminais \* Dados referentes apenas ao primeiro semestre

Se é verdade que os centros urbanos e os municípios nos quais estão inseridos representam a maioria da população do país, isto é 76,9% e 90,15% da população urbana, também a nível das estatísticas criminais, tanto os crimes contra pessoas quanto os contra propriedades registados pela Polícia Nacional (PN) mostram a sua maior incidência nesses municípios.

Com efeito, em 2009 e durante o primeiro semestre de 2010, os municípios retidos para o estudo concentraram respectivamente 66,4% e 84% do total dos crimes registados pela PN. Estes dados relativos à criminalidade confirmam a adequação da escolha desses municípios e dos centros urbanos que os compõem para a realização do presente estudo.

#### **a) Estudo quantitativo**

Inicialmente, e de acordo com o plano amostral que consta do Protocolo de Pesquisa, para o inquérito aos jovens e adultos projectou-se inquirir cerca de 1.907 pessoas, sendo 832 jovens e

<sup>1</sup> Infelizmente os dados estatísticos disponíveis e disponibilizados para 2010 referem-se apenas ao primeiro semestre. Dados mais específicos e numa perspectiva evolutiva são fornecidos e analisados no corpo do trabalho.

1075 adultos; Para os jovens e adultos envolvidos em situação de violência urbana como vítimas e/ou agressores, 105; e 151 polícias, sendo 22 da Polícia Judiciária e 129 da Polícia Nacional. Contudo, foram efectivamente inquiridos cerca de 1897 jovens e adultos dos diversos centros urbanos retidos para o estudo, 56 vítimas e agressores e 117 polícias. Uma análise mais global e pormenorizada dos inquiridos será feita mais à frente.

Deve-se, contudo, desde logo assinalar que as vítimas e agressores inquiridos representa cerca de 50% do previsto, o que resulta da escolha metodológica de se inquirir apenas os que, no inquérito global aos jovens e adultos, tenham afirmados sido vítimas e/ou agressores e que se dispusessem a responder ao segundo inquérito mais focalizado na vivência como vítima e/ou agressor.

### b) Estudo qualitativo

O estudo qualitativo assentou-se em duas fontes principais de informação:

- i) Realização de grupos focais
- ii) Realização de entrevistas aprofundadas a informantes-chave

Os grupos focais foram realizados com dois grandes categorias socio-demográficas. O primeiro é o dos reclusos das cadeias centrais da Praia e do Mindelo e envolvidos especificamente em crimes contra pessoas ou contra a propriedade. Neste caso, foram realizados quatro grupos focais, sendo dois na Praia (rapazes e homens, por um lado, e raparigas e mulheres, por outro) e dois em S. Vicente.

O segundo reagrupou, a nível dos bairros dos centros urbanos estudados, residentes que pudessem e quisessem reflectir sobre o nível, impacto e determinantes da violência, bem como sua eventual correlação com a estruturação e desenvolvimento do espaço urbano.

**Tabela 3. Distribuição dos grupos focais por municípios.**

<b>Município</b>	<b>Número de Grupos focais realizados</b>
Praia	2
Santa Catarina	2
Tarrafal	2
Santa Cruz	2
S. Filipe	2
Sal	2
S. Vicente	2
Boavista	2
Porto Novo	2
<b>Total</b>	<b>18</b>

Outro aspecto fundamental para o estudo qualitativo prende-se com visitas locais aos principais bairros dos centros urbanos com excepção de Nova Sintra na ilha da Brava por motivos logísticos onde se pôde verificar *in loco* os constrangimentos e a influência do espaço urbano na qualidade de vida das pessoas. A observação no terreno em vários momentos do dia, da semana e épocas do ano diferente, conversas informais com a população, análise da vivência e necessidade dos mesmos comparativamente entre bairros degradados e bairros minimamente planeados revelou-se igualmente importante para o estudo.

### 1.3.3. Caracterização da amostra

#### 1.3.3.1. Jovens e adultos inquiridos

Como referido, uma primeira dimensão do estudo consistiu em avaliar a percepção de jovens e adultos dos centros urbanos retido sobre o sentimento em relação ao nível e à dimensão da violência e a criminalidade, por um lado, e o impacto da forma como o espaço urbano se encontra organizado e é gerido e apropriado na própria dimensão da violência.

Como se pode aprender da leitura do quadro nº 4, foram inquiridos um total de 1.897 pessoas, sendo 52% dos centros urbanos de Santiago (Praia, Assomada, Mangui e Pedra Badejo), 25,9% do Mindelo e os demais centros urbanos apresentam uma representatividade menor, atingindo cerca de 22%.

**Tabela 4. Distribuição dos inquiridos segundo a ilha**

Ilhas	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida
Santo Antão	112	5,9	5,9
São Vicente	491	25,9	25,9
Sal	88	4,6	4,6
Boavista	27	1,4	1,4
Santiago	992	52,3	52,3
Fogo	124	6,5	6,5
Brava	63	3,3	3,3
Total	1.897	100,0	100,0

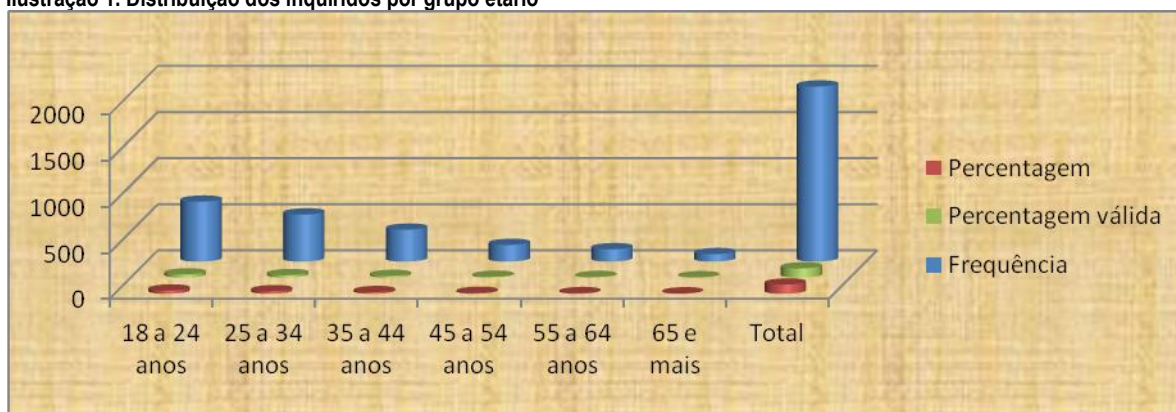
Aliás, os dados desagregados constantes do quadro nº 5 realçam o peso da cidade da Praia (42%) e Mindelo (25.9%), totalizando 77%, ou seja mais de dois terços dos inquiridos. Trata-se de uma percentagem que resultado do peso efectivo dessas duas cidades na conformação da população urbana do país como, aliás, se pode constatar da análise do quadro nº1.

**Tabela 5. Distribuição dos inquiridos de acordo com os concelhos**

Municípios/cidades	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
Porto Novo	111	5,9	5,9
São Vicente	491	25,9	25,9
Sal	88	4,6	4,6
Boavista	27	1,4	1,4
Tarrafal	20	1,1	1,1
Santa Catarina	51	2,7	2,7
Santa Cruz	119	6,3	6,3
Praia	803	42,3	42,3
São Filipe	124	6,5	6,5
Brava	63	3,3	3,3
Total	1.897	100,0	100,0

Quando se analisa o perfil dos inquiridos em termos de idade, apercebe-se, pela leitura do gráfico nº 1, que 61% tem menos de 35 anos, sendo que 32% apresenta menos de 24 anos.

**Ilustração 1. Distribuição dos inquiridos por grupo etário**



Em contrapartida, apenas 4,2% dos inquiridos têm mais de 65 anos de idade e 16,5% entre os 25 e os 64 anos. A estrutura amostral se aproxima da estrutura etária da população, tendo por base os dados do Censo de 2010, apresentando a população cabo-verdiana uma característica marcadamente jovem ainda que a população idosa tem vindo a crescer resultado da diminuição da taxa de mortalidade e do aumento da esperança de vida.

Do total dos inquiridos, cerca de 53% são mulheres e 46,8% são homens. Aqui a proporção dos inquiridos segundo o sexo apresenta uma pequena distorção quando comparada com a estrutura global da população cabo-verdiana, particularmente nos centros urbanos. Se é verdade que a população feminina total é superior à masculina, representando 50,5% segundo dados do Censo de 2010. Nos centros urbanos, segundo dados do censo a percentagem de

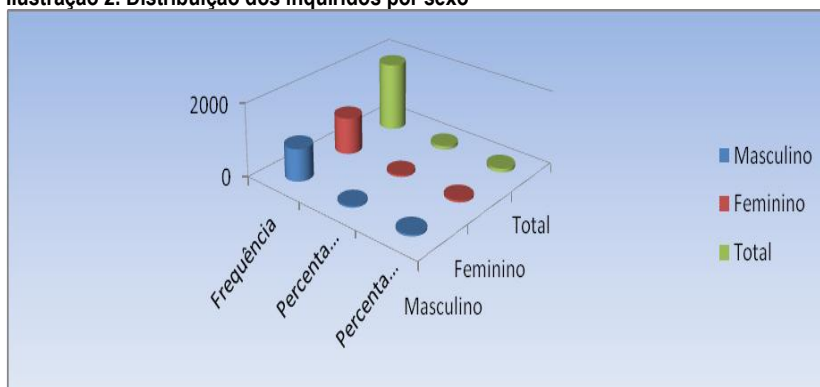


homens é de cerca de 49,8%. No entanto, este pequeno desvio não compromete a representatividade da amostra e, portanto, a extrapolação dos resultados do presente estudo.

**Tabela 6. Distribuição dos inquiridos por sexo**

Sexo	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
Masculino	887	46,8	46,8
Feminino	1.010	53,2	53,2
Total	1.897	100,0	100,0

**Ilustração 2. Distribuição dos inquiridos por sexo**



A análise do nível de instrução dos inquiridos mostra que apenas 7,1% não possui nenhum grau de escolarização, e que não se encontra muito longe daquilo que acontece em termos gerais, com uma queda progressiva do analfabetismo, com particular realce entre os jovens.

No entanto, a percentagem dos que possuem um nível de escolaridade relativamente baixo (Pré-escolar, alfabetização e Ensino Básico Integrado) continua relativamente elevado, atingindo cerca de 46,1%.

**Tabela 7. Distribuição dos Inquiridos segundo o nível de instrução**

Nível de instrução	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
Nenhum	134	7,1	7,1
Pré-escolar	76	4,0	4,0
Alfabetização	143	7,5	7,5
EBI	656	34,6	34,6
Secundário	706	37,2	37,2
Curso médio	81	4,3	4,3
Superior	101	5,3	5,3
Total	1.897	100,0	100,0

Constata-se que os que possuem o ensino secundário corresponde a 37,2% dos inquiridos e os que possuem cursos médio e superior é de 9,6%, aproximando-se do que efectivamente ocorre a nível da população.

A proporção dos inquiridos em situação de desemprego é relativamente elevada, atingindo cerca de 38%, muito superior à média nacional, estimada, segundo o QUIBB 2007, em cerca de 17%. Contudo, entre os jovens a taxa de desemprego sempre foi elevada, ultrapassando um quarto.

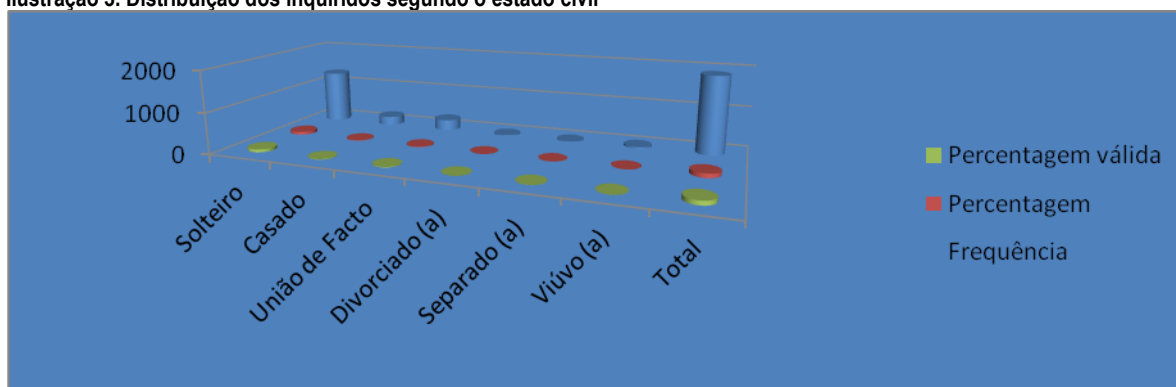
A percentagem dos que se declararam empregados no momento da realização do inquérito era de 39%, apenas um ponto percentual maior do que os desempregados. Os reformados representam 3,6%, os incapacitados 2,2% e estudantes 15%.

**Tabela 8. Distribuição dos Inquiridos segundo a ocupação**

Ocupação	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
Desempregado	723	38,1	38,1
Empregado	739	39,0	39,0
Estudante	284	15,0	15,0
Reformado	69	3,6	3,6
Incapacitado	41	2,2	2,2
Outro	41	2,2	2,2
Total	1.897	100,0	100,0

Mais de dois terços dos inquiridos (69,4%) são solteiros, enquanto cerca de um quarto (26,1%) são casados ou vivem em união de factos. Os divorciados, separados e viúvos são pouco significativos, representando cerca de 4,4% dos inquiridos.

**Ilustração 3. Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil**



**Tabela 9. Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil**

<b>Estado Civil</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>	<b>Percentagem válida</b>
Solteiro	1.317	69,4	69,4
Casado	222	11,7	11,7
União de Facto	274	14,4	14,4
Divorciado (a)	23	1,2	1,2
Separado (a)	21	1,1	1,1
Viúvo (a)	40	2,1	2,1
Total	1.897	100,0	100,0

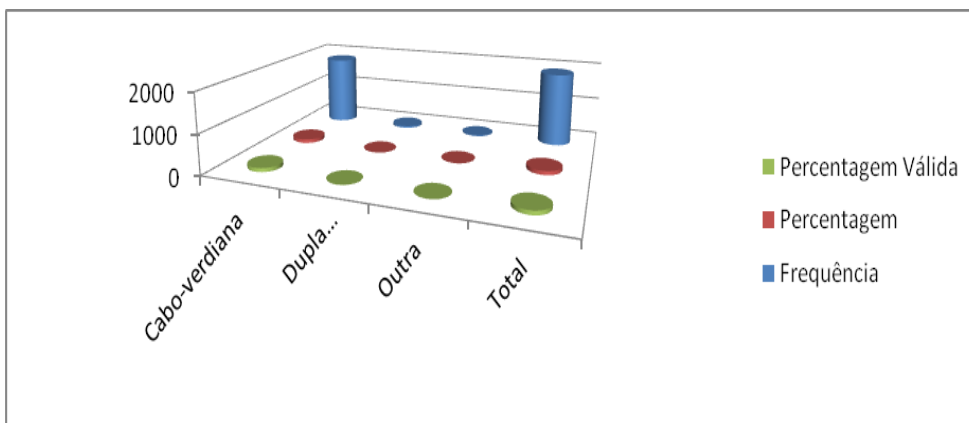
A grande maioria dos inquiridos (75,8%) afirmar ser católica, enquanto que 12% afirma não professar nenhuma religião. As religiões protestantes (nazarena, adventista) e os Testemunhos de Jeová representam cerca de 6,9% dos inquiridos.

**Tabela 10.** Distribuição dos inquiridos segundo a religião que professa

<b>Religião</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>	<b>Percentagem válida</b>
Católica	1.438	75,8	75,8
Protestante	56	3,0	3,0
Adventista	41	2,2	2,2
Testemunha de Jeová	32	1,7	1,7
Sem religião	230	12,1	12,1
Outra	100	5,3	5,3
Total	1.897	100,0	100,0

Estes dados aproximam-se muito dos resultados do Censo de 2010 que aponta que 77,3% afirmaram ser católicos, 1,9% professam o racionalismo cristão 1,7% são nazarenos e 1,5% adventistas. De igual modo, 10,8% dos cabo-verdianos afirmaram não praticar nenhuma religião.

Do total dos inquiridos 96,6% são cabo-verdianos 0,8% estrangeiros e 2,6% possuem dupla nacionalidade.



### 1.3.3.2. Jovens e adultos vítimas e agressores: caracterização dos inquiridos

A partir do inquérito aos jovens e adultos procedeu-se ao despiste dos inquiridos que terão sido vítimas ou agressores. Com base nesse levantamento foi realizado um inquérito específico com este grupo, com a finalidade de apreender, no caso dos agressores, as determinantes explicativas da entrada no mundo da delinquência e, para as vítimas o contexto em que tal ocorreu e potenciais explicações para o facto.

Como se pode ver a partir da leitura do quadro nº 13, foram inquiridos um total de 56 pessoas, com uma distribuição relativamente equilibrada entre os diversos centros urbanos inquiridos, ainda que S. Vicente (21,4%) e Santiago (19,6%) estejam melhor representados, o que é facilmente explicada pela dimensão demográfica dessas ilhas.

Tabela 11. Distribuição dos inquiridos por ilha

Ilha	Frequência	Percentagem	Percentagem
Santo Antão	8	14,3	14,3
São Vicente	12	21,4	21,4
Sal	6	10,7	10,7
Boavista	4	7,1	7,1
Santiago	11	19,6	19,6
Fogo	7	12,5	12,5
Brava	8	14,3	14,3
Total	56	100,0	100,0

Quando se analisa a nível das cidades, o equilíbrio dos dados a nível das ilhas constatada no quadro nº 13, tende a desfazer-se. Com efeito, do total dos inquiridos, 19,6% são da cidade da Praia e 21,4% da cidade do Mindelo, significando que cerca de 40% dos inquiridos habitam essas duas cidades. Porto Novo (14,3%) e S. Filipe (12,5%) são as outras duas cidades melhor representadas na amostra.

**Tabela 12. Distribuição dos inquiridos por centro urbano**

	Frequência	Percentagem	Percentagem	Percentagem Acumulada
Praia	11	19,6	19,6	19,6
Mindelo	12	21,4	21,4	41,1
Espargos	4	7,1	7,1	48,2
Santa Maria	2	3,6	3,6	51,8
São Filipe	7	12,5	12,5	64,3
Porto Novo	8	14,3	14,3	78,6
Sal Rei	4	7,1	7,1	85,7
Nova Sintra	4	7,1	7,1	92,9
Furna	4	7,1	7,1	100,0
Total	56	100,0	100,0	

Quando se analisa a distribuição dos inquiridos por sexo constata-se uma maior presença dos homens (57,1%) contra 42,9% de mulheres. A maior presença de homens pode justificar-se, por um lado, porque os agressores tendem a ser preferencialmente masculinos (cf. Cardoso, 2010 e estatísticas criminais) e as mulheres enquanto vítimas tendem a preferir não expor a situação por que passaram.

**Tabela 13. Distribuição dos Inquiridos segundo o sexo**

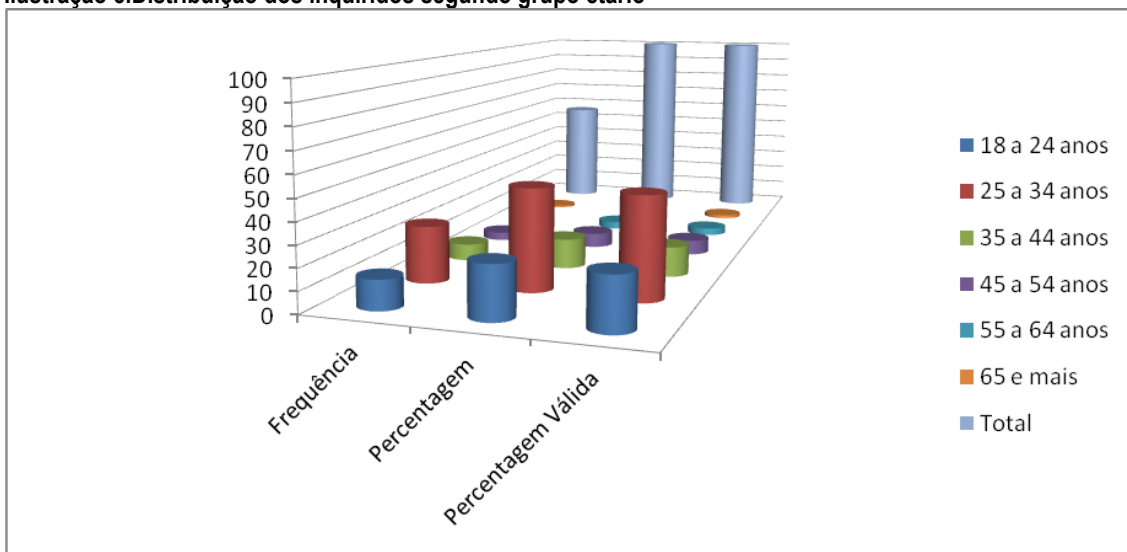
Sexo	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
Masculino	32	57,1	57,1
Feminino	24	42,9	42,9
Total	56	100,0	100,0

Cerca de 73% dos inquiridos tem idade compreendida entre os 18 e os 34 anos, ressalvando que um quarto tem menos de 24 anos. Vê-se, por conseguinte, que os inquiridos, vítimas e agressores são maioritariamente jovens.

**Tabela 14. Distribuição dos inquiridos segundo grupo etário**

Idade	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
18 a 24 anos	14	25,0	25,0
25 a 34 anos	27	48,2	48,2
35 a 44 anos	8	14,3	14,3
45 a 54 anos	4	7,1	7,1
55 a 64 anos	2	3,6	3,6
65 e mais	1	1,8	1,8
Total	56	100,0	100,0

**Ilustração 5. Distribuição dos inquiridos segundo grupo etário**



**Tabela 15. Distribuição dos inquiridos segundo o nível de instrução**

Nível de instrução	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Nenhum	5	8,9	8,9
Pré-escolar	2	3,6	3,6
Alfabetização	3	5,4	5,4
EBI	27	48,2	48,2
Secundário	15	26,8	26,8
Superior	4	7,1	7,1
Total	56	100,0	100,0

Relativamente ao nível de instrução quase a metade dos inquiridos (48,2%) possui o ensino básico complementar, enquanto que 26,8% o ensino secundário. Apenas 8,9% não possui qualquer nível de instrução e 7% o ensino superior.

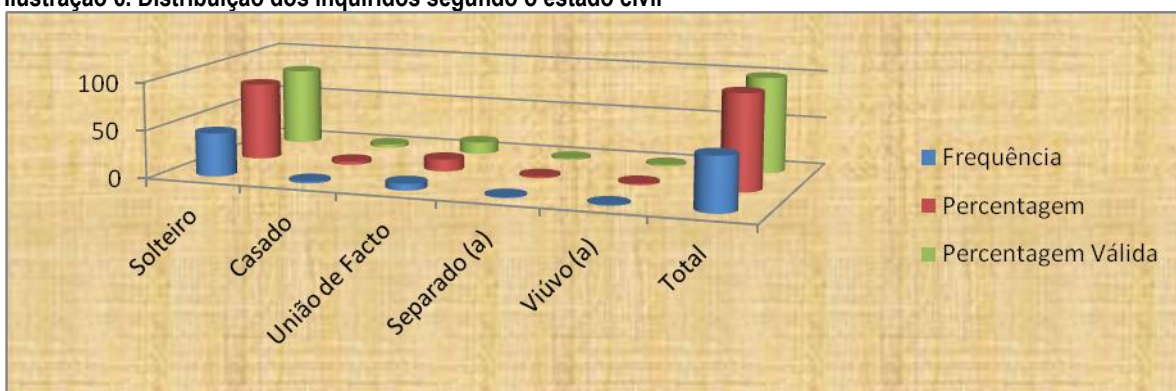
Já no que diz respeito à situação em termos de ocupação, constata-se que cerca de dois terços dos inquiridos (66,1%) estavam desempregados, contra apenas 26,8% empregados. A situação de precariedade em termos de acesso aos rendimentos é, portanto, bem evidente.

**Tabela 16. Distribuição dos inquiridos segundo a ocupação**

Ocupação	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Desempregado	37	66,1	66,1
Empregado	15	26,8	26,8
Estudante	3	5,4	5,4
Reformado	1	1,8	1,8
Total	56	100,0	100,0

No que diz respeito ao estado civil, constata-se que 80,4% dos inquiridos solteiros e 12,5% vivem em união de facto e apenas 3,6% são casados.

**Ilustração 6. Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil**



Quando se analisa a religião professada pelos inquiridos observa-se que uma relativa inflexão relativamente aos inquiridos jovens e adultos. Com efeito, quase um terço (32,1%) dos inquiridos vítimas ou agressores dizem não ter religião, enquanto 48,2% afirmam ser católicos.

**Tabela 17. Distribuição dos inquiridos segundo a religião professada**

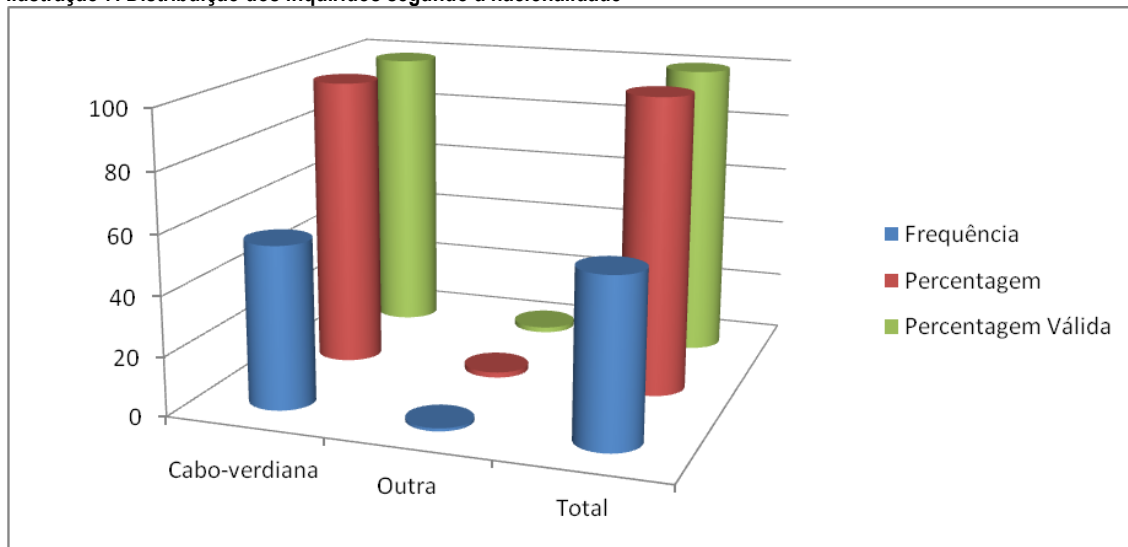
Religião	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Católica	27	48,2	48,2
Protestante	2	3,6	3,6
Adventista	1	1,8	1,8
Testemunha de Jeová	2	3,6	3,6
Sem religião	18	32,1	32,1
Outra	6	10,7	10,7
Total	56	100,0	100,0

Quando se analisa a nacionalidade dos inquiridos, constata-se que a quase totalidade (98,2%) são cabo-verdianos.

**Tabela 18. Distribuição dos inquiridos segundo a nacionalidade**

Nacionalidade	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Cabo-verdiana	55	98,2	98,2
Outra	1	1,8	1,8
Total	56	100,0	100,0

**Ilustração 7. Distribuição dos inquiridos segundo a nacionalidade**



#### 1.3.3.4. Polícia Nacional e Polícia Judiciária: Caracterização dos inquiridos

De igual modo, um inquérito foi dirigido a policiais pertencentes à Polícia Nacional e à Polícia Judiciária. São eles que tem sob a sua responsabilidade a protecção dos cidadãos mediante a realização de acções de prevenção, de protecção e repressão à violência e ao crime bem como todo o processo de investigação criminal sob a orientação do Ministério Público, enquanto detentor da acção penal.

**Tabela 19. Distribuição dos inquiridos segundo a ilha**

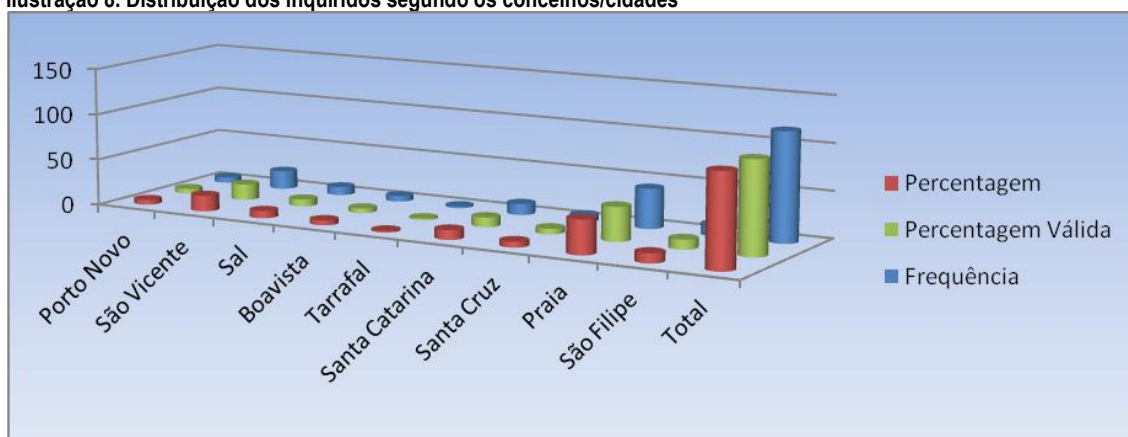
	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Santo Antão	6	5,1	5,1
São Vicente	20	17,1	17,1
Sal	9	7,7	7,7
Boavista	6	5,1	5,1
Santiago	64	54,7	54,7
Fogo	12	10,3	10,3
Total	117	100,0	100,0



Foram inquiridos 117 policiais das 10 cidades em estudo. Como se pode ver, cerca de 54,7% dos inquiridos são das cidades da ilha de Santiago, seguido de 17,1% de S. Vicente e 10,3% do Fogo.

Quando se analisa a distribuição dos inquiridos pelas cidades verifica-se que a cidade da Praia concentra 36,8% dos inquiridos, Mindelo 17,1% e Assomada e S. Filipe 10,3% respectivamente. O peso demográfico mas também de incidências criminais explicam a maior concentração de efectivos policiais e que se traduz na amostragem.

**Ilustração 8. Distribuição dos inquiridos segundo os concelhos/cidades**



Embora a presença feminina nas corporações policiais seja uma realidade, ainda a presença masculina é maior. Assim, como se pode ver da leitura do quadro 24, cerca de 84% dos inquiridos são homens, enquanto 16% são mulheres.

**Tabela 20. Distribuição dos inquiridos segundo o sexo**

Sexo	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida
Masculino	98	83,8	83,8
Feminino	19	16,2	16,2
Total	117	100,0	100,0

Relativamente ao estado civil, 64% dos inquiridos são solteiros e um terço (33,3%) é casado. Os que vivem em união de facto e os divorciados são relativamente marginais.

**Tabela 21. Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil**

Estado civil	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida
Solteiro	75	64,1	64,1
Casado	39	33,3	33,3
União de Facto	1	0,9	0,9
Divorciado(a)	2	1,7	1,7
Total	117	100,0	100,0

A distribuição dos inquiridos segundo a instituição policial nos permite ver que 92,3% dos inquiridos são da Polícia Nacional, o que é perfeitamente compreensível tendo em conta os efectivos de cada uma das corporações.

**Tabela 22. Distribuição dos inquiridos segundo a instituição a que pertencem**

<b>Polícia</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>	<b>Percentagem Válida</b>
Polícia Nacional	108	92,3	92,3
Judiciaria	9	7,7	7,7
Total	117	100,0	100,0

## 2. A dinâmica da organização do espaço urbano em Cabo Verde: o planeamento urbano enquanto dimensão estratégica de gestão das cidades

Se é verdade que a construção das cidades nos espaços coloniais obedeceu a uma lógica de uma forte articulação com o mar, seja o Atlântico seja o Indico, a verdade é que, de forma progressiva, seja a interiorização do processo de povoamento seja o desenvolvimento do *hinterland* fez, em muitos contextos, emergir alguns centros urbanos fora das zonas costeiras. Mais ainda, e mesmo nas cidades costeiras em alguns casos temos um desenvolvimento da espacialidade urbana, quando não do ordenamento urbano que se desenvolve dando costas às ao mar.

No contexto cabo-verdiano, como assinalam Correia e Silva e Fernando Pires:

“a história urbana de Cabo Verde numa perspectiva de longa duração, ressalta logo à vista, pela sua recorrência, a localização litorânea das cidades. Trata-se de um dado que chama atenção pelo facto de ele se impor à multiplicidade de espaços e tempos que compõem o universo urbanístico insular.”

Para, de seguida, acrescentarem que:

A cidade, enquanto espacialidade, mas também como modo de organização social, é resultado, no nosso entender, da própria modalidade ou modalidades históricas de inserção das ilhas no contexto atlântico e mundial. E, como se sabe, é pelo porto que se procedeu historicamente à integração das ilhas nos amplos espaços de circulação e troca.”

Contudo, esta cidade que se inscreve num claro projecto político e económico tendo o mar como centralidade conhece uma profunda inflexão, de forma particular, no contexto pós-colonial. À atractividade das principais cidades tem-se um aumento geográfico da população natural (por crescimento natural e pelas migrações internas) e um crescimento aritmético das infra-estruturas, bens e serviços básicos a que acresce uma oferta tímida de empregos para uma mão-de-obra maioritariamente sem qualificação.

Neste contexto, como refere Maria de J. Flaviana Pires:

“As migrações internas assumem assim um papel crucial nas dinâmicas do crescimento urbano do país. Os aspectos mais críticos desse crescimento têm sido: a pobreza urbana, que se torna cada vez mais significativa e um problema “politicamente” explosivo, já que as oportunidades no sector formal de emprego são muito limitadas, obrigando as famílias urbanas mais vulneráveis a encontrar as suas próprias estratégias de sobrevivência; um ambiente urbano frágil, aliado ao crescimento da pobreza e da população num espaço exíguo, onde as condições de higiene e os serviços públicos de saúde são precários; o fomento do “habitat espontâneo”, a saturação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento e a excessiva pressão sobre as infra-estruturas sociais existentes; o aumento do risco e da marginalidade social dos grupos sociais desprovidos de recursos, que acabam por ser apanhados num ciclo vicioso que reproduz socialmente a pobreza e a

exclusão social de pais para filhos, vindo na emigração para o exterior a única solução possível para uma vida mais digna; a incapacidade de actuação do estado e das entidades municipais, pela insuficiência de recursos, para inverter a situação, contribuindo para o acentuar da vulnerabilidade da capital, no geral, e para a deterioração da qualidade de vida das populações urbanas, em particular”.

Do ponto de vista urbanístico, os novos urbanos não tendo capacidade financeira para alugar residências ou, mesmo dispondo de recursos, a inexistência de ofertas habitacionais em quantidade e qualidade requeridas se voltam por uma ocupação fundiária desordenada, ocupando solos urbanos não urbanizados, construindo sem obedecer a quaisquer formas de planeamento e construções tecnicamente precárias, constituindo potencialmente um perigo para os seus moradores. Mais ainda, assiste-se à construção em zonas de declives acentuados, de solos muito frágeis ou então nas linhas de água, transformando muitos dos novos bairros numa “bomba relógio”.

Do ponto de vista da estética urbana, as cidades, particularmente a cidade da Praia e Mindelo e, mais recentemente, as zonas de expansão de Sal Rei e Espargos são todas cinzas, com construções eternamente inacabadas, fazendo aumentar ruelas e becos, impedindo um arreamento adequado e melhor as acessibilidades e a mobilidade urbana, dificultando a chegada de infra-estruturas e serviços colectivos tais como redes de esgoto, água, telefone, bem como a construção de equipamentos colectivos (estruturas de saúde, de educação, de recreação e saúde). Na verdade,

“A imagem final é a de uma cidade em construção, que a cada dia que passa vê uma maior concentração da população no seu espaço sem obedecer a regras. Os bairros de “habitat espontâneo” são o principal responsável pelo aumento da área urbanizada e pela formação de uma cidade com características muito peculiares, feita de múltiplos elementos que são rurais e urbanos. Construtores por excelência desses bairros, as populações de origem rural desenvolvem neles um conjunto de práticas sociais originais, derivadas da justaposição daqueles dois conjuntos de elementos, e reveladoras das oportunidades e constrangimentos que a estrutura urbana espacial e social exerce sobre elas.” (Pires,.. ).

Como assinala Judite Nascimento para o caso da Praia, se até os anos setenta do século passado, a expansão da cidade se processo respeitando aos vales das ribeiras e zonas extremamente declivosas e potencialmente perigosas,

“A partir da década de 70, os núcleos populacionais dispersos, expandiram-se em mancha de óleo, com tendência ao preenchimento dos espaços intersticiais que atingiram as próprias encostas. Este último processo, ainda em curso, tem sido essencialmente espontâneo, clandestino, sem qualquer planificação nem controlo ou licenciamento”. (Nascimento, 2009:3)

Em consequência da emergência desses novos bairros, na contramão do processo de planeamento urbanístico, tende a emergir uma progressiva e forte segregação espacial, transformando esses espaços

em lugares dos excluídos, dos pobres, dos migrantes, dos “di fora”, dos desempregados, rurais, incivilizados, ou dos deserdados da terra. É o contexto que permite a construção de um imaginário sobre o “outro”, com consequências que tendem a perdurar se as condições que as deram origem continuem ou mesmo se aprofundam.

“A representação dos bairros de "habitat espontâneo" é ambivalente: para uns, eles são o lugar por excelência da marginalidade; para outros, o lugar onde habita uma população dotada de uma grande capacidade de iniciativa, autonomia e organização, lugar esse que corresponde a uma lógica interna do sistema urbano e desempenha funções determinadas.” (Pires, )

Cabo Verde, como referido, na introdução, tem vindo a conhecer um processo progressivo e rápido de urbanização, aumentando significativamente a população urbana. Com efeito, entre 1990 e 2010, a evolução da população urbana foi a seguinte: 44,1%, 55,2% e 62% respectivamente.

Os centros urbanos principais e secundários passaram a ser importantes pólos de atracção das populações rurais, particularmente os jovens. As cidades da Praia e do Mindelo concentram, neste momento, cerca de 198.300 habitantes (INE, 2010), ou seja 65,3% do total da população urbana do país.

Dados do Censo de 2010 mostram que nos centros urbanos do país cerca de 43,7% das habitações encontram-se inacabadas, sendo 18% apenas revestidas com bloco sem pintura, 23% sem revestimento e com bloco à vista e 2,7% sem revestimento e com pedra à vista. De ressaltar, ainda, que 1,5% das habitações são barracas de lata ou papelão.

As condições de habitabilidade apresentam também uma grande precariedade nos centros urbanos. Com efeito, 59,7% das habitações têm até 3 divisões, 38,6% não possuem água canalizada à rede pública, 10,2% não possuem energia eléctrica e 24% não possuem casa de banho. 21,9% das residências não possuem fossa séptica e nem estão ligadas a redes públicas de esgoto.

A centralidade político-administrativa da cidade da Praia e os investimentos na indústria e serviços no Mindelo ocorridos, principalmente nos finais da década setenta e durante toda a década de noventa explicam tal facto e que se inscreve naquilo que foi denominado, nomeadamente pelos economistas, como desenvolvimento tripolar, faltando acrescentar a ilha do Sal com os serviços aeroportuários e que viu aumentar o peso relativo da então vila de Espargos bem como de Santa Maria.

A partir dos anos noventa do século passado, continuando-se embora a registar um importante aumento demográfico das cidades da Praia e do Mindelo, as políticas de promoção do investimentos privado externo particularmente no sector da hotelaria, turismo e do imobiliário

turísticos fez com que Sal Rei na ilha da Boa Vista visse aumentar o seu peso demográfico, sendo o centro urbano que mais cresceu na última década.

Na ilha de Santiago, as cidades de Assomada, Mangui e Pedra Badejo vêm aumentar nas últimas décadas a sua população resultando essencialmente de mobilidades populacionais internas aos municípios nos quais estão inseridos e menos de migrações provenientes de outros municípios, ilhas do exterior.

De uma forma global, a grande maioria das cidades viu-se expandir sem qualquer instrumento de gestão e planeamento urbano, nomeadamente Planos Directores Municipais e Planos Urbanísticos, o que tem gerado sérios problemas de ordenamento dos espaços urbanos. Se os centros urbanos iniciais, por conseguinte, das vilas e cidades coloniais, apresentavam claramente um traçado e que hoje, malgrado as mudanças em alguns casos verifica-se, se mantêm, a pressão das migrações e do aumento populacional conduziu, em regra, a uma ocupação e expansão urbana sem controlo dos decisores e planificadores, conduzindo a um autêntico caos urbanístico. O rápido aumento do crescimento das populações dos centros urbanos, a ausência de instrumentos de gestão urbanística, a incapacidade gerencial dos poucos instrumentos de gestão existentes, a fragilidade financeira dos municípios e do governo, o clientelismo e actos de corrupção e as injunções políticas, particularmente nos períodos pré-eleitorais são, de entre outros, os grandes responsáveis pelo “desordenamento” dos espaços urbanos cabo-verdianos.

É verdade que nos últimos anos tem vindo a existir um grande esforço do governo e dos municípios relativamente á elaboração de instrumentos normativos no domínio do ordenamento do território e de gestão, planeamento e uso do espaço urbano prometendo vir a disciplinar a definição dos usos do solo urbano. Com efeito, para além da elaboração da Lei de Bases do Ordenamento do Território, da Lei de Solos e do processo de montagem do sistema de cartografia e cadastro, encontra-se em curso do processo de elaboração em todos os 22 municípios do país dos respectivos Planos Directos Municipais que, ao mesmo tempo, têm estado a identificar os Planos Detalhados a elaborar. Estes instrumentos serão de fundamental importância para a gestão e organização do território.

De igual modo, e tendo em conta a necessidade de “remediar” o caos urbanístico existente, projectos de requalificação urbana têm vindo a ser realizados um pouco em todos os centros urbanos com magnitude e impactos diferenciados. No entanto, a gravidade da situação particularmente na cidade da Praia exige um esforço financeiro gigantesco e que demanda um forte envolvimento de todos os actores com responsabilidades na matéria. A implementação do

princípio constitucional do estatuto especial da cidade da Praia, enquanto capital do país, poderá vir a ajudar a equacionar de forma estrutural a situação grave do ordenamento desse centro urbano.

Os desafios que se colocam ao processo de organização e gestão do espaço urbano em Cabo Verde nas próximas décadas giram em torno dos seguintes aspectos:

- i) Reforçar a capacidade organizacional dos serviços centrais e municipais de desenvolvimento urbano;
- ii) Finalizar o processo de produção de normativos legais e de instrumentos de gestão do ordenamento do território e de planeamento e gestão do espaço urbano
- iii) Reforçar os mecanismos de fiscalização do cumprimento dos instrumentos de gestão
- iv) Aumentar a capacidade de planeamento prospectivo dos centros urbanos, identificando as necessidades futuras e, em função disso, planificar o processo de estruturação, organização e gestão da expansão urbana;
- v) Dinamizar o processo de requalificação dos bairros em situação de precariedade mobilizando recursos financeiros e técnicos adicionais para o feito, num pacto intergeracional. O processo de requalificação deverá ser participativo, holístico e deve buscar a integração evitando a segregação dos espaços urbanos.
- vi) Integrar a estratégia de organização e gestão do espaço urbano na estratégia de desenvolvimento global dos municípios e do país, procurando mitigar a macrocefalia de alguns poucos centros (Praia e Mindelo) com um crescimento harmonioso dos centros urbanos secundários.

### Capítulo 3: Espaço Urbano e Violência Urbana: Uma Abordagem Teórica e revisão de literatura especializada

Crime is a social problem in our society that affects thousands of people's lives each year. Serious crimes against persons and properties generate considerable fear within the community. Crimes like theft, break-in, rape and murder are serious threats to the safety of the community. The resulting fear of crime in itself can restrict people's freedom of movement and prevent them from fully participating in the community. In particular, some groups of people are more vulnerable to crime and the fear of crime, for example, older people, women, parents, teenagers, etc. (National Crime Prevention Council, Singapore, 2003:1)

A violência urbana tem sido um objecto crescente de estudo, essencialmente na sequência de sua transformação num importante problema social, particularmente construído pelas Mídias e pelos *opinion makers*. Com efeito, o problema social é construído por actores sociais em processo interactivo, muitas vezes na busca de ocupação de posições hegemónicas no campo social ou político. Não raras vezes, o problema social criado transforma-se no processo de criação de uma realidade<sup>2</sup>.

Relativamente à violência urbana, muitas vezes, a sua tematização nos Mídias e nos discursos políticos a partir de casos reais e que se transformam, ou melhor, são transformados em exemplos paradigmáticos de situações de insegurança social. Constata-se, amiúde, uma inversão discursiva. Substituindo termos como segurança, vida social solidária e comunitária temos novos signos que se impõem: insegurança, medo, isolamento. A desconfiança tende a substituir a solidariedade, o isolamento e o enclausuramento tornam-se rotineiros. As casas transformam-se em jaulas, o desconhecido numa ameaça potencial. Determinados bairros e comunidades e, por via disso, seus habitantes são estigmatizados, perigos e perigosos em potencial. É a estigmatização espacial.

Este fenómeno que na última década tem se tornando um fenómeno crescente nos principais centros urbanos de Cabo Verde pode ser associado às novas formas de sociabilidade das sociedades modernas urbanas e industriais. Na verdade, Emile Durkheim construiu uma parte importante da sua teoria social a partir dos riscos da anomia social que as sociedades industriais europeias estavam conhecendo, com uma dissolução progressiva das formas tradicionais de controlo social. O princípio da solidariedade mecânica estava sendo substituído, enquanto forma de sociabilidade, pelo princípio da solidariedade orgânica, resultante da divisão

---

<sup>2</sup> Cf. A este respeito, Santos, José Rodrigues. "Problema Social", "Problema sociológico": A propósito das noções de "problema social" e "problema sociológico". In: [http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/jrsantos\\_problema\\_social\\_problema\\_sociologico.pdf](http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/jrsantos_problema_social_problema_sociologico.pdf), consultado em 30/03/2011.



social do trabalho. É, aliás, o risco de anomia que impõe a necessidade da criação de instituições sociais de socialização, de repressão e disciplina.

Por sua vez, o processo de industrialização e urbanização dos Estados Unidos e a emergência da criminalidade levou ao surgimento dos estudos urbanos e industriais na chamada Escola de Chicago. A ecologia urbana, enquanto escola de pensamento sociológico, rapidamente buscou eventuais relações e correlações entre a criminalidade, a origem étnica e o bairro de residência, o que levou rapidamente a um processo de imputação de crimes às minorias étnico-raciais e aos migrantes.

Como sustenta Ralph Taylor (2004) a violência e a criminalidade ocorrem nos espaços. Mais, ocorrem com maior regularidade em determinados espaços. Neste sentido, tende-se a estabelecer uma relação de determinação causal, primeiro, entre o espaço e a criminalidade e, segundo, entre determinadas formas espaciais e a criminalidade. Diz ele explicitamente:

“Uma cadeia de raciocínios opera aqui: há mais crime em alguns lugares que em outros; a forma urbana ditada pelo projeto de urbanismo muda de lugar para lugar; o projeto de urbanismo, portanto, é o grande responsável pelas diferenças que podemos constatar entre distintos lugares; daí que se modificarmos os lugares com alta ocorrência de crimes através do projeto físico, essa ocorrência será afectada, declinará”.

Segundo este autor, a partir da perspectiva da busca de relação de determinação causal espaço-criminalidade, um conjunto de cinco raciocínios/respostas podem ser dados/as e que estão relacionados/as com a perspectiva teórica e, por vezes, ideológica a partir da qual se busca responder à questão formulada. As cinco respostas á pergunta se o espaço determina a criminalidade são/podem ser as seguintes:

- a. Não, é incorrecta;
- b. Sim, é correta;
- c. Talvez – será correta a depender de algumas outras condições;
- d. Não se pode saber; trata-se de algo cuja verdade é de improvável alcance;
- e. Todas as respostas acima são verdadeiras. “ (Taylor, 2004)

Antecipando a análise para ajuizar da congruência e consistência de uma cada das respostas o autor assume a posição segundo a qual a resposta efectivamente correcta seria a quinta, ou seja de que todas as quatro respostas anteriores, individual e colectivamente correctas.

Na verdade, os estudos realizados, nomeadamente nos países anglo-saxónicos, com particular realce para os Estados Unidos da América mostram que conclusões têm sido

chegadas, em momentos diferentes ou paralelos, com diferentes respostas, dependendo da forma como a problemática de pesquisa é construída, a metodologia utilizada, os dados recolhidos e a forma como estes são tratados e interpretados.

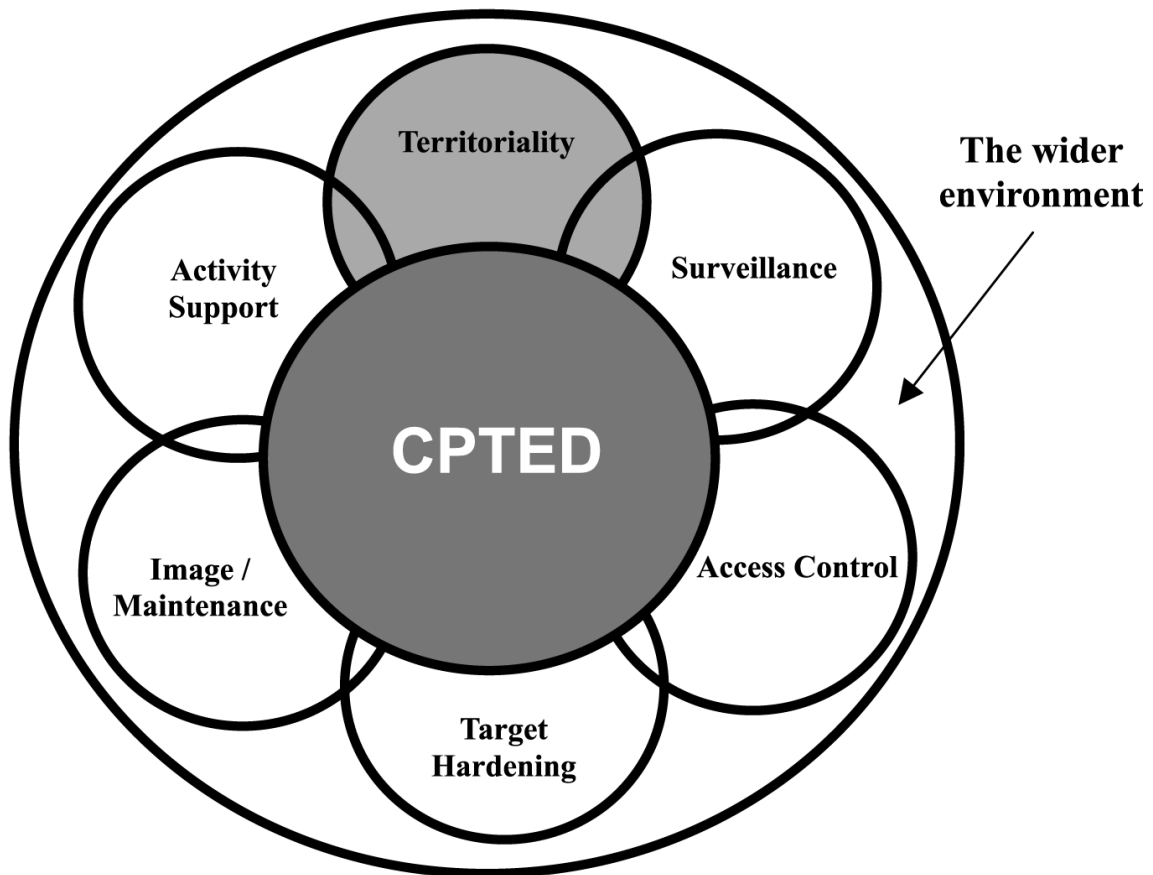
Uma das abordagens teóricas que tem trabalhado com a questão da relação entre o espaço e a criminalidade é a denominada "Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED)/ Prevenção do Crime Através do Desenho Ambiental. Trata-se essencialmente mais de uma perspectiva de intervenção do que, propriamente dito uma abordagem teórica, partindo embora da premissa, explícita ou não, de que o crime tem uma forte implicação e correlação com o espaço. Na verdade a CPTED focaliza as estratégias de prevenção do crime no sítio/espaço de seu cometimento. Busca pois ter em conta no processo de planeamento urbanístico, como elemento importante da prevenção do crime, os aspectos espaciais dos alvos do criminoso, bem como a localização específica do crime.

Segundo Cisneros apud Cozens, Saville & Hillie "Sendo uma estratégia de prevenção do crime espacialmente baseada, a CPTED emergiu como uma teoria independente e está cada vez mais valorizada e tem sido implementada em todo o mundo". Pode-se pois dizer que para a CPTED a prevenção de um crime passa pela concepção e implementação d"o projeto adequado e uso efetivo do ambiente construído pode levar a uma redução do medo e da incidência de crime, e uma melhoria na qualidade de vida" (Crowe, 2000 , p. 46 apud Cozens, Saville & Hillie ).

Uma primeira geração da CPTED foi sujeita a fortes críticas, tendo conhecido reformulações agregando novos elementos e dimensões analíticas. Neste quadro e como afirmarm Cozens & outros:

"A segunda geração da CPTED utiliza avaliações de risco, o perfil socioeconómico e demográfico (Saville, 1996; Gesso Carter, 2002), bem como a participação activa da comunidade (Sarkissiane Perglut, 1994; Sarkissian e Walsh, 1994; Saville, 1995; Sarkissian et al. , 1997; Gesso Carter, 2002). Tais desenvolvimentos da CPTED (por exemplo, Taylor et al, 1980; Wilson e Kelling, 1982; Poyner, 1986; Sarkissian e Walsh, 1994; Saville, 1995; Crowe, 2000; Zelinka e Brennan, 2001) e da Prevenção do Crime Situacional na Grã-Bretanha (Clarke e Mayhew, 1980; Clarke, 1992, 1995, 1997) popularizaram, refinaram e avançaram o debate de que o desenho/projecto urbano afecta o crime."

Neste quadro, a abordagem CPTED busca ser mais holística e integrada nas estratégias de intervenção, embora seja menos consequente e unidireccional em termos de análise das determinantes da violência no espaço urbano. Esquemáticamente esta abordagem pode ser mostrada como ilustrada pela figura que segue



**Source:** Adapted from Moffat (1983, p. 23)  
 Apud Cozens e Outros

Grosso modo, esta abordagem assenta-se em quatro princípios fundamentais:

1. Vigilância natural

Este princípio assenta nos seguintes pressupostos:

“A premissa fundamental é que os criminosos não desejam ser observados. A vigilância ou a colocação de legítimos "olhos na rua" aumenta a percepção do risco para os infractores. Isso também pode aumentar o risco real para os infractores, se aqueles que observam estão dispostos a agir quando as situações potencialmente ameaçadoras acontecerem. Assim, o principal objectivo da vigilância é não manter os intrusos fora (embora possa ter esse efeito), mas sim, para manter os intrusos sob observação.

A vigilância natural pode ser alcançado por uma série de técnicas. O fluxo de actividades pode ser canalizado para colocar mais pessoas (observadores) perto de uma área de crime em potencial. Janelas, iluminação e remoção de obstáculos podem ser colocados para melhorar as linhas de visão de dentro de edifícios.” (National Crime Prevention Council, Singapore, 2003)

## 2. Controlo de acesso natural

O controlo de acesso natural estrutura-se da seguinte forma:

“O controlo de acesso natural assenta-se na utilização de portas, cercas, arbustos e outros elementos físicos para manter pessoas não autorizadas a partir de um determinado lugar, se eles não têm uma razão legítima para estar lá. Na sua forma mais elementar, o controlo de acesso pode ser conseguido em habitações individuais ou estabelecimentos comerciais mediante o uso de bloqueios adequados, nomeadamente, porta, barreiras, janelas.

Entradas devidamente localizadas, saídas, paisagismo, esgrima e a iluminação podem subtilmente direccionar o tráfego tanto de pedestres como de veículos de uma forma que diminui as oportunidades criminais. O controlo de acesso pode ser tão simples como localizar um escritório de frente para um armazém.” (National Crime Prevention Council, Singapore, 2003)

## 3. Reforço territorial

Já no domínio do reforço territorial

“As pessoas naturalmente protegem um território que eles sentem lhes pertencendo e têm um certo respeito pelo território dos outros. Fronteiras claras entre as áreas públicas e privadas conseguidas através da utilização de elementos físicos, tais como cercas, tratamento do pavimento, a arte, sinais, boa manutenção e paisagismo são maneiras de expressar posse. Identificar intrusos é muito mais fácil em espaços bem definidos.

O reforço territorial pode ser visto a funcionar quando um espaço, por sua clara legibilidade, transparência e franqueza, desestimula potenciais infractores por causa da familiaridade dos usuários com os outros e com a vizinhança.” (National Crime Prevention Council, Singapore, 2003)

## 4. Manutenção e gestão

Finalmente, no que concerne à manutenção e gestão este princípio da assenta-se no seguinte:

“Quanto mais degradado for o espaço, maior é a probabilidade de atrair actividades indesejadas. A manutenção e a “imagem” de uma área pode ter um grande impacto sobre o espaço. Outra extensão do conceito é que a preocupação territorial, a coesão social e uma sensação geral de segurança podem ser reforçadas através do desenvolvimento da identidade e da imagem de uma comunidade. Esta abordagem pode melhorar não apenas a imagem da população tem de si mesma, e seu domínio, mas também a projecção que a imagem pode ter para os outros.

A manutenção e gestão precisam ser tidas em consideração na fase de concepção, como a selecção de materiais e acabamentos o que terá impacto sobre os tipos de regimes de manutenção podendo ser sustentável ao longo do tempo. Por exemplo, o material vegetal deve ser seleccionado em função de o seu tamanho na maturidade para evitar o bloqueio de linhas de visão.” (National Crime Prevention Council, Singapore, 2003)

Resulta claramente da análise desta abordagem que a espacialização do crime é um facto, não se podendo, contudo, particularmente para a segunda geração dessa abordagem,

consideração que é o espaço de per si a determinante da violência. Existe um conjunto de factores e variáveis nomeadamente sociais, económicas, culturais e psicológicos que influenciam comportamentos individuais e colectivos e que se podem traduzir em acções violentas ou criminosas em determinados espaços. Estes, por sua vez, pela forma de sua planificação, ocupação e apropriação bem como a sua interface com outros espaços contíguos ou longínquos podem ser, preferencialmente *locus* e *topos* de maior incidência de criminalidade e/ou de maior concentração de criminosos. Neste sentido, o uso do conceito do espaço usado, espaço alienado pode se mostrar interessante do ponto de vista heurístico

Aliás, é precisamente por isso que a CPTED no processo de planificação dos espaços na perspectiva de prevenção do crime considera que:

- i) Todo o espaço humano tem algum propósito definido;
- ii) Todo o espaço humano possui finalidades sociais culturais jurídicas ou físicas que prescrevem comportamentos desejados e aceitáveis;
- iii) Todo o espaço humano é projectado para apoiar e controlar os comportamentos desejados.

Neste sentido, os espaços humanos não planeados e não geridos mais facilmente permitem a emergência de comportamentos não prescritos e não desejáveis.

### **3.1. Reflexões sobre a violência e a criminalidade em Cabo Verde**

Este sentimento de insegurança, por vezes de longe mais impactante do que a realidade empírica que hipoteticamente lhe daria substância, tende a desfigurar os centros urbanos. Este é, de certa forma, o retrato do quotidiano das principais cidades cabo-verdianas. Thugs, gangs, bandos substituíram designações *démodées* como *piratinhas* e *netinhos de vóvó*.

Aqui convém agregar uma outra dimensão deste fenómeno. A violência urbana é geralmente associada e imputada a adolescentes e jovens. Como refere Kátia Cardoso (2000)

a violência relacionada com os *thugs*, o tráfico de droga e o crescente sentimento generalizado de insegurança estão no topo dos problemas que afectam a cidade da Praia. Estes são, também em meu entender, problemas relevantes, pelo que se torna urgente uma actuação rápida e eficaz do governo em relação aos mesmos.

Retomando a dimensão urbana do fenómeno, facto é que o sentimento de insegurança, a que muitas vezes se associa o de impunidade, muda a configuração e a relação dos cidadãos

e dos residentes com o espaço urbano. Pode-se, à la limite, dizer que as funções urbanas conhecem uma mutação, um desvirtuamento. Muitos espaços e centralidades urbanas perdem sua utilidade pelo seu não uso. O consumo do medo impede o consumo de espaços urbanos. Noutros sítios é a ausência de espaços de comunicações, de convívio que coarctam as possibilidades de uma sociabilidade urbana assente na confiança e na solidariedade.

No contexto cabo-verdiano, com particular relevo para a cidade da Praia, tem-se afirmado que a criminalidade tem aumentado, sobretudo os crimes contra pessoas e contra a propriedade, com a ocorrência de homicídios, por vezes associados ao tráfico de drogas e ao confronto entre grupos juvenis rivais, denominados tribos urbanas. Katia Cardoso chama a atenção para a necessidade de uma abordagem cautelosa e adequada, particularmente em estudos de natureza científica para se evitar confundir e tornar sinónimos “problemas sociais” e “problemas sociológicos”. Refere ela que “Trata-se de uma questão recente, abordada quase exclusivamente nos meios de comunicação social, o que pode acarretar alguns riscos de empolamento e de pouca profundidade na análise” (Cardoso, 2009).

Ainda que a problemática da violência e da criminalidade nos espaços urbanos em Cabo Verde esteja na agenda pública poucos são os estudos de natureza académica que, até agora, tenham se debruçado sobre o fenómeno. O primeiro, ainda que numa perspectiva comparativa, aborda a emergência dos thugs na cidade da Praia e a forma como as políticas públicas de segurança enquadram o fenómeno. Com efeito, Kátia Cardoso (2009) objectiva

“questionar em que medida esta nova realidade social não é também consequência da apropriação de um conjunto de elementos sociais, culturais etc., globalmente difundidos partilhados por outros jovens nos mais variados contextos geográficos”

Acrescenta a autora que o entendimento da violência urbana e a da delinquência juvenil a ela associada passam por seu enquadramento na dinâmica e na dialéctica do global /local, tendendo a produzir comportamentos e hábitos de consumo e de padrões de sociabilidade que se homogeneizam.

A violência juvenil urbana é analisada como possuidora de algumas características estruturais. Trata-se de uma violência essencialmente masculina, que se encontra disseminada pelos vários bairros dos centros urbanos, ainda que se possam apontar zonas de maior concentração de grupos e de actos violentos, possuindo uma certa organicidade em termos do modus operandi e que, em alguns casos, é impulsionada do exterior. Isto, na perspectiva da autora se deve à “importação” e “aprendizagem” das técnicas e dos modelos de actuação com cabo-verdianos deportados do estrangeiro particularmente dos Estados Unidos da América, num primeiro período.

Chama, no entanto, atenção a autora que embora se possa imputar ao “desemprego, escassa oferta de formação profissional, a falta de alternativas para a ocupação de tempos livres dos jovens são considerados algumas das condições impulsionadoras da prática de violência” (Cardoso, 2010) elas não são condições determinantes. Com efeito, argumenta a autora, se isso fosse forte os resultados do estudo realizado em Bissau onde a situação socioeconómica dos jovens é muito mais precária do que em Cabo Verde, a violência juvenil teria uma dimensão correspondente, o que não ocorre. Neste sentido, devem ser procuradas outras determinantes endógenas e que se relacionam com as especificidades desses grupos e de sua relação com práticas globalizadas.

Um segundo estudo foi realizado por Lorenzo Bordonaro sobre a violência juvenil e a repressão policial, buscando explorar “o significado da violência para os jovens em conflito com a lei, a percepção pública da criminalidade juvenil em Cabo Verde e a forma como o governo tem vindo a lidar com este fenómeno.”

Para este autor, a sociedade cabo-verdiana actual vive num contexto de aprofundamento de clivagens socioeconómicas com aumento das desigualdades sociais e da exclusão, ao mesmo tempo que novos estilos de vida emergem e uma compulsão ao consumo impossível para muitos criando espaços para frustrações, designadamente em relação ao ideário mais igualitário do Estado Pós-Colonial da primeira década e meia.

Em contrapartida, refere Bordonaro (2010):

... o desenvolvimento urbanístico das duas cidades principais do país (Praia e Mindelo) reflecte a crescente polarização da população cabo-verdiana. Os agregados familiares de classe média e alta ocupam as zonas históricas requalificadas e as áreas construídas recentemente de acordo com a planificação urbanística. Entretanto, bairros espontâneos alastraram nos terrenos menos rentáveis: foi precisamente nestas áreas que a maioria das questões sociais associadas à juventude e à infância se tornou particularmente visível na última década. Ambiguamente identificados como ‘em risco’ ou como ‘um risco’, os jovens e crianças nestas zonas urbanas são cada vez mais o alvo das agências sociais do governo, bem como – e de forma cada vez mais repressiva e violenta – das forças policiais e repressivas do Estado.

É, pois, neste contexto, perspectiva o autor que se deve entender e analisar a violência juvenil. Ainda que as desigualdades sociais e a exclusão constituem factores facilitadores do agenciamento de jovens para a criminalidade, sobretudo quando associada com o tráfico de drogas, não se pode estabelecer uma relação de determinação entre a pobreza e a criminalidade. Com efeito, as estatísticas criminais e estudos conduzidos em outras realidades não apontam para esta relação de determinação.

Com efeito, mostra o estudo de Bordonaro que outras injunções se encontram presentes e se relacionam, designadamente, com questões identitárias, semânticas e estilísticas e que se sobrepõem a dimensões estritamente económicas. Isto é particularmente verdade para o caso das “tribos urbanas”, os thugs ou gangs. A padronização comportamental e estilística exige o consumo de bens que possam assegurar e garantir essa mesma padronização. Na ausência de condições financeira para o efeito o recurso a assaltos e roubos pode ser uma alternativa. Referindo-se ao estudo realizado por Guy Massart (sd<sup>3</sup>:7) sobre a Cidade da Praia, Bolsonaro afirma existir um “nexo entre a aquisição de bens, na forma de produção de um estilo, e o reforço da posição social e da própria identidade social”.

Com efeito, Guy Massart sugere que “o consumo é anélito à individualidade (*désir d’individu*), sede e prazer em si mesmo. O consumo realiza a prosperidade, a beleza e [...] a liberdade [...] tecendo uma rede de coisas em torno do indivíduo, o consumo acresce o seu peso social”. (Apud Bolsonaro, 2010:7).

Alguns estudos de natureza não académica foram também realizados e lematizando a questão da violência. Com efeito, a Comissão de Coordenação de Combate à Droga, em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime, realizou um estudo sobre o crime e a corrupção em Cabo Verde em 2007. Em termos globais, os resultados do estudo mostraram que, em termos do imaginário social, o tráfico de drogas constitui o crime mais perigoso, embora o furto seja o mais habitual e o que tende a preocupar mais as pessoas. Aponta ainda estudo que muitas pessoas, mesmo sendo vítimas, apresentam pouca apetência para fazer a denúncia junto às autoridades policiais<sup>3</sup>.

Um outro estudo<sup>4</sup> foi conduzido a pedido do governo e se debruçou especificamente sobre os jovens em conflito com a lei. Este estudo sublinha que, em primeiro, lugar a idade média desses jovens varia entre os 16 e 19 anos e a tipologia de crimes mais comum é o crime contra a propriedade. Procurando fazer emergir efectivos factores explicativos dessas práticas por parte dos adolescentes e jovens o estudo sublinha que uma complexa cadeia causal se encontra por detrás de tais práticas, indicando, contudo, a exclusão social, a débil autoridade e protecção da família e do Estado.

Neste contexto social mais amplo, e em decorrência de uma forte publicitação do fenómeno da violência urbana, aumentou a pressão sobre os poderes públicos no sentido da busca do equacionamento do problema. Convém aqui referir que a confluência das injunções políticas e

---

<sup>3</sup> MJ/CCCD. Estudo sobre crime corrupção em Cabo Verde, Praia, UNODC, 2007.

<sup>4</sup> ICM. Estudo sobre a aplicação da legislação de Menores em Cabo Verde. Praia, ICM; 2005.



securitárias visando uma maior centralidade das políticas de segurança no âmbito da governação são, a um só tempo, internas e externas<sup>5</sup>. Se a nível interno a percepção social, legitimada pelas estatísticas policiais e, muitas vezes, pelo empolamento das Mídias, é a de que a criminalidade e a violência urbana teriam chegado ao limiar de tolerância, a nível internacional a preocupação se coloca essencialmente com a questão do tráfico internacional de drogas e a utilização do país como plataforma de passagem para os países europeus.

Para efeitos do presente estudo, para lá de um estudo específico da violência urbana e que não constitui o foco de análise, o que interessa apreender é uma eventual relação de influência entre as condições e os processos de desenvolvimento dos espaços urbanos nacionais e o fenómeno de violência urbana. Isto é, se a forma como os espaços urbanos são construídos, reconstruídos, apropriados e reapropriados tendem a facilitar a emergência de condições favoráveis ao aparecimento da violência urbana. Impõe-se, por conseguinte, tentar ver como teoricamente tal perspectiva pode ser concebida e operacionalizada.

Lucas Melgaço (2000:6), ao estudar a problemática da violência na cidade de Campinas em São Paulo, Brasil, sugere que uma forma heurísticamente relevante de abordar o fenómeno é que o “foco do estudo devem ser os usos diversos do território e as diferenças provenientes dos mesmos. Vista como uma prática sócio espacial, ela [a violência] se torna histórica e territorial, parte de uma totalidade em movimento: o espaço geográfico”.

Neste quadro, o território é um espaço apropriado e usado, um lugar de vivência quotidiana, mas também de rejeição, de estigmatização, de exclusão. Assim, o espaço urbano, muitas vezes, privadamente apropriado transforma-se num não-lugar para muitas categorias populacionais.

Deve-se, pois, ter presente que as formações sociais, as sociedades são espaços onde (des) igualdades se constroem e se reproduzem, se cristalizam ou são transformadas. Como sublinhou Milton Santos (1979) “O território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros”. Aliás, acrescenta este mesmo autor que “cada homem vale pelo lugar em que está” (Apud Melgaço, 2000:20).

Desta forma, o entendimento da violência na sua relação com o espaço urbano exige ver como o território urbano se transforma num lugar enquanto ponto de materialização de acções,

---

<sup>5</sup> Quer-se referir que a transformação do problema da violência urbana de um problema social numa problemática social e que conduzir à sua maior visibilidade social e política resultando, de entre outros, na produção do Programa de Segurança Interna e sua explicitação nos últimos programas de governo e nas constantes perguntas ao governo no Parlamento assim como às intervenções dos deputados, resultam de condicionantes internas e externas. A este propósito, cf. Bolsonaro, op.cit.

enquanto espaço derivado e que resulta das transformações sucessivas em termos de funções, processos e estruturas, numa interligação com a lógica económica nacional e internacional.

No contexto dos espaços urbanos cabo-verdianos, este fenómeno tem-se tornado evidente com a busca incessante pela apropriação das propriedades fundiárias urbanas, a especulação fundiária, a contestação da posse, da busca de expulsão dos espaços ocupados, particularmente por populações pobres dos bairros periféricos, pela negação implícita a esses processos do direito à habitação, pela tentativa de homogeneização dos espaços em função do estatuto socioeconómico, e pela mudança da “vocação “ dos espaços, colocando-os ao serviço dos empreendimentos económicos, etc.

Neste processo de construção de espaços derivados, os territórios urbanos tendem a transformar-se progressivamente em espaços alienados ou como prefere Cataia apud Melgaço (2000:32).

“De nossa parte, propõe-se o conceito de “territórios alienados” para designar aqueles municípios que prepararam o seu chão com obras de engenharia e normas, receberam investimentos empresariais e tornaram-se reféns das políticas empresariais. Há empresas transnacionais economicamente mais poderosas que territórios nacionais inteiros. É mais comum ainda encontrarmos empresas que dominam as políticas locais.”

Neste processo poderemos ter cidadãos e residentes de determinados bairros que se encontram completa ou parcialmente fora do raio de acção de intervenção das políticas públicas governamentais, sem acesso a infra-estruturas e serviços sociais básicos mas que paradoxalmente se integram na lógica global da economia como “exercito industrial de reserva”, em situação de subemprego, de emprego precário. É a alienação do residente, num espaço ele mesmo alienado.

Uma parte substancial dos bairros, eufemisticamente denominados “espontâneos, da cidade da Praia”, de Mindelo, Espargos e Sal Rei, sem quaisquer ou poucas infra-estruturas sociais de base, como estradas, redes de água, saneamento e electricidade, escolas, estruturas de saúde, de segurança pública, etc. com elevados índices de desemprego, com rendimentos extremamente baixos, albergam cidadãos excluídos de seus direitos, por conseguinte, cuja cidadania foi, em parte, denegada.

Nestas condições e numa sociedade em que os padrões de sociabilidade e de consumo conheceram transformações significativos, os jovens são particularmente sensíveis a estas transformações, locais e globais, tendo novas expectativas de vida que passam por um desejo

de ascensão social, constantemente denegadas. Assim, muitas vezes, e para muitos, o recrutamento para acções ilícitas é relativamente fácil (cf. Cardoso, 2010, Bolsonaro, 2010).

O presente estudo busca analisar a relação entre o espaço urbano, enquanto território derivado e alienado, mas também enquanto lugar de convivência quotidiana de pessoas, residentes e cidadãos. Espaços que comportam solidariedades e conflitualidades, que excluem e negam direitos, estigmatizam e, por esta via, facilitam confrontos e negação das normatividades institucionalizadas.

Estamos certos que é apenas entendendo esta realidade na sua complexidade que políticas públicas que vão ao encontro das demandas, das necessidades e das aspirações desses cidadãos podem – e devem ser – concebidas e implementadas.

### **3.2. Contextualizando a amplificação da problemática da violência**

Como referido anteriormente, a questão da violência e da criminalidade entraram, nos anos 2000, na agenda pública cabo-verdiana. Para tanto, e muitas vezes, amplificam-se as notícias veiculadas pelos Mídias e pelas estatísticas criminais, esquecendo, como refere Duff (1973) que as estatísticas mentem.

Assim, o Programa do Governo da VII Legislatura define como objectivo para o período entre 2006 e 2011 “ Promover a Segurança das Pessoas e Bens e Afirmar a Autoridade do Estado”<sup>6</sup>. Para a concretização desse objectivo define os seguintes domínios de intervenção:

- i) A modernização das forças e serviços que integram o Sistema de Segurança Interna na perspectiva da sua melhor organização e enquadramento e equipamento;
- ii) A adequação ou criação dos instrumentos legais aplicáveis;
- iii) A adequação das estruturas, dos meios e dos procedimentos à realidade nacional e ao progresso tecnológico;
- iv) A capacitação dos recursos humanos envolvidos;
- v) O combate à criminalidade com destaque para a criminalidade organizada e transnacional;
- vi) A redução da sinistralidade rodoviária;
- vii) O reforço da Protecção Civil e a prevenção de catástrofes
- viii) A segurança aeroportuária portuária, marítima, alimentar, sanitária e ambiental;
- ix) A segurança prisional;
- x) A prevenção do terrorismo;
- xi) A gestão rigorosa da problemática da imigração, promovendo a imigração legal, a integração e controlando os fluxos migratórios;
- xii) A melhoria dos mecanismos de coordenação e de articulação entre as forças e serviços de segurança;
- xiii) A articulação com o sistema da justiça criminal;
- xiv) A promoção da segurança cooperativa, transformando-a num importante factor de política externa e da acção diplomática do Estado. “

---

<sup>6</sup> Ainda que de forma não sistemática, no decorrer do estudo, através da análise da evolução das estatísticas criminais, poder-se-á visualizar o impacto do PESI.

A necessidade de elaboração de uma estratégia de combate à violência e à criminalidade é justificada com base num conjunto de dados (sempre construídos) e percepções, como se pode constatar do preâmbulo do Plano Estratégico de Segurança Interna:

- ✓ “A taxa média anual de aumento da criminalidade de 5,77%, em comparação com a de crescimento médio anual da população, de 2,17% (ver pág. 29 do PESI);
- ✓ A evolução criminal aponta para uma alteração estrutural da tipologia de crimes - agravamento dos crimes contra a propriedade em detrimento dos crimes contra as pessoas;
- ✓ O aumento, na década 1996/2006 e em termos absolutos, do número de crimes, em 77% (ver pág. 28 do PESI);
- ✓ O ratio criminal aumentou de 28/1000 em 1996, para 39/1000 em 2007;
- ✓ A preocupante proliferação de armas ligeiras, confirmada pelos estudos realizados pelo Afrosondagem, no quadro da COMNAC (Comissão Nacional de Luta Contra a Proliferação de Armas Ligeiras);
- ✓ Os fenómenos ligados à delinquência juvenil, com clara promoção de uma sub-cultura de violência como forma de afirmação social (ver estudo do MJ sobre Jovens em Conflito com a Lei);
- ✓ Uma clara evolução para a fragilização da autoridade do Estado;
- ✓ A problemática do controlo das fronteiras, de uma imigração regional desregulada (no documento de reflexão sobre o seguimento da Conferência de Rabat sobre Migrações consta que, por dia, do total de cidadãos da CEDEAO que entram legalmente em Cabo Verde, **quinze** permanecem ilegalmente em CV) e dos custos de repatriamento (ver pág. 36 e 37 do PESI);
- ✓ Um notório aumento de casos de deportação/expulsão de cidadãos cabo-verdianos;
- ✓ Um agravamento da sinistralidade rodoviária, resultante, entre outros factores, do aumento exponencial do número de veículos em circulação (de 1995 a 2006 registou-se um aumento de 134%, sendo que 37% apenas entre 2005 e 2006, (ver pg 44 do PESI). (Lopes, 2009:v)

Reconhece ainda o governo que a complexidade dos crimes tem aumentado, com particular incidência nos centros urbanos e que a criminalidade tende a ser estrutural. Este diagnóstico, do ponto de vista de segurança, determinou, por um lado a necessidade de elaboração de um Plano Estratégico e, por outro de estratégias, muitas vezes, repressivas, tornando todo o sistema essencialmente punitivo.

Pode-se, pois, perceber que em contextos urbanos plasmados por uma apropriação alienada e alienadora do território, muitos bairros, enquanto territórios usados e alienados e em circunstâncias bem específicas, podem transformar-se em zonas de não-direito, quando não interditas. São espaços humanizados caracterizados, em regra, por níveis elevados de desemprego, de estigmatização, condições de habitabilidade e de sociabilidade degradadas e degradantes e em que o exercício da cidadania é, muitas vezes, uma mera retórica.

Outras vezes são espaços hetero-construídos na medida em que definidos pela administração, pelos planificadores, investigadores e Mídias, como “bairros degradados”, “espontâneos”, “problemáticos”. Não se pode esquecer que, muitas vezes, a percepção, o imaginário, a representação constituem importantes factores de construção social da realidade.

### 3.3. Dimensões globais da problemática da criminalidade

Hoje em dia, todos estão de acordo que a criminalidade é um fenómeno social considerado normal e que acontece em todas as sociedades constituídas por seres humanos. As relações sociais entre os diversos componentes têm como uma das consequências a violência, que, bastas vezes, até é muito gratuita.

Para debelar isso, as sociedades contemporâneas tiveram de optar pela criação de um conjunto de princípios e normas regulamentares dessas relações entre os homens, exactamente para prevenir, combater e mesmo punir, todas as transgressões, delitos e/ou crimes, que acabam por lesar os bens individuais ou colectivos, sejam eles privados ou públicos.

Essas normas de conduta têm como objectivo resolver os conflitos, resultantes da desinteligência dos integrantes duma dada sociedade e poder reparar as fissuras e rupturas que se produzem na interacção entre os variadíssimos interesses em jogo, garantindo o bem comum, a harmonia, a paz e uma óptima organização social.

O conjunto de normas e de princípios, devidamente estruturados e sistematizados, tem por finalidade, também, tornar possível a convivência humana, garantindo, ao mesmo tempo, que na sua aplicação, sejam observados, estritamente, todos os critérios e ideais de justiça.

Quando as infracções aos direitos e interesses de um indivíduo ou grupo, são violados de tal ordem, assumindo determinadas proporções a que os outros meios de controlo social se mostrem insuficientes, ineficazes ou mesmo incapazes de solucionar, para trazer harmonia e paz ao convívio social, a sociedade, ou melhor o Estado, então, se socorre do Direito como forma de atingir os objectivos citados atrás.

Assim, o Direito, ou seja os conceitos, as definições, princípios e normas jurídicas, que regulam as relações dos indivíduos em sociedade e as relações destes com a sociedade, têm como meta a protecção dos bens mais importantes e, absolutamente, necessários para a sua sobrevivência, como por exemplo: a vida, a liberdade, a integridade física, a honra, o bom-nome, a dignidade, a liberdade sexual, a propriedade, etc.

Nessa procura incessante da melhor forma de satisfazer os ideais de justiça de todos os cidadãos, mas garantindo a ordem e a tranquilidade públicas o homem, reunido em sociedade, ao longo das várias fases sua história já passou por diversos momentos, desde as sociedades primitivas onde se punia o infractor para desagrarar uma dada divindade, tendo-se evoluído depois para a fase da vingança privada.

Aqui, quando o prevaricador pertencia a outro aglomerado social tentava-se eliminá-lo e quando isso não era possível nessa tentativa, a questão dava origem a conflitos entre os grupos

que a seguir se envolviam em grandes batalhas, o que, frequentes vezes, acabava por um fim ao outro agregado populacional.

Se a infracção era cometida por alguém do próprio grupo, dependente da gravidade do acto, esse elemento podia até ser banido do seu meio o que o tornava presa fácil dos outros grupos sociais, acabando por sofrer a devida punição.

No entanto, essas reparações e punições dos actos delituosos e criminosos dos cidadãos antigamente provocavam o desaparecimento de algumas tribos. Para evitar isso e com a evolução dessas sociedades primitivas, procurou-se trazer alguma proporcionalidade entre o mal praticado e devida pena, de forma a se encontrar um tratamento mais igualitário e humanizar a sociedade.

Assim surge a Lei de Talião que não resolveu a questão, pois com o passar do tempo os membros das tribos e aglomerados populacionais iam ficando deformadas devido à amputação de alguns membros ou perda de algum sentido ou função. Para evitar isso entrou-se numa época em que o infractor para evitar essa deformação passou a poder comprar a sua liberdade, mediante a retribuição duma determinada quantia ou outro bem material.

Apesar disso, o exercício do direito e a manutenção da ordem e segurança públicas exigiam uma melhor organização social e uma melhor administração por parte do próprio Estado. Até os dias de hoje se procura que as penas e medidas de segurança aplicadas aos infractores sejam proporcionais em relação ao crime, não sejam cruéis para os delinquentes e que produzam efeitos sobre a mente dos restantes membros da sociedade.

Como foi dito atrás, é na interacção entre diversos interesses em jogo por parte dos membros da sociedade que se garante que o bem comum, a paz, a harmonia e a boa organização social sejam preservados.

### **3.3.1. Organização e operacionalidade**

Para isso o Estado dispõe de uma panóplia de disposições, legais e jurídicas, algumas mesmo coercivas, indispensáveis ao bom andamento da vida social e dos negócios.

A operacionalização dessas medidas legais e jurídicas, impelem o Estado a se dotar de instituições judiciais, policiais e prisionais que têm como missão, coordenada e complementar, fazer aplicar as normas, leis e regulamentos no país.

Essa complementaridade deve ser observada, a todo o tempo, no quadro das actividades de prevenção e combate ao crime, por todas as Instituições operadoras dessa área, pois que o

fim final e comum é conseguir uma justiça criminal e a defesa dos direitos de todos que são invioláveis: direito à vida, à segurança, à propriedade à liberdade, à igualdade...

Em Cabo Verde, no quadro da operacionalização da aplicação das leis existem, de entre outras, duas instituições fundamentais do Estado que têm como missão prevenir e combater a criminalidade e a violência, num quadro de cooperação e complementaridade incessante. Estas instituições são dotadas de pessoal próprio e especializado, devidamente formado e treinado que combinam a sua actuação utilizando de forma eficaz e eficiente os meios financeiros, materiais e logísticos próprios para esse efeito.

São:

A Polícia Nacional<sup>7</sup>, com implantação em todo o território nacional, - cidades, vilas - incluindo a presença física através de Comandos, Esquadras, Secções e Postos policiais ligados a ordem pública, guarda-fiscal ou mesmo polícia marítima, competindo especificamente à PN garantir a segurança interna.

A Polícia Judiciária<sup>8</sup>, com implantação nos concelhos da Praia, São Vicente, Sal e Boavista, com competências específicas na investigação dos crimes, de acordo com o DL n.º 1/2008, de 18 de Agosto.

Como uma das missões da PJ e da PN, encontramos o registo de ocorrências criminais no país, que, para além de outras utilidades, servirão de suporte para que novas instruções e directivas sejam extraídas, tendo em vista o planeamento operacional de prevenção e combate ao crime a ser implementado pelos serviços competentes e ainda para novas políticas sejam elaboradas pelo governo para o sector.

O presente Estudo tem, no capítulo de segurança e crime, duas tarefas fundamentais:

a. Levantar e analisar os dados sobre a criminalidade nos espaços urbanos;

---

<sup>7</sup> Algumas missões e competências da PN, de acordo com o DL n.º 39/2007, de 12 de Novembro: a) Defender a legalidade democrática, prevenir a criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; b) Manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade pública ou privada, prevenindo ou reprimindo os actos ilícitos contra eles cometidos; c) Coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação; d) Garantir a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas; e) Proteger as pessoas e os seus bens; f) Prevenir e combater a criminalidade e os demais actos contrários à lei e aos regulamentos; g) Prevenir a criminalidade organizada e o terrorismo, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;

**Como órgão de polícia criminal** é de se ter em conta o estipulado no artigo 15.º do DL n.º 39/2007: Artigo 15.º, números 1 e 2: 1. Consideram-se órgãos de polícia criminal todos os elementos da PN com funções policiais. 2. Enquanto órgão de polícia criminal, a PN actua sob a direcção e na dependência funcional da autoridade judiciária.

<sup>8</sup> Pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2008, de 18 de Agosto, capítulo I, artigo 1.º, no âmbito da sua **natureza e atribuições a Polícia Judiciária, (P.J)** com sede na Cidade da Praia, República de Cabo Verde, é um organismo de prevenção e investigação criminal, auxiliar da administração da justiça, dotado de autonomia administrativa, organizado sob a superior direcção do membro do Governo responsável pela área da Justiça e que em todos os actos praticados no exercício das suas funções, actua exclusivamente na defesa da sociedade, no integral cumprimento da legalidade democrática e no respeito dos direitos dos cidadãos.

b. Fazer um mapeamento por bairros da evolução da criminalidade, analisar a sua tipologia e os actores envolvidos.

Este capítulo do relatório procura fornecer pistas que permitem dar respostas a estas duas questões.

Em Cabo Verde o registo de ocorrências criminais está organizado, devido à especificidade de cada tipo de crime de duas formas: **Crimes Contra Pessoas (CCP)** e **Crimes Contra o Património (CCPT)**, todos bem tipificados e definidos no Código Penal de Cabo Verde, aprovado recentemente.

É de salientar que de acordo com os registos estatísticos das duas instituições estes só tratam do ponto de vista de registo, cerca de 30 tipos de crimes. Claro que existem outros tipos de crimes no território nacional mas que não tratados especificamente nos registos criminais pelo facto deles só acontecerem de tempos a tempos, em regiões diferenciadas do país, ou então em pequena quantidade.

Por isso, aparecem nos registos como sendo outros crimes, devido às dificuldades na sua tipificação pelas autoridades policiais. Isso não quer dizer que esses crimes não serão registados, tratados e averiguados pelas autoridades competentes, a Polícia Nacional ou a Polícia Judiciária. As denúncias são recebidas, a investigação preliminar é realizada, são registados como sendo “outros crimes”, e são remetidos ao Ministério Público ou aos Tribunais, entidades competentes.

As razões apontadas atrás e as que seguem justificam também a opção pelo levantamento e análise dos crimes mais graves (6) do tipo CPP e alguns crimes mais graves (2) do tipo CCPT. Excepção à Cidade da Praia que terá 3 crimes do tipo CCPT.

**Crimes CPP:** Homicídio, crimes sexuais, maus-tratos à mulher, agressão física, posse ilegal de arma de fogo e tráfico de droga;

**Crimes CCPT:** Furto e Roubo

As razões desta opção são cruciais. Tem a ver com a **gravidade, a frequência, a territorialidade e o impacto social.**

a. **Gravidade**, por que esses crimes têm consequências mais gravosas sobre a sociedade e os indivíduos provocando danos **psicológicos, físicos e materiais**, muitas vezes irreparáveis e/ou duradoiras.



- b. Frequência**, porque acontecem mais vezes num dado aglomerado populacional, cidades, vilas, aldeias, bairros atingindo uma grande quantidade de cidadãos e, em muitos casos mesmo, um único cidadão por diversas vezes.
- c. Territorialidade**, porque são cometidos em todo o território nacional, desde os maiores centros urbanos até o último povoado.
- d. Impacto social** – A frequência e a **violência** postas na execução desses crimes produzem efeitos sobre a comunidade, provocando, não só o seu tratamento pelos média, mas acima de tudo uma certa insegurança nos cidadãos, obrigando-os a sentir medo de circular livremente, privando-os do exercício dum dos direitos fundamentais, previstos na Constituição da República.

As consequências do exposto na **alínea a)** sobre os cidadãos contribuem, sobremaneira, para a propagação do clima de insegurança que se vive num dado bairro em Cabo Verde, pois, como se sabe, vivemos num país onde a informação circula muito rapidamente devido à pequenez do mesmo e ainda aos meios de comunicação que existem actualmente.

#### 4. Violência urbana e sua relação com o desenvolvimento urbano em Cabo Verde: uma análise comparativa e contrastiva

##### 4.1. Principais características sociodemográficas

Dados do censo da população de 2010 apontam para 491.575 o número de habitantes, significando um crescimento de 12% durante a última década. Como se pode constatar pela leitura do quadro 27, mais da metade da população do país (55,7%) concentra-se na ilha de Santiago.

Tabela 23. Repartição da população por ilha e concelho, 2010

Ilha	Efectivo	%	Concelho	Efectivo	%
Santo Antão	43.915	8,9	Ribeira Grande	18.890	3,8
			Paul	7.032	1,4
			Porto Novo	17.993	3,7
S. Vicente	76.107	15,5	S. Vicente	76.107	15,5
S. Nicolau	12.817	2,6	Ribeira Brava	7.580	1,5
			Tarrafal de S. Nicolau	5.237	1,1
Sal	25.657	5,2	Sal	25.657	5,2
Boavista	9.162	1,9	Boavista	9.162	1,9
Maio	6.952	1,4	Maio	6.952	1,4
Santiago	273.919	55,7	Tarrafal	18.565	3,8
			Santa Catarina	43.297	8,8
			Santa Cruz	26.609	5,4
			Praia	132.317	26,9
			S. Domingos	13.686	2,8
			Calheta S. Miguel	15.648	3,2
			S. Salvador do Mundo	8.677	1,8
			S. Lourenço dos Órgãos	7.388	1,5
			Ribeira Grande de Santiago	7.732	1,6
Fogo	37.051	7,5	Mosteiros	9.524	1,9
			S. Filipe	22.228	4,5
			Santa Catarina do Fogo	5.299	1,1
Brava	5.995	1,2	Brava	5.995	1,2
Total	491.575	100,0	Total	491.575	100,0

Fonte: INE, Censo 2010

Os municípios da Praia (26,9%), S. Vicente (15,5%) e Santa Catarina (8,8%) concentram 51,2% da população, o que demonstra a forte concentração da população do país. De igual modo, e como referido na introdução, os municípios onde estão inseridos os centros urbanos objecto do presente estudo representam 69,8% da população total do país, o que demonstra a sua representatividade, permitindo uma extrapolação com margem ínfima de erro.

De acordo com os dados demográficos do INE, cerca de 50,5% da população do país é do sexo feminino contra 49,5% do sexo masculino. Constata-se uma tendência progressiva para a urbanização da população do país, sendo que 61,8% já vivem nos centros urbanos.

Não obstante o aumento da esperança de vida e da diminuição da mortalidade geral e infantil, a população do país continua a ser maioritariamente jovem.

**Tabela 24. Repartição da População por Grupo Etário, 2010**

<b>Grupos Etários</b>	<b>Efectivo</b>	<b>%</b>
0-4	50.198	10,2
5-9	50.204	10,2
10-14	55.219	11,2
15-19	59.055	12,0
20-24	52.886	10,8
25-29	44.311	9,0
30-34	34.484	7,0
35-39	27.225	5,5
40-44	26.290	5,3
45-49	23.510	4,8
50-54	18.158	3,7
55-59	12.142	2,5
60-64	6.190	1,3
65-69	6.215	1,3
70-74	8.666	1,8
75-79	7.433	1,5
80-84	5.276	1,1
85-89	2.185	0,4
90 e +	1.570	0,3
ND	558	0,1
Total	291.575	100,0

Fonte: INE, Censo 2010

A leitura do quadro 28 permite ver que 60,4% da população do país tem menos de trinta anos e 31,6% menos de 15 anos, o que atesta a juventude da população.

Quando se analisa os dados do quadro 29, constata-se que em termos médios nacionais a diferença entre a taxa de actividade e taxa de ocupação é relativamente pequena, havendo uma diferença de cerca de quatro pontos percentuais. Contudo, quando se faz uma análise comparativa entre as ilhas constata-se que os concelhos do Sal, Boavista, Maio e Praia apresentam as taxas mais elevadas de actividade. No que diz respeito à ocupação, são os concelhos de Boavista, Sal e Maio que apresentam as taxas mais elevadas.

Analisando as taxas de desemprego, verifica-se que ela é de 10,7% em termos médios nacionais, atingindo, contudo, 14,8% em S. Vicente, a mais alta do país, seguido da Praia com 11,3%. Os concelhos com as taxas de desemprego mais baixas são respectivamente, São Salvador do Mundo (4,6%) e Ribeira Brava (4,7%).

Tabela 25. Taxa de actividade, ocupação e desemprego por concelho, 2010

Ilha	Concelho	Actividade	Ocupação	Desemprego
Santo Antão	Ribeira Grande	50,0	46,4	7,3
	Paul	57,7	52,0	10,0
	Porto Novo	53,2	47,9	9,9
S. Vicente	S. Vicente	58,2	49,5	14,8
S. Nicolau	Ribeira Brava	53,8	51,3	4,7
	Tarrafal de S. Nicolau	56,4	51,1	9,4
Sal	Sal	78,0	69,6	10,8
Boavista	Boavista	78,9	74,4	5,7
Maio	Maio	65,9	60,5	8,3
Santiago	Tarrafal	59,9	53,0	10,1
	Santa Catarina	52,8	47,6	9,9
	Santa Cruz	53,9	48,0	10,9
	Praia	65,1	57,7	11,3
	S. Domingos	53,4	48,7	8,8
	Calheta S. Miguel	43,5	38,9	10,6
	S. Salvador do Mundo	49,7	47,4	4,6
	S. Lourenço dos Órgãos	45,6	41,3	9,4
	Ribeira Grande de Santiago	52,6	48,4	8,0
Fogo	Mosteiros	55,8	52,0	6,7
	S. Filipe	54,4	49,6	8,7
	Santa Catarina do Fogo	53,5	50,1	6,4
Brava	Brava	53,4	48,2	9,6
Total	Total	59,1	55,6	10,7

Fonte: INE, Censos (adaptação)

#### 4.2. Evolução comparativa da criminalidade em Cabo Verde

De acordo com o que já tinha sido dito em parágrafos anteriores neste momento vai se trazer informações relativas aos CCP e CCPT, que são registadas pela Polícia Nacional, pois nesses concelhos ou ilhas, conforme se quiser, não existem estruturas da outra componente do sistema de prevenção e combate ao crime em Cabo Verde, a PJ.

Portanto, analisando os mapas da PN disponíveis para isso temos a seguinte evolução ao longo dos dois anos do Estudo RSA – 2008 e 2009. Esta análise comparativa se debruça sobre os crimes ocorridos nesses dois anos, pelas razões apontadas no ponto seguinte.

É de notar que os inquiridos, seja os da população no seu todo, seja os das Polícias responderam às questões apresentadas partindo das suas impressões, constatações e percepções que, na altura, tinham sobre o passado recente, i.e. sobre os dois anos 2008 e 2009 anteriores ao estudo, que teve o seu início no primeiro semestre de 2010.

*Crimes Contra Pessoas*

A - Crimes CCP nos Concelhos em estudo

No quadro referente aos crimes contra pessoas, trabalhado a partir das informações obtidas junto da PN, e que ocorrem na sociedade cabo-verdiana ao longo de um ano pode-se ver que, em Cabo Verde, foram cometidos 10537 crimes no ano de 2008 e 10650 no ano 2009.

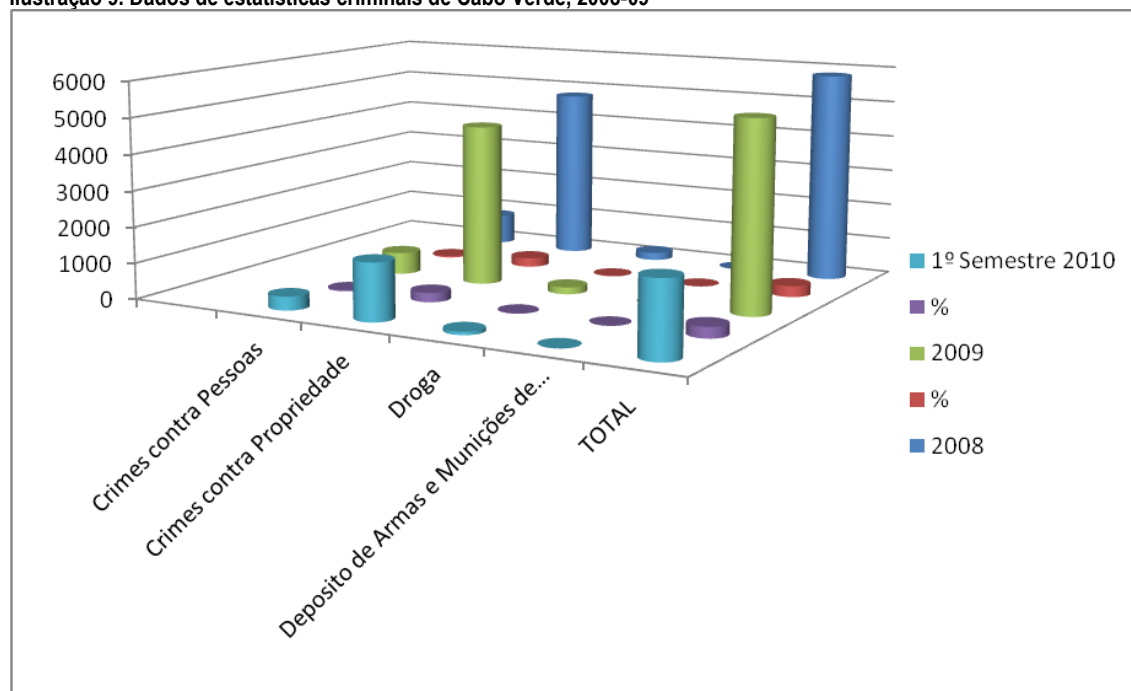
A estes números da Polícia Nacional deverão ser somados os da Polícia Judiciária – 10537+843=11380 ano 2008 – e 10650+610=11260 ano 2009 - que só regista dados dos concelhos da Praia, São Vicente, Sal e Boavista, locais onde se encontra instalada.

**Tabela 26. Dados de estatísticas criminais de Cabo Verde, 2008-09**

POLÍCIA JUDICIÁRIA					
Entrados	Anos				
	2008	%	2009	%	1º Semestre 2010
Crimes contra Pessoas	843	44,5	610	35,2	381
Crimes contra Propriedade	4781	252,2	4475	258,2	1594
Droga	213	11,2	190	11,0	90
Deposito de Armas e Munições de Guerra	1	0,1	0	0,0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5838</b>	<b>307,9</b>	<b>5275</b>	<b>304,4</b>	<b>2065</b>

Fonte. Polícia Judiciária

**Ilustração 9. Dados de estatísticas criminais de Cabo Verde, 2008-09**



Partindo da análise global e simplista dos dados, a diferença entre os dois anos é reduzida, registando-se uma diminuição de 120 casos em 2009, que dá uma percentagem mínima de 1.06%, que pode ser explicado pelo aumento da população e um trabalho de registo criminal mais esmerado das autoridades policiais nesses concelhos.

Em termos absolutos há uma redução de crimes devido à soma dos dados da PN e da PJ que regista um menor número de casos CCP em 2009. É preciso ter-se em conta que algumas vezes alguns serviços da Polícia Nacional ou da Polícia Judiciária não fazem a remessa dos dados atempadamente.

No entanto, e como o objecto deste estudo é proceder a uma análise mais aprofundada da violência urbana, querendo isso dizer que se deve focar sobre os crimes mais graves ou violentos e que têm efeitos sobre a mente das populações, provocando reacções as mais diversas desde receio, insegurança até o próprio medo.

Como se vê paradoxalmente tem-se, no total, uma redução de crimes mas em relação aos crimes graves tal já não acontece. Nestes, o sentido é inverso e é de aumento. A explicação para essa dicotomia poderá estar no facto de haver uma comunicação cada vez menor de casos às Polícias quando estes são de menor gravidade e de mais reduzido efeito social e a mesma coisa já não acontece quando os crimes são mais graves e que, muitas vezes, redundam em ferimentos graves ou mesmo mortes.

Nestes casos, a vítima não pode deixar de fazer a comunicação às autoridades competentes ou esta comunicação é feita por terceiros não só em obediência às normas estabelecidas no Código Penal e no Código Processual Penal ou ainda por mera noção de dever cívico por parte de alguns membros da sociedade civil.

Na maioria dos casos de falta de comunicação existirá um sentimento de pouca confiança nas autoridades para a resolução dos casos ou então a vítima acha o seu caso de somenos importância e que por isso não vale a pena a comunicação. Outro facto relevante para esta falha na comunicação residirá na distância existente entre o local onde o crime terá acontecido e o lugar onde se encontram as instalações policiais ou judiciais.

No entanto, os registos da PN de 2009 - que aumentaram - demonstram que desses 10650 crimes do ano 2009, 4453 foram cometidos nos centros urbanos objecto do presente estudo e correspondem aos crimes graves e violentos. Portanto, 41,8 por cento de todos os crimes CCP a nível nacional. Volta-se a recordar que dos 19 tipos de crimes CCP que são registados, o estudo só se debruça sobre os casos graves e violentos, deixando de fora registos como por exemplo injúrias, ameaças, difamação, exibicionismo, motim, desobediência, etc. Tenha-se em atenção que em 2008 essa percentagem era de 39,9%.

Os dados também indicam que a maior percentagem de cometimento de crimes graves e/ou violentos se concentra nos 10 concelhos. Assim, em 2008 são estas as percentagens de crimes graves ou violentos nos concelhos do estudo: (i) Homicídio 79,45%; Crimes Sexuais

79,3%; Maus-tratos à Mulher 88,5%; Agressão Física 82%; Posse de arma de fogo 68,6%; Tráfico de Droga 85,7%, significando uma média de 80,58%. Em 2009 as percentagens aumentam se tomarmos em conta a média desses 2 anos: (ii) Homicídio 94,7%; Crimes Sexuais 73,7%; Maus-tratos à Mulher 88,3%; Agressão Física 81,1%; Posse de arma de fogo 63,6%; Tráfico de Droga 86,7%, com uma média de 81,35%.

Com certeza que as percentagens maiores ocorreram nos municípios da Praia, São Vicente, Sal, Assomada e São Filipe conforme se pode depreender dos registos ao verificar o volume de crimes cometidos.

Os homicídios continuam a registar uma tendência de aumento, mesmo nos registos da PN. Estes aumentaram nos registos da Polícia Nacional de 2088 para 2009 e a Polícia Judiciária, no primeiro semestre de 2010, deu entrada a 66 casos, número superior ao registo de todo o ano de 2009.

Tabela 27. Estatísticas de Homicídios, Cabo Verde, 2008-09

<b>POLÍCIA JUDICIÁRIA</b>			
<b>HOMICÍDIOS</b>			
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>1º Semestre 2010</b>
<b>Praia</b>	61	50	62
<b>São Vicente</b>	6	8	4
<b>Sal</b>	4	5	N/A
<b>Total</b>	71	63	66

Fonte: Polícia Judiciária

#### **B - Crimes CCP em cinco concelhos em estudo**

Cabo Verde possui 22 concelhos, sendo que o objecto da presente análise recobre os centros urbanos de 10 concelhos, num primeiro momento, sendo que, num segundo se debruçara sobre apenas 5 concelhos. Os crimes CCP que são objecto de registo são em número de 19 e a análise incidirá em 8 deles, ou mesmo 6, ( Graves ou violentos ) pois é possível fazer agregar o homicídio com o homicídio negligente e o abuso sexual de menores com a agressão sexual.

Tabela 28. Estatísticas Criminais - Crimes contra pessoas

CRIMES CONTRA PESSOAS					SANTIAGO							Total	Total Nacional
2008	PORTO NOVO	SÃO VICENTE	SAL	BOAVISTA	PRAIA	SANTA CATARINA	TARRAFAL	SANTA CRUZ	SÃO FILIPE	BRAVA			
Homicídio	1	1	0	1	16	5	1	1	0	1	27	34	
Homicídio negligente	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	
Abuso sexuais menores	3	5	1	0	2	16	2	5	7	5	46	61	
Agressão sexual	1	17	4	0	21	18	6	9	13	3	92	113	
Maus-tratos a mulher	10	128	5	26	136	23	8	89	54	14	493	557	
Agressão Física	62	475	447	79	1302	300	107	203	245	85	3305	4026	
Posse ilegal arma fogo	0	18	12	10	57	24	4	4	7	11	147	214	
Tráfico de droga	1	14	38	1	7	2	2	2	13	16	96	112	
<b>Total 10 Concelhos</b>	<b>79</b>	<b>658</b>	<b>507</b>	<b>117</b>	<b>1541</b>	<b>388</b>	<b>130</b>	<b>313</b>	<b>339</b>	<b>135</b>	<b>4207</b>		
<b>Total Nacional</b>	162	958	993	254	3381	631	285	504	832	367		<b>10537</b>	
<b>2009</b>													
Homicídio	0	4	4	0	19	5	2	1	1	0	36	38	
Homicídio negligente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	
Abuso sexuais menores	9	5	4	3	2	6	6	0	9	1	45	64	
Agressão sexual	1	15	3	0	16	25	3	4	6	0	73	96	
Maus-tratos a mulher	26	151	86	31	190	37	12	52	102	37	724	820	
Agressão Física	88	639	336	104	1461	224	121	138	254	36	3401	4192	
Posse ilegal arma fogo	0	7	8	9	16	13	8	10	10	1	82	129	
Tráfico de droga	4	31	14	1	3	4	2	14	12	7	92	106	
Total 10 Concelhos	128	852	455	148	1707	314	154	219	394	82	4453		
<b>Total Nacional</b>	232	1312	812	333	3545	520	338	395	740	239		<b>10650</b>	

Fonte: Dados estatísticos da Polícia Nacional / 2008 e 2009

As justificações para isso têm a ver com a pouca quantidade de todos os crimes CCP que são cometidos nesses concelhos durante um ano e por não haver muitos crimes graves e violentos, incluindo a não existência de um muito diferenciado *modus operandi* nesse período de tempo.

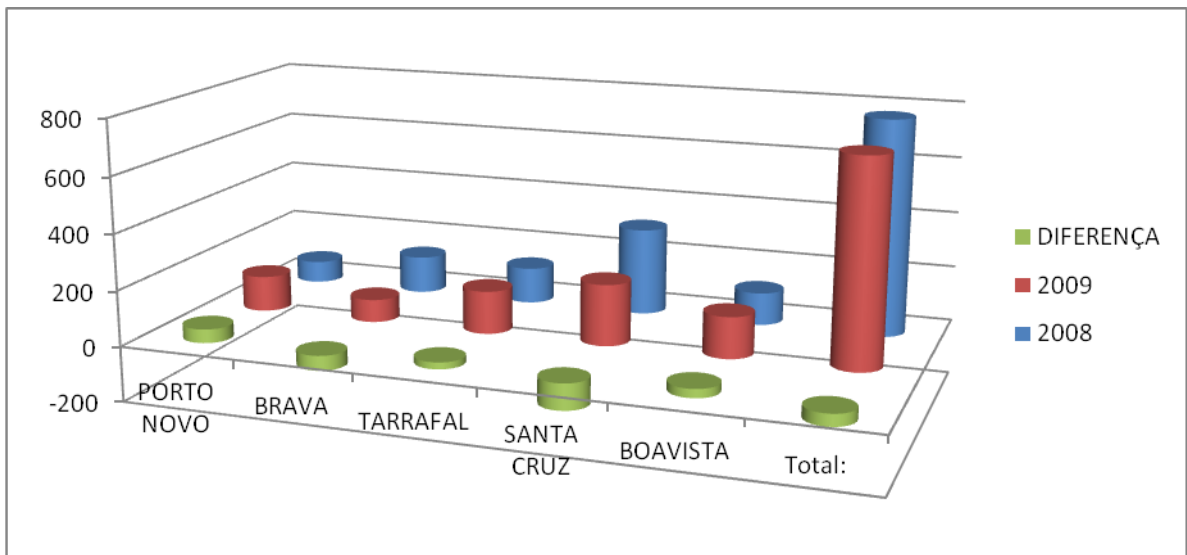
Tabela 29. Estatísticas dos crimes graves contra pessoas

Crimes CCP graves ou violentos	2008	2009	DIFERENÇA
PORTO NOVO	79	128	49
BRAVA	135	82	-53
TARRAFAL	130	154	24
SANTA CRUZ	313	219	-94
BOAVISTA	117	148	31
<b>Total:</b>	<b>774</b>	<b>731</b>	<b>-43</b>

Fonte: Polícia Nacional (adaptação)

Ilustração 10. Crimes graves contra pessoas





Embora sejam também objectos de estudo os centros urbanos, em número de 7, existentes em Porto Novo, Boavista, Tarrafal, Santa Cruz e Brava, as mesmas justificações expendidas no ponto 4 também se aplicam aqui. Em 2008 foram cometidos 10537 crimes CCP nos 22 concelhos.

Em 2009 foram cometidos 10650 crimes CCP nos 22 concelhos. Dos 10537 crimes CCP do ano de 2008, 4207 são crimes graves ou violentos cometidos nos 10 concelhos onde se localizam os centros urbanos em referência neste estudo.

Dos 10537 crimes CCP do ano 2008, 774 são crimes graves ou violentos cometidos em Porto Novo, Boavista, Tarrafal, Santa Cruz e Brava.

Dos 10650 crimes CCP do ano de 2009, 4453 são crimes graves ou violentos cometidos nos 10 concelhos onde se localizam os centros urbanos em referência neste estudo.

Dos 10650 crimes CCP do ano de 2009, 731 são crimes graves ou violentos cometidos em Porto Novo, Boavista, Tarrafal, Santa Cruz e Brava.

No cômputo geral chega-se à conclusão que os Crimes CCP desses 5 centros urbanos atrás somados sofreram uma redução em 43 casos, embora os concelhos de Porto Novo, Tarrafal e Boavista tenham tido valores de sentido contrário.

A mesma coisa já não se verifica no conjunto dos restantes centros urbanos que serão tratados individualmente ( Cidades da Praia, Mindelo, Espargos, Santa Maria, Assomada e São Filipe).

## **C - Crimes contra o Património**

O quadro referente aos crimes contra o património vê-se que, nesse tempo – 2008/2009 em Cabo Verde foram cometidos 10270 crimes no ano de 2008 e 11317 no ano 2009.

A soma dos dois registos de crime CCPT da PN e da PJ nos dois anos concernentes chega a 15051 casos no ano de 2008 e a 15792 casos no ano de 2009.

Deve ser salvaguardada a existência de alguma duplicação de registos, pois há casos que transitam da Polícia Nacional para a Polícia Judiciária, isso em se tratando dos crimes cometidos nas áreas onde a PJ está instalada.

Outro facto relevante é que no caso dos CCPT a percentagem de casos comunicados nos 10 concelhos do estudo em relação ao todo nacional é muito maior que no caso dos crimes CCP.

Enquanto que nos CCP temos uma percentagem de 41,8%, nos CCPT a percentagem é de 65,75%, o que demonstra que existe uma frequência maior em Cabo Verde e nos centros urbanos para a prática de crimes contra o património.

Os crimes contra o património são actualmente o grande problema criminal em Cabo Verde. Há mais de uma dezena de anos atrás os crimes contra as pessoas eram mais frequentes em Cabo Verde e os crimes contra o património menos frequentes. Já não é o caso.

Desde há muito tempo que os CCPT têm vindo a ser de maior frequência que os CCP ultrapassando de longe estes em cerca de 5000 crimes por ano. Neste momento, a ocorrência de crimes contra o património é uma vez e meia a de crimes contra pessoas. Para se verificar isso compare-se os quadros referentes aos CCP, CCPT e a Evolução da Criminalidade entre 1996 e 2006. Neles pode-se notar a tendência evolutiva anual e a progressão rápida dos crimes contra o património que já representam 59,7 por cento de todos os crimes cometidos em Cabo Verde num ano (2009) - (26442 Crimes no país).

No ano de 1996 os crimes contra o património representavam 41,2 % de todos os crimes registados em Cabo Verde. Dessa data até hoje aumentou cerca de 18,5 %. Nesse ano de 1996 os crimes contra a propriedade registados eram em número de 4492 casos. Hoje (ano 2009) são 15792 casos. Um aumento de, cerca de, 351%. Nos 13 anos que separam estas datas podemos verificar que existe um aumento, em média, dos crimes contra o património de mais ou menos 1214 crimes por ano.

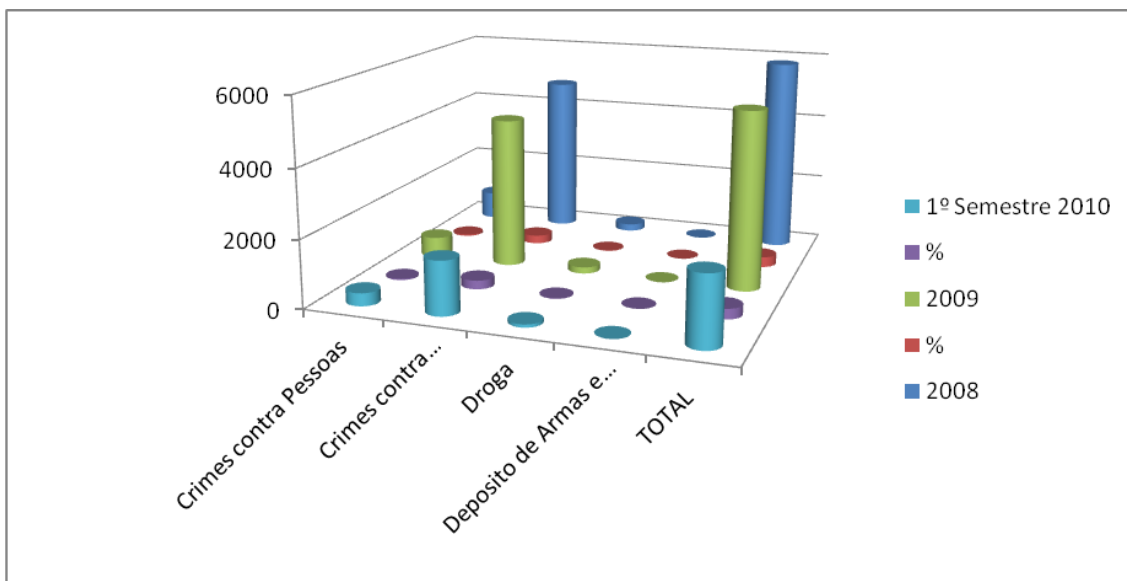
Tabela 30. Estatísticas sobre CCP, 2004

CRIMES CONTRA PATRIMÓNIO												
2008	PORTO NOVO	S. VICENTE	SAL	BOAVISTA	PRAIA	SANTA CATARINA	TARRAFAL	SANA CRUZ	SÃO FILIPE	BRAVA	Total 10 Concelhos	Total Nacional
	Furto na via pública	44	14	129	16	150	129	19	57	88	14	660
Furto na Residência	40	70	306	16	1636	149	48	31	130	48	2474	2695
Furto estabelecimento	19	19	128	7	252	13	7	6	69	9	529	595
Roubo na residência	13	224	33	69	110	51	43	5	15	7	570	657
Roubo na via pública	6	355	74	39	1170	53	7	2	18	8	1732	1767
Roubo estabelecimento	3	114	13	22	52	14	8	0	11	4	241	276
Uso de Veículo	0	2	1	9	504	10	4	0	0	1	531	542
<b>Total 10 Concelhos</b>	<b>125</b>	<b>798</b>	<b>684</b>	<b>178</b>	<b>3874</b>	<b>419</b>	<b>136</b>	<b>101</b>	<b>331</b>	<b>91</b>	<b>6737</b>	
<b>Total Nacional</b>	<b>185</b>	<b>1135</b>	<b>913</b>	<b>224</b>	<b>4887</b>	<b>630</b>	<b>245</b>	<b>170</b>	<b>526</b>	<b>243</b>		<b>10270</b>
<b>2009</b>												
Furto na via pública	61	32	101	11	161	69	28	49	86	6	604	712
Furto na Residência	37	131	298	40	1756	130	23	63	101	24	2603	2848
Furto estabelecimento	34	24	52	10	287	19	15	19	50	12	522	597
Roubo na residência	13	179	55	97	133	47	127	1	24	21	697	798
Roubo na via pública	4	596	65	67	1194	51	41	2	10	2	2032	2059
Roubo estabelecimento	8	102	24	30	86	8	21	1	20	6	306	358
Uso de Veículo	3	15	13	10	631	0	5	0	0	0	677	682
<b>Total 10 Concelhos</b>	<b>160</b>	<b>1079</b>	<b>608</b>	<b>265</b>	<b>4248</b>	<b>324</b>	<b>260</b>	<b>135</b>	<b>291</b>	<b>71</b>	<b>7441</b>	
<b>Total Nacional</b>	<b>230</b>	<b>1438</b>	<b>876</b>	<b>354</b>	<b>5399</b>	<b>487</b>	<b>448</b>	<b>211</b>	<b>467</b>	<b>134</b>		<b>11317</b>
<b>Fonte : Polícia Nacional</b>												

Tabela 31. Estatísticas CCPT, 2008-2009

POLÍCIA JUDICIÁRIA					
Entrados	Anos				
	2008	%	2009	%	1º Semestre 2010
Crimes contra Pessoas	843	44,5	610	35,2	381
Crimes contra Propriedade	4781	252,2	4475	258,2	1594
Droga	213	11,2	190	11,0	90
Deposito de Armas e Munições de Guerra	1	0,1	0	0,0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5838</b>	<b>307,9</b>	<b>5275</b>	<b>304,4</b>	<b>2065</b>
Fonte. Polícia Judiciária					

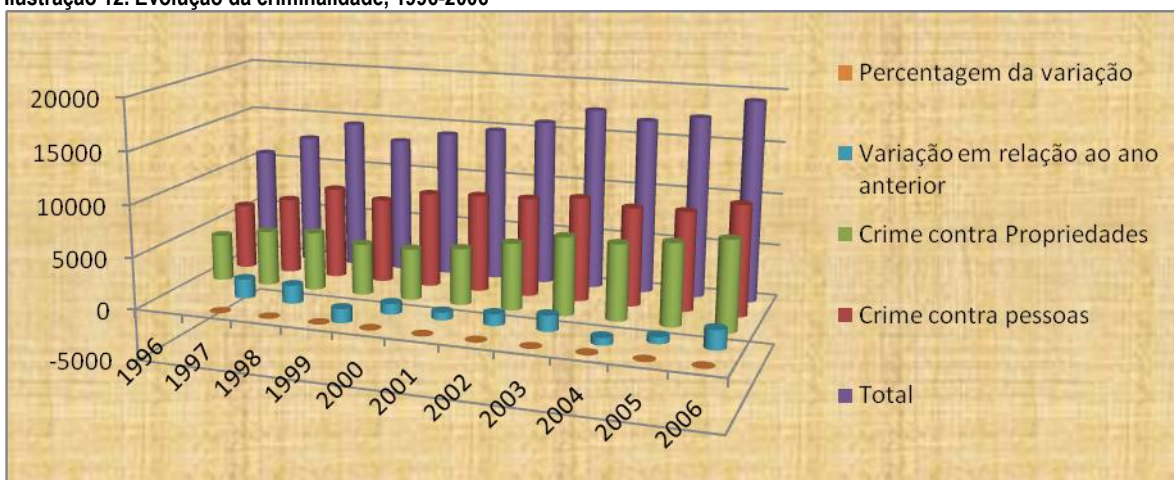
Ilustração 11. Estatísticas de Crimes contra pessoas e propriedades



**Tabela 32. Evolução da criminalidade entre 1996-2006**

Anos	Crime contra pessoas	Crime contra Propriedades	Total	Varição em relação ao ano anterior	Porcentagem da variação
1996	6.385	4.492	10.877		
1997	7.411	5.338	12.749	1.872	17,2%
1998	8.892	5.633	14.525	1.776	13,9
1999	8.181	4.954	13.135	- 1390	- 9,6%
2000	9.219	4.936	14.155	1.020	7,8%
2001	9.420	5.451	14.871	716	5,1%
2002	9.549	6.427	15.976	1.105	7,4%
2003	10.003	7.487	17.490	1.514	9,5%
2004	9.478	7.291	16.769	- 721	-4,1%
2005	9.550	7.861	17.411	642	3,8%
2006	10.624	8630	19254	1.843	10,6%

**Ilustração 12. Evolução da criminalidade, 1996-2006**



## 5- Uso de Veículo

Pela sua importância, o crime de uso de veículo, ou melhor, o uso indevido de veículo passou a merecer uma particular atenção da parte dos serviços de registo criminal da PN, exactamente porque se trata de um crime que nos últimos anos vem acontecendo cada vez com mais frequência, com particular incidência na cidade da Praia.

Esta menção é importante pois se trata no fundo de um furto ou roubo, embora temporário, só que esse bem habitualmente é devolvido ao seu proprietário ou é abandonado algures na cidade. Pensamos que a razão disso se prende com o porte do bem subtraído que é difícil dissimular e ainda porque, felizmente, não existe em Cabo Verde uma prática reiterada de desmantelamento de veículos tendo em vista a sua transformação em peças.

Neste ponto iremos nos debruçar, fundamentalmente, sobre os furtos e ou roubos que ocorrem em Cabo Verde. Já dissemos noutra altura que a ideia é analisar os crimes mais graves ou violentos devido ao impacto social que provocam na sociedade cabo-verdiana, influenciando um clima de insegurança. No ano de 2008 a PN e a PJ registaram 15051 CCPT. No ano de 2009 a PN e a PJ registaram 15792 CCPT. Houve um aumento de mais 741 casos, ou seja de 4,7 por cento.

Mas, pelo facto da Polícia Nacional ter os dados mais desagregados desde o ponto de vista dos Centros Urbanos que interessam ao estudo.

No ano de 2008 a PN registou 10270 casos CCPT. Em 2009 a PN registou 11317 casos CCPT, tendo havido, por conseguinte, um aumento de mais 1047 casos, ou seja de 9,25 por cento.

**Tabela 33. Estatísticas CCPT graves ou violentos**

Crimes CCPT Graves ou violentos	2008	2009	DIFERENÇA
PORTO NOVO	125	160	35
BRAVA	91	71	-20
TARRAFAL	136	135	-1
SANTA CRUZ	331	291	-40
BOAVISTA	178	265	87
Total:	861	922	61

Os dados do quadro vêm confirmar o aumento dos crimes CCPT (+9,25%) no seu todo no território nacional, ainda que com as diminuições da Brava e Santa Cruz.

Os crimes graves CCPT, portanto, furto, roubo e uso de Veículo já são 65,7% por cento de todos os crimes cometidos no território nacional, isto de acordo com os dados da PN e referentes ao ano 2009. Recorde-se que ainda deveríamos somar a estes valores os dados da Polícia Judiciária. Isso só não acontece porque não é possível desagregar as informações estatísticas da PJ. Mas é de se considerar que essa percentagem é, de longe, muito maior que o conhecido.

No caso dos crimes graves CCPT dos 5 concelhos, mesmo aqui se regista um aumento deles. No entanto, a Brava e Santa Cruz acusam uma redução de crimes, mantendo-se Tarrafal estabilizado.

O crime de furto cometido nos 5 concelhos é 11,5% dos 3729 furtos que são cometidos nos 10 Concelhos ao longo de um ano e o crime de Roubo é 14,4% dos 3035.

O crime de uso de veículo não tem muita expressão nesses centros urbanos quais sejam Porto Novo, Boavista, Tarrafal, Santa Cruz e Brava. A sua maior expressão acontece na Cidade da Praia pelas razões óbvias: maior parque automóvel do país e maior concentração de população.

Nesses municípios os crimes CCPT distribuem-se do seguinte modo: Porto Novo regista 2,1% dos crimes CCPT graves de todo o país; Boavista regista 3,5%; Tarrafal regista 1,8%; Santa Cruz regista 3,9% e Brava 0,95%.

Note-se que embora o concelho de Santa Cruz tenha registado uma diminuição de crimes graves entre o ano 2008 e o ano 2009, continua sendo um concelho onde os crimes graves são mais frequentes quando comparado com os 4 restantes centros urbanos. Será um concelho a se ter em conta, numa futura implantação de instalações policiais e afectação de mais meios humanos, devido à sua quantidade de população, dispersão do território, etc.

#### **4.3.A percepção da violência e sua relação com o espaço urbano: uma análise comparativa**

##### **4.3.1. Percepção sobre a violência urbana**

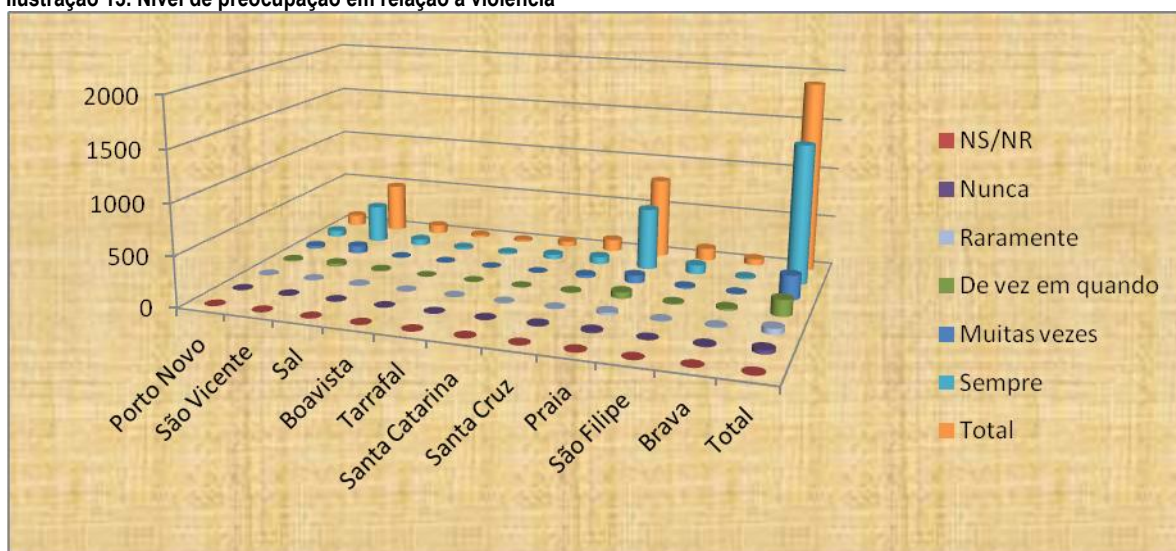
A preocupação com a violência nos centros urbanos é manifesta em todos os centros urbanos inquiridos e resulta, em parte, da vivência de situações de violência e de sua forte mediatização. Na verdade, como assinala Porto (2009) o sentimento de (in) segurança e a percepção da violência são influenciados por vários factores, dentre os quais as representações sociais que as populações fazem do fenómeno, para as quais muito contribui, também, o papel dos Mídias.

Assim, como se pode ver, a nível nacional, cerca de 73% dos inquiridos se mostram sempre preocupados com a violência nos centros urbanos e 12,8% estão muitas vezes preocupados.

**Tabela 34. Nível de preocupação em relação à violência por município**

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Sempre	64	378	62	22	17	47	73	620	91	17	1391
	3,4%	19,9%	3,3%	1,2%	,9%	2,5%	3,8%	32,7%	4,8%	,9%	73,3%
Muitas vezes	29	75	6	5	0	0	26	79	15	8	243
	1,5%	4,0%	,3%	,3%	,0%	,0%	1,4%	4,2%	,8%	,4%	12,8%
De vez em quando	15	30	12	0	0	1	8	64	12	21	163
	,8%	1,6%	,6%	,0%	,0%	,1%	,4%	3,4%	,6%	1,1%	8,6%
Raramente	2	6	6	0	2	0	2	25	6	9	58
	,1%	,3%	,3%	,0%	,1%	,0%	,1%	1,3%	,3%	,5%	3,1%
Nunca	1	2	2	0	1	2	10	12	0	8	38
	,1%	,1%	,1%	,0%	,1%	,1%	,5%	,6%	,0%	,4%	2,0%
NS/NR	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	4
	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,1%	,0%	,2%	,0%	,0%	,2%
Total	111	491	88	27	20	51	119	803	124	63	1897
	5,9%	25,9%	4,6%	1,4%	1,1%	2,7%	6,3%	42,3%	6,5%	3,3%	100,0%

**Ilustração 13. Nível de preocupação em relação à violência**



Já apenas 3,1% afirmam que raramente se preocupam com a questão da violência e 2% nunca têm essa preocupação. No entanto, 28,9% afirmam que os inquiridos consideram os seus

bairros como sendo muito pacíficos (4,8%) ou pacíficos (24,1%). Em contrapartida, 26,9% consideram os seus bairros como moderadamente violentos e 15,4% como muito violentos.

Pode-se pois sublinhar que em termos globais não apenas existe uma forte preocupação com a violência urbana como também a sua proximidade em relação aos residentes que afirmam, numa proporção significativa que seus bairros enfrentam problemas de violência, conduzindo à insegurança

É verdade, contudo, a existência de algumas especificidades, nomeadamente o caso da Brava onde, tanto a preocupação quanto a (con) vivência com situações de violência. Pode-se ainda constatar que em alguns centros urbanos, nomeadamente Espargos, Santa Maria (Sal) e Sal Rei (Boa Vista) existe uma correspondência entre o nível de preocupação com a violência e a (con) vivência nos bairros com situações de insegurança. Já nos demais centros urbanos constatou-se que a uma elevada preocupação com a violência tem-se uma menor (con) vivência nos bairros com situações de violência.

**Ilustração 14. Percepção dos inquiridos relativamente à situação do bairro de residência, por Município**

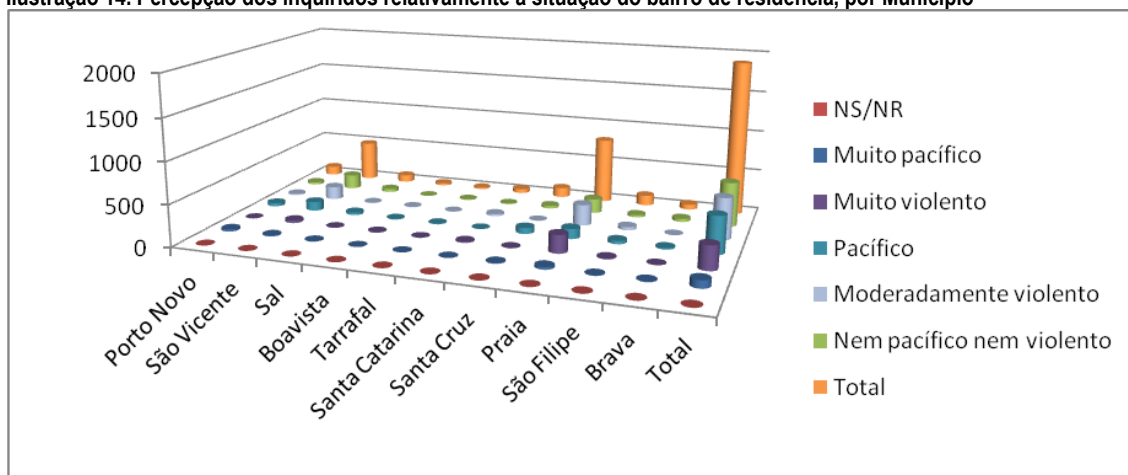




Tabela 35. Percepção dos inquiridos relativamente à situação do bairro de residência, por Município

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Muito pacífico	26 1,4%	12 ,6%	5 ,3%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	8 ,4%	31 1,6%	4 ,2%	6 ,3%	92 4,8%
Pacífico	41 2,2%	111 5,9%	32 1,7%	9 ,5%	8 ,4%	2 ,1%	73 3,8%	123 6,5%	41 2,2%	18 ,9%	458 24,1%
Nem pacífico nem violento	30 1,6%	176 9,3%	41 2,2%	4 ,2%	9 ,5%	8 ,4%	34 1,8%	174 9,2%	29 1,5%	38 2,0%	543 28,6%
Moderadamente violento	14 ,7%	159 8,4%	7 ,4%	6 ,3%	2 ,1%	26 1,4%	1 ,1%	255 13,4%	39 2,1%	1 ,1%	510 26,9%
Muito violento	0 ,0%	33 1,7%	3 ,2%	8 ,4%	0 ,0%	15 ,8%	2 ,1%	220 11,6%	11 ,6%	0 ,0%	292 15,4%
NS/NR	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 ,1%	0 ,0%	1 ,1%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	2 ,1%
Total	111 5,9%	491 25,9%	88 4,6%	27 1,4%	20 1,1%	51 2,7%	119 6,3%	803 42,3%	124 6,5%	63 3,3%	1897 100,0%

#### 4.3.2. Exposição à violência urbana

Uma análise comparativa permite-nos apreender que, dos centros urbanos estudados, cerca de um quinto dos inquiridos ou seus familiares foram vítimas de crimes violentos em 2010. Em termos relativos, a incidência de crimes violentos foi maior nos centros urbanos do Tarrafal, Mindelo, Sal Rei, Santa Catarina e Praia que estiveram acima da média nacional.

Ilustração 15. Inquiridos ou seus familiares vítimas de crimes violentos no último ano

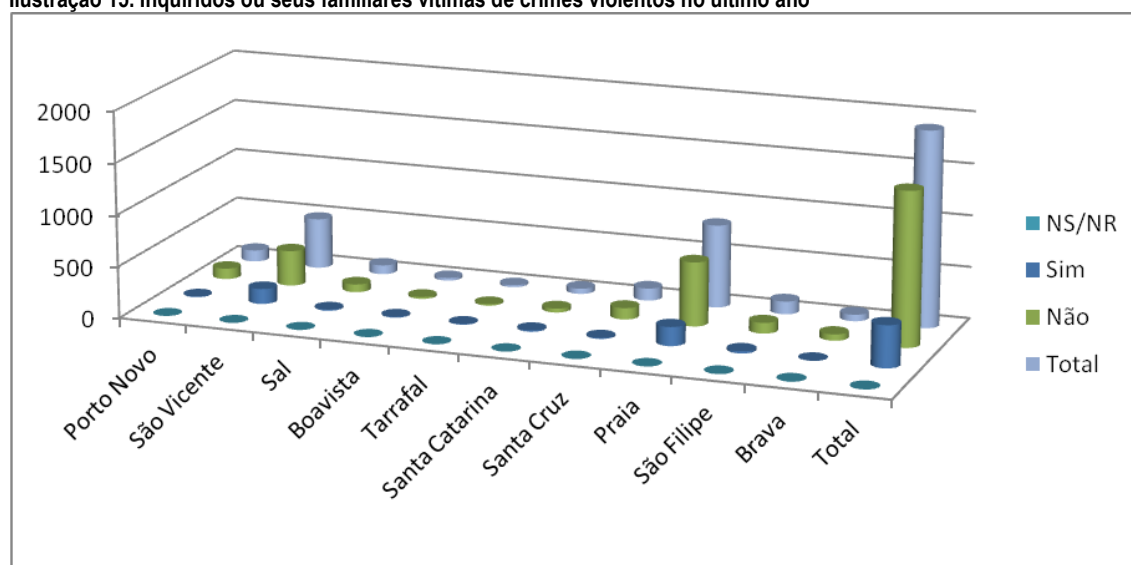
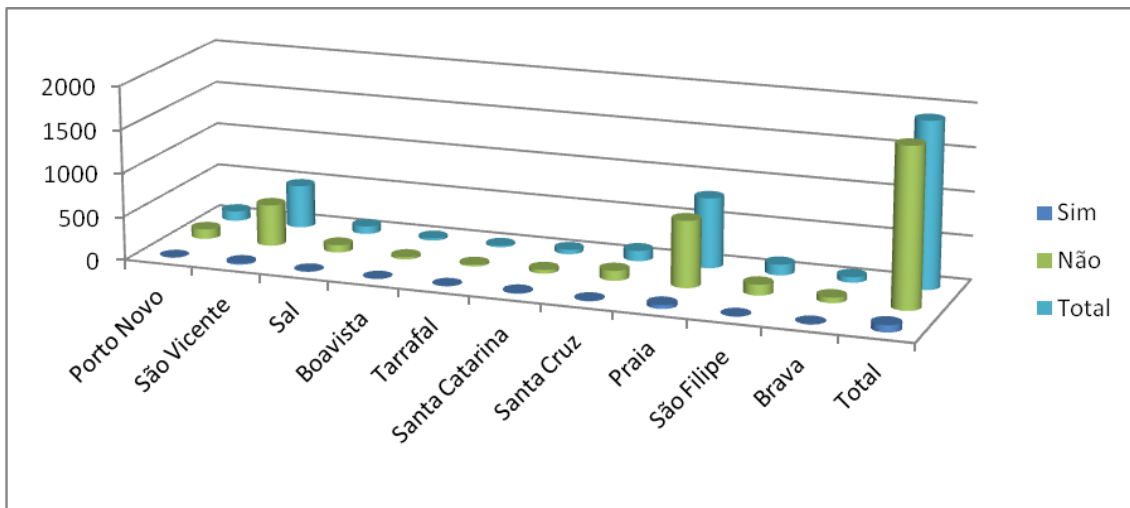


Ilustração 16. Inquiridos que pensam mudar de residência por insegurança, por Município



Na Cidade de Nova Sintra, ao contrário, a incidência foi marginal, estando ainda as cidades de Porto Novo, Pedra Badejo, Espargos e Santa Maria e S. Filipe situados abaixo da média nacional.

A preocupação com a violência crescente percebida pelos crescentes pode exponenciar o sentimento de insegurança nos bairros de residência e induzir os residentes à busca de alternativas. De acordo com os resultados do estudo, no entanto, apenas 15,3% dos inquiridos afirmaram já ter pensado em mudar de residência por motivos de violência e insegurança. Existe, no entanto, diferenças regionais significativas. Enquanto em Assomada 35% já pensaram mudar de casas, um terço em Sal Rei e 23% na cidade da Praia, em Porto Novo nenhum inquirido afirmou ter pensado em sair do bairro, assim como em Nova Sintra. Em Pedra Badejo e Tarrafal a percentagem dos inquiridos que já pensou em mudar é relativamente baixa.

De igual modo, poucos foram os residentes que terão sido pressionados a mudar de residência e/ou de bairro sob pena de represália (4,2%). No entanto, em Assomada 17,6% afirmaram ter sido pressionados, cerca de treze pontos percentuais acima da média nacional. Nos outros centros urbanos a ameaça não existiu (Porto Novo e Sal Rei) ou então é pouco significativa.

#### 4.3.3. Exposição à violência urbana

Mais do que a preocupação com a violência e os crimes, na ausência de estatísticas fidedignas sobre a criminalidade, um recurso metodológico importante é o estudo da vitimização ou seja a percepção dos residentes em relação às probabilidades de serem vítimas bem como a enumeração dos casos em que efectivamente sofreram acções violentas.

**Tabela 36. Inquiridos que, no último ano, foram vítimas de crimes violentos por município**

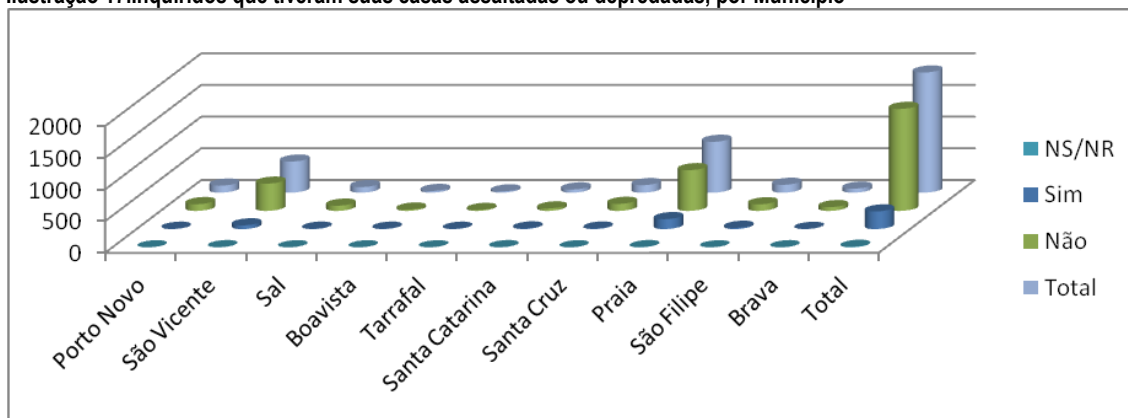
	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Sim	7 6,3%	147 29,9%	11 12,5%	8 29,6%	6 30,0%	13 25,5%	9 7,6%	183 22,8%	21 16,9%	1 1,6%	406 21,4%
Não	104 93,7%	344 70,1%	77 87,5%	19 70,4%	14 70,0%	38 74,5%	110 92,4%	620 77,2%	103 83,1%	61 96,8%	1490 78,5%
NS/NR	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 1,6%	1 ,1%
Total	111 100,0%	491 100,0%	88 100,0%	27 100,0%	20 100,0%	51 100,0%	119 100,0%	803 100,0%	124 100,0%	63 100,0%	1897 100,0%

Ainda no que diz respeito à vitimação constata-se que, em termos médios nacionais, 14,7% dos inquiridos tiveram suas casas assaltadas ou depredadas, com diferenças entre os centros urbanos estudados. Com efeito, no Tarrafal 25% dos inquiridos tiveram suas residências assaltadas, tendo essa percentagem chegado a 22% em Sal Rei e 19,6% em Assomada e na Praia. Trata-se de uma percentagem não negligenciável de residências, oscilando entre um quarto e um quinto dos inquiridos. Nova Sintra, Pedra Badejo, Porto Novo, Espargos e Sal apresentam uma situação bem melhor do que a média nacional.

**Tabela 37. Inquiridos que tiveram suas casas assaltadas ou depredadas, por Município**

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Sim	5 4,5%	59 12,0%	6 6,8%	6 22,2%	5 25,0%	10 19,6%	8 6,7%	157 19,6%	20 16,1%	3 4,8%	279 14,7%
Não	106 95,5%	430 87,6%	82 93,2%	21 77,8%	15 75,0%	39 76,5%	111 93,3%	643 80,1%	104 83,9%	59 93,7%	1610 84,9%
NS/NR	0 ,0%	2 ,4%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	2 3,9%	0 ,0%	3 ,4%	0 ,0%	1 1,6%	8 ,4%
Total	111 100,0%	491 100,0%	88 100,0%	27 100,0%	20 100,0%	51 100,0%	119 100,0%	803 100,0%	124 100,0%	63 100,0%	1897 100,0%

Ilustração 17. Inquiridos que tiveram suas casas assaltadas ou depreedadas, por Município



Como se pode perceber dos resultados do inquérito, em termos médios nacionais, 21,4% dos inquiridos foram, em 2010, vítimas de crimes violentos, sendo particularmente relevante no Tarrafal (30%), Mindelo (29,9%), Sal Rei (29,6%), Assomada (25,5%) e Praia (22,8%). Significa, por conseguinte que nas principais cidades do país, residentes foram no último ano vítimas de algum tipo de crime violento. Nos demais centros urbanos a incidência de crimes violentos foi menor, com particular realce para a cidade de Nova Sintra.

Tabela 38. Opinião dos inquiridos sobre a origem social dos autores dos crimes, segundo o Município

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Pessoas de fora do bairro	33 29,7%	95 19,3%	38 43,2%	4 14,8%	4 20,0%	11 21,6%	55 46,2%	162 20,2%	47 37,9%	7 11,1%	456 24,0%
Pessoas do bairro	38 34,2%	54 11,0%	9 10,2%	1 3,7%	6 30,0%	1 2,0%	29 24,4%	175 21,8%	11 8,9%	24 38,1%	348 18,3%
Pessoas do bairro e fora do bairro	32 28,8%	313 63,7%	35 39,8%	22 81,5%	10 50,0%	39 76,5%	29 24,4%	457 56,9%	66 53,2%	7 11,1%	1010 53,2%
Outros	1 ,9%	9 1,8%	6 6,8%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	2 1,7%	4 ,5%	0 ,0%	25 39,7%	47 2,5%
NS/NR	7 6,3%	20 4,1%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	4 3,4%	5 ,6%	0 ,0%	0 ,0%	36 1,9%
Total	111 100,0%	491 100,0%	88 100,0%	27 100,0%	20 100,0%	51 100,0%	119 100,0%	803 100,0%	124 100,0%	63 100,0%	1897 100,0%

Quando se analisa, na percepção dos inquiridos, a residência dos agressores, constata-se que para a maioria, 53,2%, são tanto pessoas do bairro de residência dos inquiridos quanto de fora. No entanto, constata-se existir diferenças significativas entre os centros urbanos.

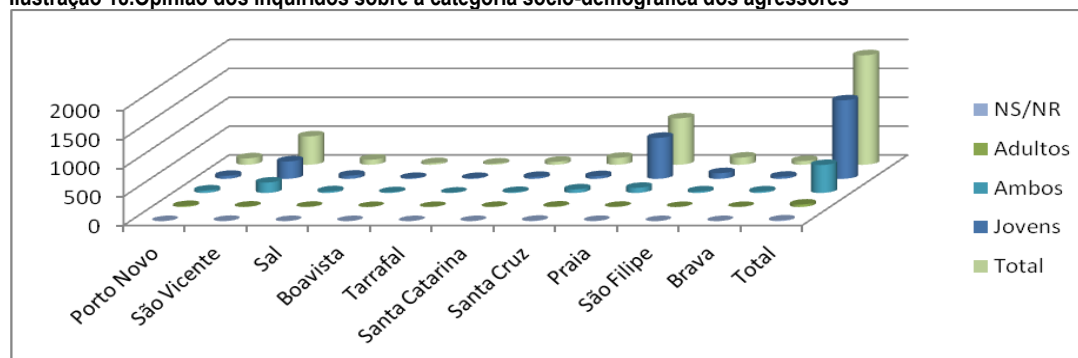
Com efeito, para 46% dos residentes de Pedra Badejo, 43% de Espargos e Sal Rei e 37% de S. Filipe os agressores são exclusivamente pessoas de fora do bairro, diferenciando-se da média nacional. Em contrapartida, para 34% dos residentes de Porto Novo, 30% do Tarrafal, 24% de Pedra Badejo e 21% da Praia, os agressores são todos do próprio bairro desses inquiridos.

No entanto, os residentes dos centros urbanos inquiridos, de forma maioritária, atribuem os actores de violência e crime aos jovens. Na verdade, 71,7% dos inquiridos apontam os jovens como os responsáveis pela violência.

**Tabela 39. Opinião dos inquiridos sobre a categoria socio-demográfica dos agressores**

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Jovens	52 46,8%	301 61,3%	55 62,5%	15 55,6%	14 70,0%	33 64,7%	46 38,7%	710 88,4%	98 79,0%	36 57,1%	1360 71,7%
Adultos	17 15,3%	7 1,4%	4 4,5%	0 ,0%	1 5,0%	2 3,9%	7 5,9%	3 ,4%	0 ,0%	1 1,6%	42 2,2%
Ambos	42 37,8%	180 36,7%	28 31,8%	12 44,4%	5 25,0%	16 31,4%	61 51,3%	88 11,0%	26 21,0%	26 41,3%	484 25,5%
NS/NR	0 ,0%	3 ,6%	1 1,1%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	5 4,2%	2 ,2%	0 ,0%	0 ,0%	11 ,6%
Total	111 100,0%	491 100,0%	88 100,0%	27 100,0%	20 100,0%	51 100,0%	119 100,0%	803 100,0%	124 100,0%	63 100,0%	1897 100,0%

**Ilustração 18. Opinião dos inquiridos sobre a categoria socio-demográfica dos agressores**



Apenas em Pedra Badejo (51,3%) os residentes pensam de forma maioritária que são tanto jovens quanto adultos os responsáveis pelos actos de violência. Em Sal Rei (44,4%), Nova Sintra-Brava (41,3%) são muitos os residentes que também pensam tanto jovens quanto adultos estão envolvidos. De ressaltar, contudo, que a responsabilidade cometida exclusivamente a adultos é pouco significativa, sendo de 2,2% em termos médios nacionais.

Tabela 40. Distribuição dos autores da violência segundo género, por Município

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Rapazes/ Homens	39 35,1%	288 58,7%	53 60,2%	0 ,0%	14 70,0%	40 78,4%	54 45,4%	594 74,0%	81 65,3%	43 68,3%	1206 63,6%
Mulheres/ Raparigas	6 5,4%	4 ,8%	2 2,3%	0 ,0%	1 5,0%	0 ,0%	5 4,2%	10 1,2%	2 1,6%	1 1,6%	31 1,6%
Ambos	60 54,1%	191 38,9%	31 35,2%	27 100,0%	5 25,0%	11 21,6%	56 47,1%	191 23,8%	41 33,1%	19 30,2%	632 33,3%
NS/NR	6 5,4%	8 1,6%	2 2,3%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	4 3,4%	8 1,0%	0 ,0%	0 ,0%	28 1,5%
Total	111 100,0%	491 100,0%	88 100,0%	27 100,0%	20 100,0%	51 100,0%	119 100,0%	803 100,0%	124 100,0%	63 100,0%	1897 100,0%

Quando se analisa em termos de género constata-se que para 63,6% dos inquiridos, portanto aproximando-se dos dois terços, são rapazes e homens considerados como sendo os responsáveis pelos crimes. Já 31% consideram que são tanto homens/rapazes quanto mulheres/raparigas.

De ressaltar que apenas 1,6 % dos inquiridos afirmaram que os agressores terão sido apenas mulheres ou meninas, o que pode indiciar que, em regra, quando estas se envolvem em situações de violência estão consociados com rapazes ou homens.

Observa-se ainda que o grosso da violência acontece à noite e de madrugada período em que o policiamento, particularmente nos bairros mais sensíveis é menor e em que o controlo social sobre as pessoas, ainda que pela mera visibilidade das ruas e uma maior e melhor visualização das pessoas, são bem menores mormente num contexto de precária iluminação pública e em que a conformação topológica dos bairros dificulta um controlo e uma visão da

totalidade da rua, menos ainda do bairro, estando-se, por conseguinte, no contraponto do *panopticum foucaultiano*.

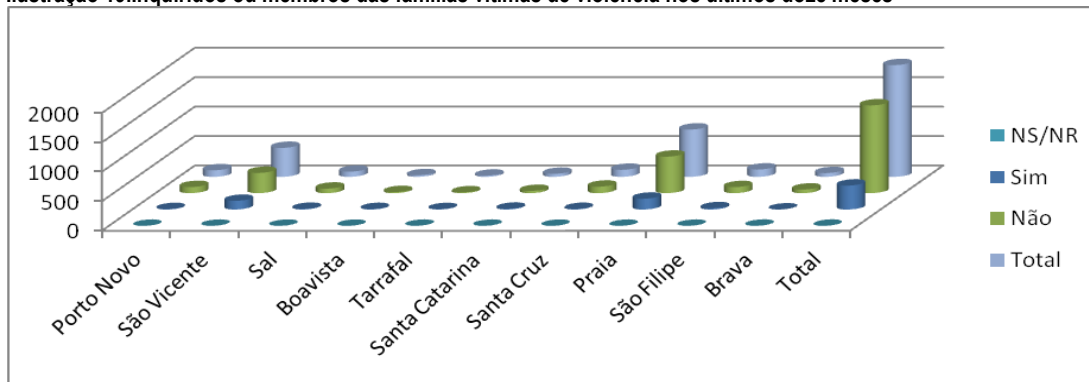
Resulta também do estudo que as acções de violência tendem a acontecer em grupo e no período da noite. Com efeito, para 49,2% dos inquiridos existem grupos /bandos de jovens nos seus bairros de residência e que provocam conflito, sendo 79% na Praia, 39,7% em Mindelo e 40% em Sal Rei. Dos inquiridos que consideram existir grupos/bandos violentos, 87% afirmam que eles já realizaram acções de violência nos bairros, oscilando entre os 88,8% na Praia, 80,4% no Mindelo e 50% em Espargos e Santa Maria (cf. Anexos).

De ressaltar ainda que para 79,7% dos inquiridos esses grupos para além da desordem e dos confrontos entre si praticam roubos e assaltos, variando entre 81,5% na Praia, 77% no Mindelo e 100% em Espargos e Santa Maria. De igual modo, constata-se que um pouco mais de um quinto dos inquiridos e/ou seus familiares foram vítimas de actos violentos nos últimos doze meses, sendo particularmente acentuado nos centros urbanos do Tarrafal, Sal Rei, Mindelo, Assomada e Praia.

Tabela 41. Inquiridos ou membros das famílias vítimas de violência nos últimos doze meses

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Sim	7 6,3%	147 29,9%	11 12,5%	8 29,6%	6 30,0%	13 25,5%	9 7,6%	183 22,8%	21 16,9%	1 1,6%	406 21,4%
Não	104 93,7%	344 70,1%	77 87,5%	19 70,4%	14 70,0%	38 74,5%	110 92,4%	620 77,2%	103 83,1%	61 96,8%	1490 78,5%
NS/NR	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 1,6%	1 ,1%
Total	111 100,0%	491 100,0%	88 100,0%	27 100,0%	20 100,0%	51 100,0%	119 100,0%	803 100,0%	124 100,0%	63 100,0%	1897 100,0%

Ilustração 19. Inquiridos ou membros das famílias vítimas de violência nos últimos doze meses



#### 4.4. A relação entre a infra-estruturação urbana, a evolução da criminalidade e a percepção sobre violência

A violência urbana atinge pessoas, destruindo vidas e famílias, danificando bens e propriedades privados e públicos, criando um clima de medo, de terror e de desconfiança que tendem a generalizar-se. *À la limite*, todos tendem a desconfiar de todos. No entanto, ainda que os actos de violência sejam perpetrados por actores sociais e são estes que também deles sofrem, a violência e a criminalidade ocorrem em espaços físicos socialmente construídos, apropriados e manipulados de forma desigual. Ou seja, o território, enquanto espaço usado e alienado, constitui territorialidades que incluem, permitindo o exercício da cidadania, ou excluem, negando o direito à cidadania. Pode-se, pois, afirmar que os espaços urbanos corporificam formas de estar e constituem formas de classificação económica, social e política.

Por isso, tende-se a encontrar, nos espaços urbanos relações simétrica entre bairros que tendem a concentrar determinados tipos de violência (crimes contra pessoas versus crimes contra propriedades) e os que tendem a concentrar mais vítimas e outros mais agressores.

O cruzamento dos dados das estatísticas policiais e dos inquéritos seja aos jovens e adultos seja aos polícias corroboram esta asserção. Por outro lado, existe uma correlação forte entre os bairros planificados, urbanizados e detentores de equipamentos sociais e serviços sociais básicos e diferenciados e a incidência de crimes contra a propriedade e os bairros desprovidos de sistemas de planeamento e gestão urbanísticos, com ausência de equipamentos e serviços sociais e a maior concentração de agressores de crimes contra pessoas.

Tabela 42. Existência de grupos de jovens violentos nos bairros por Município

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Sim	22 19,8%	195 39,7%	8 9,1%	11 40,7%	3 15,0%	11 21,6%	10 8,4%	635 79,1%	38 30,6%	0 ,0%	933 49,2%
Não	50 45,0%	104 21,2%	67 76,1%	16 59,3%	14 70,0%	18 35,3%	77 64,7%	88 11,0%	27 21,8%	62 98,4%	523 27,6%
NS/NR	39 35,1%	192 39,1%	13 14,8%	0 ,0%	3 15,0%	22 43,1%	32 26,9%	80 10,0%	59 47,6%	1 1,6%	441 23,2%
Total	111 100,0%	491 100,0%	88 100,0%	27 100,0%	20 100,0%	51 100,0%	119 100,0%	803 100,0%	124 100,0%	63 100,0%	1897 100,0%



A análise dos dados permitem ainda concluir que em termos médios cerca de 49% dos inquiridos, por conseguinte, quase metade, consideram que nos seus bairros onde residem existem grupos juvenis (gangues) que praticam actos de violência. Trata-se aqui, não apenas de uma mera percepção, de uma vivência, uma vez que a quotidianidade dos inquiridos vivenciada nos bairros. Na cidade da Praia essa percepção e convicção é extremamente vincada, uma vez que 79% dos inquiridos afirmam existirem grupos juvenis violentos, quase trinta pontos percentuais acima da média nacional.

Já na cidade de Nova Sintra nenhum inquirido afirma existirem grupos juvenis violentos. No Tarrafal, Sal e Santa Cruz também a presença de grupos juvenis violentos é pouco significativa.

No entanto, mesmo nos bairros onde os inquiridos que afirmam existir grupos juvenis que praticam a violência esteja abaixo da média nacional, uma grande maioria sugere que, os que existem provocam actos de distúrbio. Com efeito, globalmente, 87% dos inquiridos têm essa percepção, sendo que Sal Rei e Tarrafal (100%), Porto Novo (95,5%), S. Filipe (92,3%) e Praia (88,6%) se encontram acima da média nacional.

**Tabela 43. Inquiridos que afirmam que os grupos juvenis praticam distúrbios nos bairros**

	Concelho									Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	
Sim	21 95,5%	160 80,4%	4 50,0%	11 100,0%	3 100,0%	9 81,8%	8 80,0%	565 88,8%	36 92,3%	817 87,0%
Não	0 ,0%	20 10,1%	3 37,5%	0 ,0%	0 ,0%	1 9,1%	0 ,0%	35 5,5%	1 2,6%	60 6,4%
NS/NR	1 4,5%	19 9,5%	1 12,5%	0 ,0%	0 ,0%	1 9,1%	2 20,0%	36 5,7%	2 5,1%	62 6,6%
Total	22 100,0%	199 100,0%	8 100,0%	11 100,0%	3 100,0%	11 100,0%	10 100,0%	636 100,0%	39 100,0%	939 100,0%

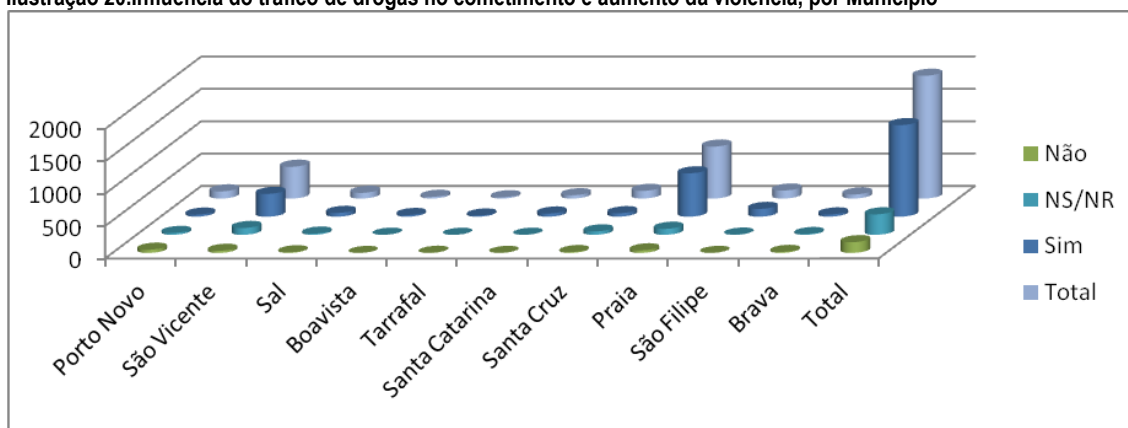
Tanto a nível do senso comum quanto em alguma literatura em ciências sociais tem-se associado os grupos juvenis envolvidos em situações de violência com implicações no consumo e no tráfico de drogas. De igual modo, a imprensa tem, amiúde, noticiado crimes resultantes do

tráfico de drogas, particularmente de ajustes de contas entre os traficantes. Esta visão e percepção podem ter um impacto junto aos moradores dos centros urbanos do país.

Tabela 44. Influência do tráfico de drogas no cometimento e aumento da violência, por Município

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Sim	32 28,8%	352 71,7%	59 67,0%	26 96,3%	18 90,0%	49 96,1%	54 45,4%	670 83,4%	120 96,8%	35 55,6%	1415 74,6%
Não	50 45,0%	33 6,7%	10 11,4%	0 0,0%	2 10,0%	1 2,0%	13 10,9%	40 5,0%	1 0,8%	16 25,4%	166 8,8%
NS/NR	29 26,1%	106 21,6%	19 21,6%	1 3,7%	0 0,0%	1 2,0%	52 43,7%	93 11,6%	3 2,4%	12 19,0%	316 16,7%
Total	111 100,0%	491 100,0%	88 100,0%	27 100,0%	20 100,0%	51 100,0%	119 100,0%	803 100,0%	124 100,0%	63 100,0%	1897 100,0%

Ilustração 20. Influência do tráfico de drogas no cometimento e aumento da violência, por Município



Com efeito, percebe-se que, em termos médios, 74,6% dos inquiridos consideram que o tráfico de drogas nos seus respectivos bairros tem tido uma influência no aumento e no cometido de actos de violência. Esta percepção é particularmente relevante em S. Filipe (96,8%), Sal Rei (96,3%), Assomada (96,1%) Tarrafal (90%) e Praia (83,4%).

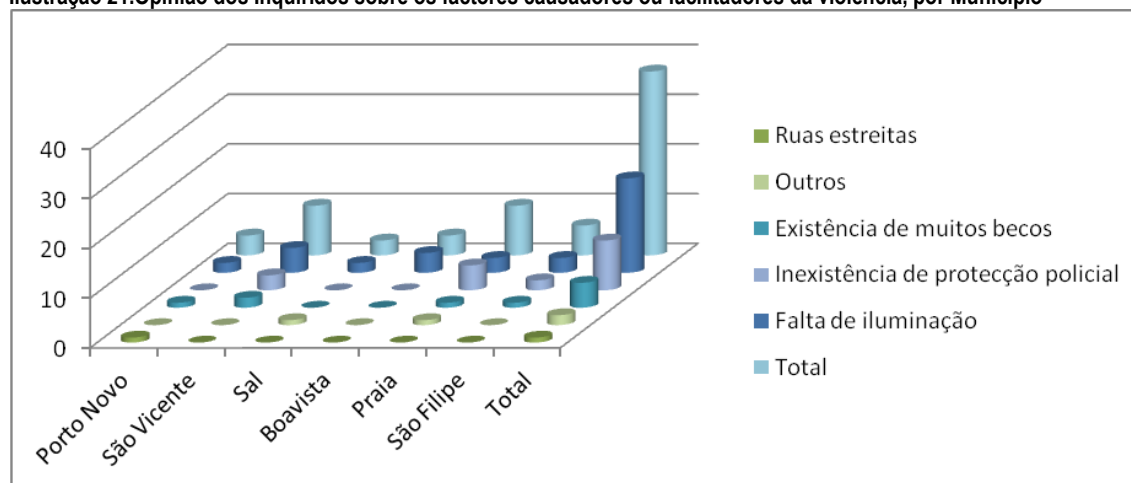
Uma outra dimensão analítica importante na determinação da violência tem a ver com a organização do espaço urbano, designadamente a inexistência de infra-estruturas e equipamentos que possam inibir situações de violência. Neste quadro, o planeamento urbano, as infra-estruturas viárias, a iluminação, a existência e disponibilização de serviços sociais de base, a par de acesso a rendimentos que permitam as famílias e aos indivíduos viverem condignamente, numa sociedade em que os padrões de consumo, num mundo globalizado, se

aproximam dos países desenvolvidos, são fundamentais para o combate à violência, criminalidade e exclusão social.

**Tabela 45. Opinião dos Inquiridos sobre os factores causadores ou facilitadores da violência, por Município**

	MUNICIPIO						Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Praia	São Filipe	
Falta de iluminação	2 50,0%	5 50,0%	2 66,7%	4 100,0%	3 30,0%	3 50,0%	19 51,4%
Ruas estreitas	1 25,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 2,7%
Existência de muitos becos	1 25,0%	2 20,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 10,0%	1 16,7%	5 13,5%
Inexistência de protecção policial	0 ,0%	3 30,0%	0 ,0%	0 ,0%	5 50,0%	2 33,3%	10 27,0%
Outros	0 ,0%	0 ,0%	1 33,3%	0 ,0%	1 10,0%	0 ,0%	2 5,4%
Total	4 100,0%	10 100,0%	3 100,0%	4 100,0%	10 100,0%	6 100,0%	37 100,0%

**Ilustração 21. Opinião dos Inquiridos sobre os factores causadores ou facilitadores da violência, por Município**



Como se pode ver da leitura do quadro, para 51,4% dos inquiridos a falta de iluminação pública constitui um dos factores facilitadores da violência. Em Sal Rei (100%) e no Sal (66,7%) esse factor é particularmente importante para os inquiridos.

Para os inquiridos da Praia (50%), de S. Filipe (33,3%) e do Mindelo (30%), a inexistência de protecção policial também deve ser considerada como um factor importante de facilitação da violência.

De ressaltar ainda que para 25% dos inquiridos de Porto Novo, 20% de Mindelo, 16,7% de S. Filipe e 10% da Praia a existência de muitos “becos” pode ser considerada como facilitadora da violência.

#### 4.5. Percepção dos agentes polícia sobre a violência

Como se pode aferir do mapa os crimes graves que são mais atendidos pelo pessoal das duas Polícias são o roubo com 53,0% de registos e o furto com 22,2%, seguidos da agressão física 15,4% e logo depois o homicídio 4,3% a nível nacional.

**Tabela 46. Tipos de crimes para os quais a polícia é chamada a intervir**

	Na sua actividade profissional diga quais os tipos de crimes a que tem sido chamado para intervir ou investigar com mais frequência							Total
	Roubo	Furto	Homicídio	Agressão Sexual	Agressão Física	Ameaça	Trafico de Drogas	
Masculino	54 46,2%	26 22,2%	1 ,9%	0 ,0%	16 13,7%	1 ,9%	0 ,0%	98 83,8%
Feminino	8 6,8%	0 ,0%	4 3,4%	2 1,7%	2 1,7%	2 1,7%	1 ,9%	19 16,2%
Total	62 53,0%	26 22,2%	5 4,3%	2 1,7%	18 15,4%	3 2,6%	1 ,9%	117 100,0%

Numa escala descendente temos o roubo em primeiro lugar, depois o furto, fazendo os dois mais de 75% de casos-crime-graves tratados pelos policiais e de seguida a agressão física (15,4%) que tem na sua génese brigas, desordens, tumultos, altercações e conflitos entre grupos rivais e bandos, o que faz com que estes três (3) tipos criminais ultrapassem os 90% de crimes graves tratados pela polícia.

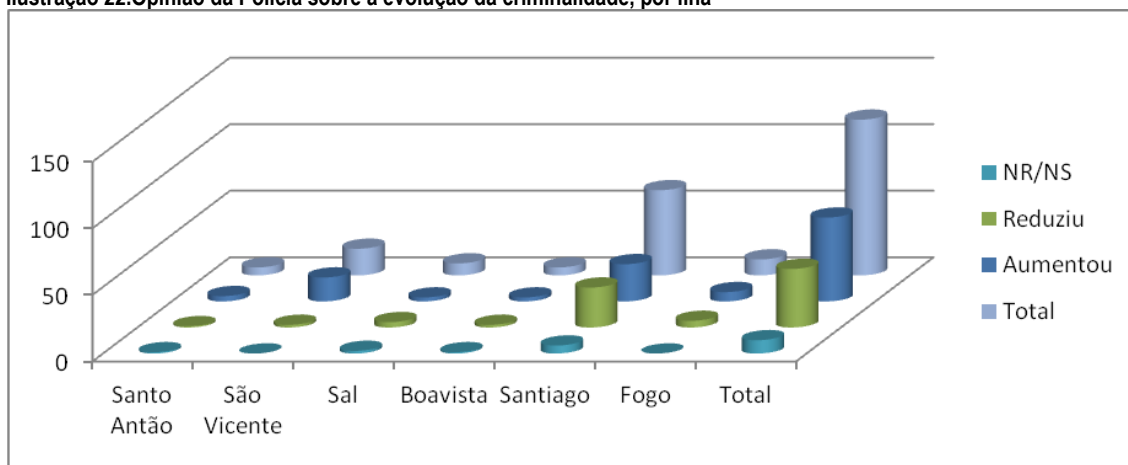
Essa asserção dos policiais não está longe da opinião da população em geral sobre os tipos de crime que acontecem no dia-a-dia.

Os registos de crimes dizem que à volta de 50% de todos os crimes registados no ano de 2009 dizem respeito aos crimes de roubo em primeiro lugar, furto a seguir e depois agressão física.

Tabela 47. Opinião da Polícia sobre a evolução da criminalidade, por ilha

	Ilha						Total
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Boavista	Santiago	Fogo	
Aumentou	4 3,4%	18 15,4%	3 2,6%	3 2,6%	28 23,9%	7 6,0%	63 53,8%
Reduziu	1 ,9%	2 1,7%	4 3,4%	2 1,7%	30 25,6%	5 4,3%	44 37,6%
NR/NS	1 ,9%	0 ,0%	2 1,7%	1 ,9%	6 5,1%	0 ,0%	10 8,5%
Total	6 5,1%	20 17,1%	9 7,7%	6 5,1%	64 54,7%	12 10,3%	117 100,0%

Ilustração 22. Opinião da Polícia sobre a evolução da criminalidade, por ilha



Em relação à questão posta aos Policiais da Polícia Nacional e da Polícia Judiciária, 53,8% acham que a criminalidade aumentou nas respectivas cidades, com a ilha de Santiago e a ilha de S. Vicente com a maior percentagem.

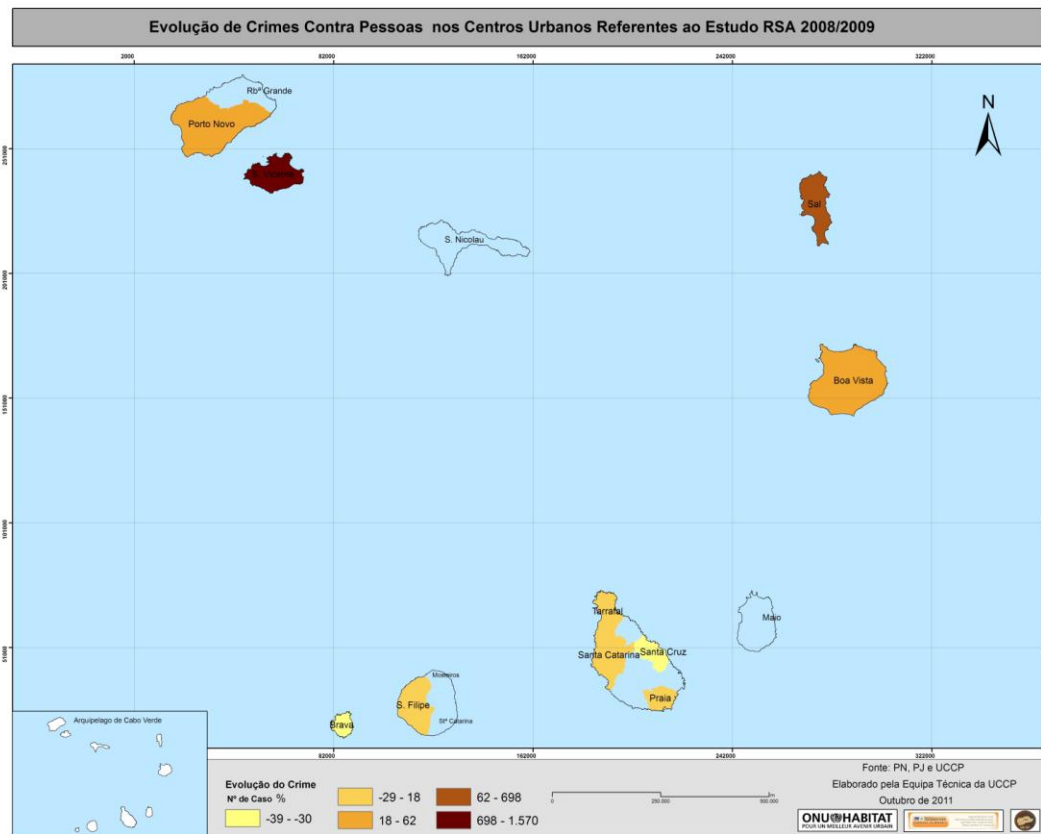
Em S. Vicente e Santo Antão a maior parte dos inquiridos considera ter havido um aumento da criminalidade nas suas regiões. A mesma coisa acontece nas ilhas de Fogo e Boavista, registando mais de metade dos inquiridos.

No entanto, na ilha de Santiago e no Sal mais de metade dos inquiridos da polícia acham que o crime reduziu.



urbanos de Santiago, S. Filipe e Nova Sintra apresentam uma taxa de evolução menos significativa.

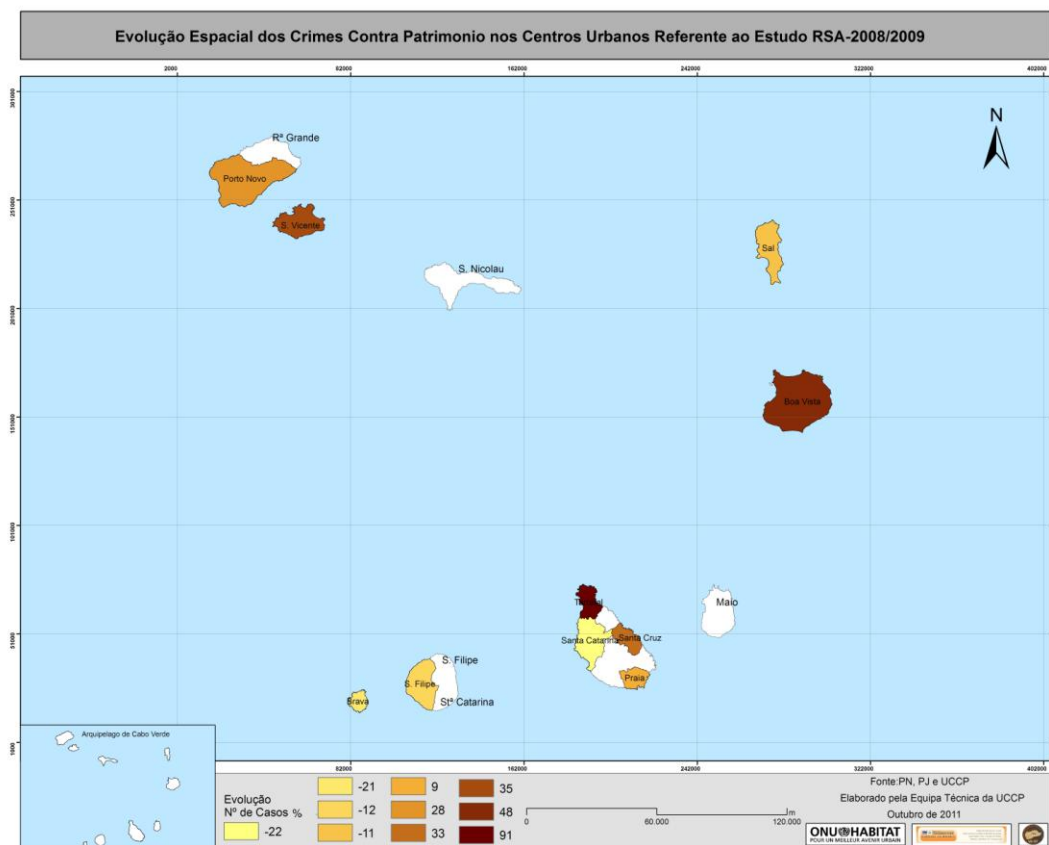
**Ilustração 24. Evolução de Crimes contra pessoas nos centros urbanos estudados**



Como referido anteriormente, esses dados são dados das polícias, apresentando os limites que lhes são intrínsecos. De igual modo, eles mostram as taxas de crescimento e de números absolutos de crimes registados em cada Cidade.

Já nos crimes contra o património, como se pode ver pela leitura da ilustração nº 25, constata-se que a incidência é maior na vila do Tarrafal, seguido de Sal Rei e depois Mindelo. A cidade de Assomada é a que apresenta uma menor incidência nos crimes contra o património.

**Ilustração 25. Evolução espacial dos crimes contra o património**



Uma das dimensões retidas no estudo tem a ver com a percepção da população dos centros urbanos relativamente á disponibilização por parte do governo de meios (recursos financeiros, técnicos, humanos e materiais) às polícias para as actividades de prevenção e combate à criminalidade.

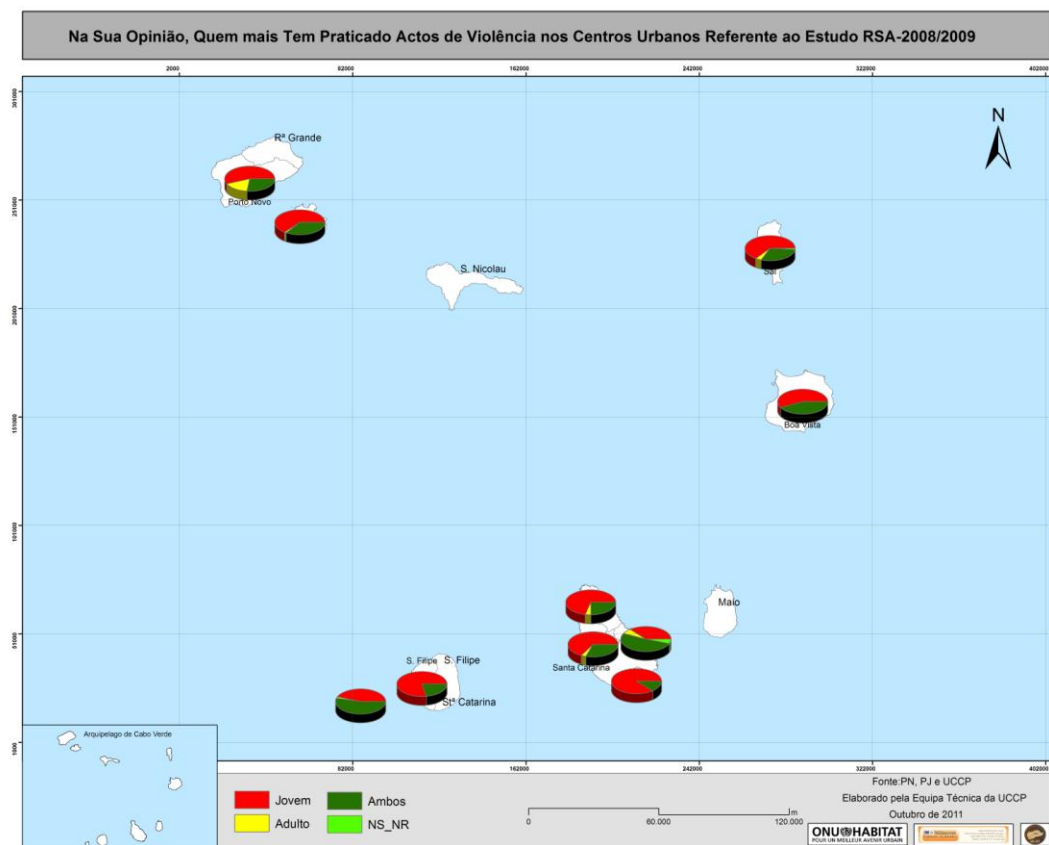
Como se pode ver da leitura do gráfico 26, a percepção maioritária vai no sentido de que, nos últimos anos, os recursos destinados às polícias têm vindo a diminuir. Esta posição é apenas menos significativa no Sal onde a taxa de não resposta foi muito elevada. Nas demais ilhas, a opinião maioritária vai na direcção de uma diminuição dos recursos disponibilizados.

È verdade que nem sempre a percepção corresponde à realidade factual. Contudo, ela é um indicador importante de medida do sentimento da violência, da impunidade e do descrédito nas instituições de segurança e em todas as instituições públicas, o que dificulta qualquer medida de política que pretenda assentar-se no envolvimento forte das populações.





**Ilustração 27. Grupos socio-demográficos considerados responsáveis pela violência**

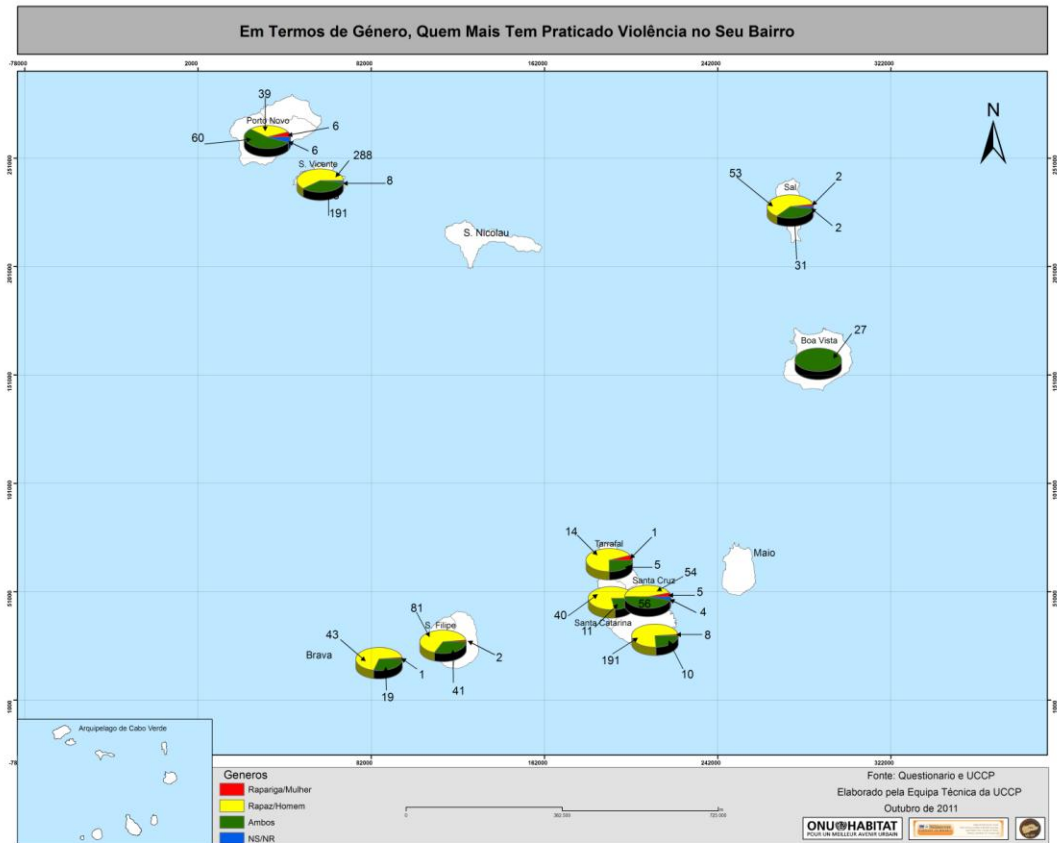


Em Assomada, Porto Novo e Sal Rei também os jovens são considerados os responsáveis principais pela violência mas de uma forma não tão significativa quanto as cidades anteriormente referenciadas. Nova Sintra e Pedra Badejo consideram que tantos jovens e adultos são igualmente responsáveis pelos actos de violência.

Interessante observar que em Porto Novo, contrariamente aos outros centros urbanos (com excepção de uma pequena percentagem em Assomada, Pedra Badejo, Tarrafal e no Sal), uma parte não negligenciável dos inquiridos consideram os adultos como sendo os responsáveis pela violência na cidade.

Quando se faz a análise em termos de género, constata-se quase que globalmente que a percepção da população dos centros urbanos é a de que são os rapazes/homens os autores da violência. Apenas em Sal – Rei verifica-se que todos os inquiridos atribuem uma responsabilidade partilhada entre rapazes/homens e meninas/mulheres.

**Ilustração 28. Percepção dos inquiridos sobre os autores de violência em termos género**



Uma ínfima parte dos inquiridos de Porto Novo e Pedra Badejo atribui a responsabilidade da violência à mulher.

Em todo o caso, não obstante uma maior responsabilização dos homens, não é de todo negligenciável a percepção relativamente à participação das mulheres em actos violentos, algo que se encontra presente em todos os centros urbanos estudados.

## Conclusões

Como referido na introdução ao estudo, o objectivo principal preconizado consistiu na realização de um diagnóstico nos principais centros urbanos do país tendo como centralidade analítica a busca de eventuais relações e conexões entre a organização e o desenvolvimento urbano e a violência nesses espaços.

A análise não partiu do pressuposto que a organização do espaço urbano, isto é forma como os centros urbanos foram planeados ou não, construídos e geridos determinam ou são a causa principal da criminalidade e da violência urbana que se tem vindo a registar em Cabo Verde. A literatura especializada, resgatada neste estudo, mostra que uma tal perspectiva tende a ser redutora e passível de, por via da segregação espacial e transmutando o espaço físico para o espaço ocupado, conduzir à responsabilização de grupos sociais específicos (normalmente os pobres e vulneráveis).

Assim, privilegiou-se uma análise multidimensional e integrada em que o espaço socialmente construído e apropriado tende, de forma diferencial, a constituir-se em espaços onde a violência tem maior ou menor incidência e onde os criminosos e infractores são mais ou menos numerosos.

Desde logo, convém ressaltar, pelos dados recolhidos seja das estatísticas policiais seja da vitimização, que os bairros ditos das classes médias tendem a concentrar os crimes de assalto a pessoas e a propriedade e nos bairros populares os crimes de agressão e homicídios e que resultam do confronto entre as “tribos urbanas” rivais.

De uma forma global, os resultados do estudo permitiram constatar que, de acordo com as estatísticas criminais, tem-se verificado um aumento de situações de violência e criminalidade nos principais centros urbanos do país. Este aumento da criminalidade encontra corroboração na percepção da violência por parte das populações, a partir do estudo da vitimização. Com efeito, nos principais centros urbanos do país, com excepção de Nova Sintra, Pedra Badejo e Porto Novo, situações de violência têm vindo a conhecer um incremento nos últimos anos.

No entanto, as estatísticas criminais devem ser analisadas com cuidado sobretudo quando não se conhecem os procedimentos utilizados para a construção das tipologias e dos registos nem os contextos em que as queixas são apresentadas, registadas ou recusadas. Aliás, uma análise das informações estatísticas disponibilizadas mostra a existência, por vezes, de alguma contradição, omissões nas séries apresentadas. Em todo, o caso, elas mostram as tendências, os perfis dos envolvidos e sua espacialização.

De uma forma geral, os casos de violência tendem a ocorrer, de acordo com as estatísticas policiais, nos bairros periféricos, não planejados e com elevados défices de infra-estruturas e serviços, abrigando, em regra, grupos sociais mais pobres e vulneráveis. Esta localização espacial da violência tende a levar, de forma linear e apressada, a reflexões que tendem a imputar aos pobres e vulneráveis a responsabilidade pela violência e pela criminalidade. Em regra, e as estatísticas policiais o demonstram, são os residentes nesses bairros as vítimas preferenciais da violência e que se traduz numa forte estigmatização desses bairros e de seus residentes, num auto-fechamento e exclusão.

É verdade que as estatísticas dos reclusos mostram que a maioria dos presos por violência são oriundos de bairros e de famílias mais pobres vulneráveis. Contudo, uma análise mais detalhada da situação nos mostra que, por um lado, o sistema judicial tende a, mais facilmente, condenar os mais pobres que têm maiores dificuldades de aceder a melhores advogados e a dominar os códigos e os rituais específicos desse sistema e, por outro, a própria investigação criminal tende, em muitos casos, a privilegiar determinados tipos de crimes e de “criminosos”. Os “*white collors*” mais dificilmente são criminalizados.

Resulta também dos resultados do estudo uma acentuada presença de jovens entre os delinquentes cadastrados e presumidos. Com efeito, a presença de jovens pertencentes a grupos envolvidos em situações de violência é importante devendo-se, por um lado, a “guerrilhas” por demarcação de territórios e afirmação de identidades e hegemonias territoriais e, por outro, ao envolvimento em pequenas criminalidades (assaltos e roubos e furtos), muitas vezes para alimentar vícios como álcool e drogas e em tráfico de drogas.

Dos grupos focais realizados nas prisões, os jovens reclusos imputam a entrada na violência como resultado de uma multiplicidade de factores, denotando a complexidade do fenómeno e a necessidade de uma abordagem sistémica.

As clivagens sociais e económicas, espacialmente, traduzidas numa ocupação diferenciada de indivíduos, grupos, classes e categoriais sociais, são apontadas, maioritariamente, pelos jovens do sexo masculino como condutores de revoltas pessoais e grupais. Querendo ter o mesmo padrão de consumo, sem poder, constituiu para alguns a razão de assaltos, roubos e furtos. De igual modo, a falta de empregos e rendimentos, a inexistência de infra-estruturas nos bairros para ocupação dos tempos livres ou, quando existem, são de difícil acesso aos jovens, a luta por demarcação de territórios constituem outros factores aduzidos.

O estudo mostra, igualmente, que a não/des/organização do espaço urbano tende a facilitar a ocorrência de violência e criminalidade. Desta forma, a precariedade em termos de iluminação,

a inexistência de mecanismos dissuasores da violência, a existência de ruelas e “becos” fazem com que, particularmente, no confronto entre grupos juvenis rivais, as condições sejam propícias.

Assinale-se ainda, no domínio do ordenamento do espaço urbano, a ausência de infra-estruturas e serviços sociais de base nos bairros periféricos e maioritariamente habitados por populações pobres: ausência de estradas e ruas, ou quando existem não estão nem calcetadas nem asfaltadas, sem manutenção e permanentemente sujeitas à degradação e erosão. Ausência de redes públicas de esgoto e de água. Habitações precárias e, na maior parte dos casos, sem mínimas condições de habitabilidade e em situação irregular o que impede aceder à energia eléctrica, à ligação domiciliária de água e esgotos; em alguns bairros, particularmente os mais recentes, inexistência de escolas, estruturas de saúde, de recreação, etc.

No que se refere aos jovens envolvidos em situação de violência e de criminalidade as informações disponíveis permitem apontar como factores explicativos desse envolvimento o indiciamento por parte de mais velhos ou de colegas que sobre eles têm ascendência e liderança, a busca de satisfação de necessidades de vícios, nomeadamente as drogas, o álcool e o cigarro, e as dinâmicas resultantes das “tribos urbanas”.

A montante, de todas essas situações deve-se apontar a precariedade económica e social dessas famílias, muitas vezes em situação de desemprego, chefiadas por mulheres, sem recursos e sem capital social que lhes permitam montar redes sociais de apoio e de influência dos poderes públicos.

O progressivo “definhamento” dos mecanismos sociais de controlo, nomeadamente dos idosos em relação aos mais novos, dos pais em relação aos familiares, dos vizinhos e das lideranças e chefias locais e comunitárias, tende a conduzir a um aumento da invisibilidade social e da não responsabilização individual, familiar e comunitária.

Deve-se ainda apontar a relativa deterioração do poder do Estado através de seus representantes, nomeadamente as instituições policiais, enquanto detentoras do monopólio legítimo da violência e condição da garantia da segurança e do bem comum. De forma progressiva, assiste-se a uma mudança do imaginário social em relação às autoridades, traduzindo-se num desencantamento e, por conseguinte, numa descrença, o que leva a construção de novos imaginários e, devido à necessidade da segurança ontológica de que todos os indivíduos necessitam (Giddens, Beck e Lash), alternativas são procuradas: gradeamento das casas, isolamento, aquisição de armas, privatização da segurança, etc.

## **Conclusões específicas**

### **A. No domínio do ordenamento urbano**

O estudo permite constatar uma fragilidade na capacidade organizacional das diferentes instituições intervenientes no domínio do planeamento e de gestão do espaço urbano, a que acresce uma dificuldade em termos de recursos financeiros que possam permitir a infra-estruturação e urbanização de novos espaços urbanos de forma a responder ao processo crescente de urbanização. De igual modo, a especulação fundiária urbana, na ausência de um sistema cadastral fiável tem constituído num forte handicap ao processo de planeamento e gestão urbanísticas.

A ocupação de solos urbanos de forma desorganizada, não respeitando as vocações naturais do solo, a construção em localidades de declive acentuado, a construção de moradias precárias e não obedecendo qualquer tipo de alinhamento dificultam os programas de reabilitação dos bairros, e de infra-estruturação dos mesmos.

A pobreza de grande parte dos moradores dos bairros periféricos não urbanizados diminui a capacidade das famílias de construir residências com um mínimo de condições de habitabilidade ao tempo que constitui um óbice ao desenvolvimento de programas públicos de construção de moradias sociais tendo em conta a pouca disponibilidade desses agregados familiares para a comparticipação ou aquisição das mesmas.

Constata-se ainda que a ausência, em muitos bairros, de redes de esgoto e água, de iluminação pública e de equipamentos colectivos, nomeadamente para as actividades recreativas, tende a facilitar as condições propícias ou facilitadoras de práticas de violência.

Deve-se ainda ter em conta que os resultados do inquérito mostram que existem uma percepção da população de um incremento da violência, levando a um aumento do sentimento de insegurança.

Pode-se, ainda, deduzir, a partir dos dados e das informações recolhidas, que existe uma influência do espaço urbano de qualidade como parte do comportamento social da população, com particular realce dos jovens.

De uma forma sintética e utilizando a abordagem CPTED pode-se concluir o seguinte:

### **No domínio da vigilância natural:**

Os bairros não planificados são urbanisticamente desordenados, com ruelas estreitas, becos e pontos de estrangulamento em termos de mobilidade, curvas e bloqueios que diminuem tanto a mobilidade quando a visibilidade, o conforto e o acesso a bens e serviços sociais de base e mesmo à

chegada de socorro (policiais e corpo de bombeiros ou pessoal de saúde). A forte densificação ocupacional de muitos bairros impede a construção de equipamentos colectivos, nomeadamente de segurança.

Nos bairros das classes médias e altas, onde existe, em regra, um melhor planeamento urbano, os problemas que se colocam prendem-se com a existência de habitações não concluídas em termos de construção, constituindo potencialmente pontos de bloqueio à vigilância natural. De igual modo, alguns desses bairros são contíguos a bairros não planificados com maior presença de actos de violência e de confrontação de gangues sendo, por isso, permeáveis.

### **No domínio do controlo de Acesso Natural**

O uso de mecanismos de controlo natural para acesso a residências individuais e colectivos tem tido um crescimento exponencial em todos os centros urbanos e em todos os bairros com a construção de muros de vedação, grades, etc. Contudo, ainda não existe uma penetração de construção de condomínios fechados e de bloqueios de ruas e outras acessibilidades.

### **No domínio do reforço territorial**

Os novos bairros, normalmente os mais degradados, acolhem pessoas de origens diferentes, havendo, muitas vezes, poucas afinidades, criando um reduzido sentimento de pertença. Ademais, as construções são precárias e, no mais das vezes, são feitas em terrenos de outrem sem qualquer segurança jurídica. Neste quadro, o apego à comunidade, ao território, como mecanismo de reforço da coesão social e territorial é relativamente débil.

### **No domínio da manutenção e gestão**

Constata-se, com excepção dos centros das cidades e dos bairros resultantes de um processo de planeamento e ordenamento prévios, que a grande maioria dos bairros das cidades do país, são extremamente precárias, degradadas do ponto de vista físico e ambiental, não atractivos e, mesmo, repulsivos. Esta imagem de bairros cinzentos, desorganizados, sujos rapidamente cria um efeito de contaminação não apenas ao espaço em si mas também às suas gentes. O imaginário social rapidamente tende a associar esses bairros ao que é socialmente negativo.



Acresce, igualmente, que em muitos bairros das classes populares os equipamentos colectivos existentes não são assumidos como pertença da comunidade levando á sua vandalização e deterioração. Ademais, a visibilidade nesses bairros tende a estar comprometida pela própria forma de ocupação desordenada do espaço, dificultando qualquer tipo de controlo social e deixando o espaço de funcionar como um panóptico.

Do ponto de vista organizacional, a manutenção dos espaços públicos e das infra-estruturas colectivas é praticamente inexistente na grande parte desses bairros.

## **B. No domínio da segurança**

### **Aparente redução de crimes Contra Pessoas**

Verifica-se do ano de 2008 para 2009 uma ligeira redução de crimes Contra Pessoas mas em relação aos crimes graves, que, exactamente mexe mais incisivamente com o sentimento de insegurança da população, tal já não acontece. Neste caso, o sentido é inverso e é de um apreciável aumento

A explicação para essa dicotomia está no facto de haver uma comunicação cada vez menos de casos às Polícias quando estes são de menor gravidade e de pouco efeito social e a mesma coisa já não acontece quando os crimes são graves ou violentos.

Nos casos graves a vítima faz, por via de regra, a comunicação às autoridades competentes ou esta comunicação é feita por terceiros não só em obediência às normas estabelecidas no Código Penal e no Código Processual Penal ou ainda por mera noção de dever cívico por parte de alguns membros da sociedade civil, ou mesmo de solidariedade.

### **Aumento dos crimes Contra o Património**

Do ano de 2008 para 2009 a Polícia Nacional registou um aumento nos crimes contra o património em 1047 casos, ou seja, de 9,25%. Recorde-se, no entanto, que estes registos também são feitos pela PJ e neste caso houve alguma redução dos crimes CCPT comunicados, mas no cômputo geral a tendência foi de aumento, quando somados os dois valores.

### **Aumento dos crimes Contra o Património em relação aos crimes Contra Pessoas**

Existe uma frequência maior em Cabo Verde e nos centros urbanos para a prática de crimes contra o património.

Os Crimes Contra o Património são actualmente o grande problema criminal em Cabo Verde. Há mais de uma dezena de anos atrás os Crimes Contra as Pessoas eram mais frequentes em Cabo Verde e os Crimes Contra o Património menos frequentes. Aqueles eram o mais ou menos o dobro destes. Já não é o caso. A situação se inverteu. Desde há muito tempo que os CCPT têm vindo a ser de maior frequência que os CCP ultrapassando de longe estes em cerca de 5000 crimes por ano. Neste momento, a ocorrência de Crimes Contra o Património é uma vez e meia a de Crimes Contra Pessoas. No ano de 1996 os Crimes Contra Património representavam 41,3 % de todos os crimes registados em Cabo Verde e os Crimes Contra Pessoas 58,7%. Dessa data até hoje, o valor absoluto dos tipos de crime foi aumentando mas a aceleração dos CCPT tem sido maior do que a dos crimes CCP. Nesse ano de 1996 os Crimes Contra a Propriedade registados eram em número de 4492 casos. Hoje (ano 2009) são 15792 casos. Um aumento de, cerca de 251%. Actualmente, a situação é inversa: os crimes Contra Pessoas são 42,03% e os crimes Contra o Património são 57,97%. Nos 13 anos que separam estas datas podemos verificar que existe um aumento, em média, dos crimes contra o património de 869 crimes por ano.

### **Aumento dos crimes graves ou violentos**

Os registos de crimes graves ou violentos aumentaram em Cabo Verde nos dois anos do Estudo 2008/2009, do seguinte modo: São Vicente, Praia, Sal, que são, de facto, os centros mais urbanos do país. Embora a Praia e São Vicente estejam em nível aproximado o aumento de crimes graves em Mindelo é maior que na Praia.

### **Média do cometimento de crimes por dia**

São cometidos, em média, em Cabo Verde 76 crimes por dia e desses 43 são crimes contra o património; Dos 76 crimes diários, 24,5 foram cometidos na Praia, 7,5 em S. Vicente, 4,6 no Sal, 3,3 em São Filipe e 2,7 em Santa Catarina, ou seja 42,6 crimes.

### **Tipo de crime versus sentimento de insegurança**

Os dois tipos de crime existentes têm na sua prática duas situações contraditórias que resultam no aumento do sentimento de insegurança. Enquanto os crimes CPP (mesmo os mais graves) acontecem, na mais frequente das vezes, num dado território de dimensão reduzida, isto é, um bairro, um quarteirão, uma rua e são, na sua maioria, resultantes da inter-relação social existente numa dada comunidade e, nestes casos, bastas vezes para não dizer quase sempre os autores e as vítimas se conhecem, já os crimes CCPT o seu território de cometimento é muito mais vasto e aqui os autores e as vítimas não se conhecem, pois aqueles são quase sempre desconhecidos ou então de bairros e áreas diferentes. Uma outra razão tem a ver com a conclusão já vista sobre a inversão da frequência do cometimento de crimes. Os dois tipos criminais aumentaram sempre com o decorrer do tempo, devido a diversos factores, incluindo o crescimento populacional. No entanto, os CPP, de ritmo menos acelerado, foram aumentando ligeiramente ao longo dos anos mas os crimes CCPT aumentaram muito mais rapidamente. O ser humano tem mais medo do que lhe é desconhecido. Primeiro porque não sabe o que lhe pode acontecer em caso de ser vítima de crime, segundo porque poderá perder bens materiais adquiridos, quando não a própria vida. Daí que essa subida constante e anual dos crimes CCPT de 11300 casos em 13 anos ou 869 casos por ano ou de 2,4 casos por dia seja o tipo de crime que mais influência tem sobre esse sentimento de insegurança pelas razões expostas atrás. Medidas mais eficazes e eficientes de prevenção e combate ao tipo de crime terão, certamente, consequências benéficas sobre o sentimento de insegurança, porquanto terá implicações sobre os quatro tipos criminais que mais influenciam esse comportamento: o roubo, o furto, o homicídio e as agressões físicas. A relação de promiscuidade existente na execução desses crimes, com os roubos ou furtos a conduzirem a homicídio ou agressão física e vice-versa não é de se menosprezar. Se juntarmos a esse quadro o consumo de drogas, precursor de actividades criminosas do género, que se agrava à medida que o tráfico de drogas se intensifica, chega-se à conclusão que, também, pela via do combate ao tráfico de droga, poder-se-á chegar a atingir melhores patamares de satisfação dos cidadãos quanto ao sentimento de insegurança.

### **Falta de comunicação e confiança da população**

Na maior parte dos casos de falta de comunicação existirá um sentimento de pouca confiança nas autoridades para a resolução dos casos ou então a vítima acha o seu caso de somenos importância e que por isso não vale a pena a comunicação. Outro facto relevante para esta falha na comunicação residirá na distância existente entre o local onde o crime terá acontecido e a localização das instalações policiais ou judiciais.

### **Armas de Fogo e sua relação com homicídios**

Nos crimes com apreensão de armas de fogo existe uma redução de 5% o que demonstra alguma performance policial na prevenção e combate a esse tipo de crime. Foram apreendidas nos 10 concelhos do estudo em 2008 147 armas de fogo e em 2009 129 e na Praia 57 em 2008 e 16 em 2009. Há uma grande redução de circulação de armas de Fogo na Praia mas nem por isso os homicídios se reduzem no município, antes pelo contrário. Ainda, no país, o crime de homicídio aumenta nesse mesmo período em quase 15% e isso se tomarmos em conta só os dados da PN. Com os dados da PJ os registos são de longe, mas de longe muito maiores. Com base nisso, vê-se que não há uma relação directa entre o porte de armas de fogo e o cometimento de homicídios. Os homicídios, para além da sua ligação com as armas de fogo, também estão muito bem ligados aos crimes de agressão física que não sofreram nenhuma alteração quando comparados os dois anos e que são consequência de brigas, tumultos, alterações entre duas ou mais pessoas, como por exemplo o caso dos thugs ou bandos rivais e nas quais os ferimentos e danos físicos são causados por outros tipos de armas letais ou similares.

### **Maus-tratos à mulher**

Trata-se de um tipo de crime que passou a ter tratamento diferenciado por parte da PN muito recentemente. Veja-se que em 2008 a PN registou 493 casos nos concelhos que interessam ao estudo e que esse número sobe para 724 casos no ano seguinte; um aumento de 331 casos, ou seja cerca de 67%. Com relação aos crimes CCP isso representa cerca de 16,2% de todos os crimes graves registados. Antes disso, esse tipo de crime era registado como agressão física e por essa razão alguns serviços ainda continuam a fazer isso como tal, o que quer dizer que mais

tarde esses resultados poderão vir a evoluir de forma diferente. Pelos registos se pode aferir que acontecem no país, no mínimo, cerca de 2 crimes de maus-tratos contra a mulher por dia em Cabo Verde. Os maiores registos desse tipo criminal acontecem, por ordem decrescente na Praia, Mindelo, São Filipe, Sal, Santa Cruz e Santa Catarina.

### **Tráfico de droga**

Em 2008 foram registados pela PJ e pela PN 309 casos de droga nos concelhos do Estudo RSA e em 2009 282 casos. De todo o modo, o total desses registos indica que acontece, a nível nacional, pelo menos, um caso de crime de tráfico de droga por dia e que a Cidade da Praia é a região onde acontecem mais casos relacionados com a droga em Cabo Verde, seguida por Sal, S. Vicente, depois S. Filipe, Brava e Santa Cruz. Nos outros concelhos, embora existam casos de droga, estes são de ocorrência reduzida. No entanto, porque são concelhos onde a ruralidade é maior, é preciso ter-se em conta que quando existe uma apreensão de droga esta estará relacionada com a produção local, pelo que deve ser dado a este aspecto um tratamento operacional diferenciado por parte das autoridades de prevenção e combate à questão.

Os dados de vitimização mostram que as populações tendem a associar o aumento da violência e da criminalidade com o crescimento do consumo de drogas e do tráfico de drogas nos centros urbanos.

### **Uso de veículo**

Pela sua importância o crime de uso de veículo ou melhor uso indevido de veículo passou a merecer uma particular atenção da parte dos serviços de registo criminal da PN, exactamente porque se trata de um crime que nos últimos anos vem acontecendo cada vez com mais frequência, com particular incidência na cidade da Praia. Esta menção é importante pois se trata de um crime com alguma característica especial em relação à sua duração reduzida, porque esse bem, geralmente, é devolvido ao seu proprietário ou é abandonado algures na cidade. O crime de Uso de Veículo não tem muita expressão nesses centros urbanos quais sejam Porto Novo, Boavista, Tarrafal, Santa Cruz e Brava. A sua maior expressão acontece na Cidade da Praia que possui o maior parque automóvel do país e a maior concentração populacional; mesmo assim existem já casos do género em S. Vicente e Assomada. Particular atenção deve

ser atribuída no aspecto preventivo a Assomada devido à proximidade territorial com a cidade da Praia.

### **Localização de instalações policiais**

Por razões várias, muitas das localizações das instalações policiais nas cidades não têm sido a mais desejável. Existem várias unidades de polícia, (há cidades onde só existe uma só unidade) que estão localizadas nos limites exteriores dessas cidades ou então em espaços onde estão circundados por habitações da população. Essas localizações criam dificuldades às polícias do ponto de vista operacional impedindo-os de, rapidamente acorrer aos pedidos de intervenção num determinado estado de necessidade. Será difícil modificar esse estado de coisas, mas futuramente, elas devem ser melhoradas, através de acções complementares.

Nos centros urbanos mais importantes, designadamente Praia e Mindelo, alguns bairros considerados críticos do ponto de vista de violência não dispõem de instalações policiais e o sistema de rondas ostensivas se têm mostrado insuficiente.

### **Instalações policiais insuficientes**

Constata-se neste instante que há cidades no país e mesmo algumas vilas e bairros onde se nota a necessidade de unidades policiais por quatro razões fundamentais: melhor localização de unidades de polícia, aglomeração populacional dessas áreas, ao desenvolvimento rápido das urbes e ainda ao ambiente criminal existente. Essas instalações servirão, com certeza, como medida de prevenção e combate ao crime. Locais como Assomada, São Filipe, Porto Novo, Pedra Badejo, Achada Lém, Achada Grande. Esses serviços poderão ser da PJ ou da PN conforme as necessidades.

### **Efectivos policiais insuficientes**

O sentimento de insegurança das populações a nível nacional, a obrigação que o estado tem de proporcionar espaços de liberdade e de movimentação aos cidadãos, o aumento dos crimes, principalmente os crimes contra o património, os homicídios, o tráfico de droga e as agressões físicas, estas na sua variante “maus tratos à mulher” que, também, tem vindo a aumentar e por último o facto de muitas unidades policiais não disporem de efectivos em quantidade que

permitam cobrir a sua área de actuação, são motivos, mais do que suficientes para se concluir que existe a necessidade de se melhorar esse quadro.

Em regra, a rácio definida pelas Nações Unidas de um policial por cada duzentos e cinquenta habitantes não é conseguida na maior parte dos centros urbanos, o que denota a existência de um défice, malgrado as acções de formação anuais visando o recrutamento de novos agentes.

## **Recomendações**

Os resultados do estudo permitem identificar um conjunto de recomendações que vão no sentido de, por um lado, permitir um conhecimento mais aprofundado da problemática e, por outro, subsidiar o processo de formulação, implementação e implementação de políticas sociais.

Assim, importa, em primeiro lugar, referir às recomendações gerais e estruturantes e, de seguida, as específicas e sectoriais.

### **I- Recomendações Gerais**

Tratando-se do primeiro estudo realizado em Cabo Verde e que busca entender as dinâmicas relativas às interfaces/implicações do desenvolvimento urbano e da incidência da violência e da criminalidade e, por sua natureza transversal e não longitudinal, os resultados terão que forçosamente ser indicativos e provisórios. Assim, uma observação de ordem geral prende-se com a necessidade de realização de estudos sistemáticos e periódicos sobre a questão e que podem estar inscritos nas competências do Observatório Nacional de Habitação e Desenvolvimento Urbano. De igual modo, sugere-se que, os resultados do presente estudo, nomeadamente as conclusões e as recomendações avançadas possam servir para o arranque de um processo inter-institucional, participativo e com base comunitária, podendo-se utilizar como instrumento de planificação o CPTED.

Neste quadro, impõe-se tomar como pressuposto pensar as políticas urbanas de forma holística e integrada, articulando-se com as demais dimensões económicas, políticas, sociais, securitárias, ambientais e culturais. De igual modo, as políticas públicas de segurança devem estar inseridas num quadro mais vasto das políticas económicas, sociais e de ordenamento do território, uma vez que a violência e a criminalidade constituem, em regra, resultado de situações de exclusão social, familiar, de perturbação psíquica, de abandono, etc.

Estudos sectoriais mais específicos devem ser realizados no sentido de aprofundar, por um lado, a real dimensão da violência, o perfil dos envolvidos e as determinantes do envolvimento em situações de violência e criminalidade. Tais estudos poderiam, em alguns contextos, ser montados como pesquisa-acção, trabalhando a nível dos bairros ou mesmo de grupos sociais bem específicos.

Um observatório de estudos e monitorização da violência urbana poderia ser construído em parceria com Universidades e Instituições de Pesquisa visando, por um lado, a realização de estudos e, por outro o seguimento e avaliação do impacto das políticas públicas e da evolução da criminalidade.

O envolvimento das Organizações Não-Governamentais, das associações comunitárias e de bairros bem como de associações juvenis em actividades de integração e inclusão social nos bairros devem ganhar centralidade no processo de implementação de políticas públicas e estas devem estar alicerçadas, na sua execução, em programas por objectivos com resultados mensuráveis, prevendo-se uma monitorização permanente.

A institucionalização, a nível de cada centro urbano, de um quadro/mecanismo institucional de seguimento e avaliação das políticas, programas, projectos e associais, e que reagrupe representantes das Câmaras Municipais, do Governo, da Sociedade Civil, parece ser fundamental no sentido de assegurar uma abordagem participativa e inclusiva.

## **II- Recomendações específicas**

No domínio do planeamento urbano, sugere-se trabalhar os seguintes aspectos e domínios:

1. Reforço da capacidade de planeamento urbanístico dos municípios é essencial para a disponibilização de lotes para a construção de habitações e de outros serviços sociais de base no domínio da educação, saúde, recreação e cultura;
2. Introdução de uma nova abordagem no processo de formulação e implementação de políticas públicas visando o espaço urbano como um todo e não espaço segregação. Pensar tal problemática de forma contínua e persistente;
3. Infra-estruturação mínima dos bairros como fundamental para garantir as acessibilidades e a mobilidade urbana, mediante a construção de arruamentos, redes de água, esgoto, electrificação e telefonia, proporcionando qualidade de vida aos habitantes;
4. Implementação de programas de financiamento e assistência técnica à construção de moradias de vários standings, em função dos rendimentos das famílias;



5. Planeamento, criação e gestão de bairros que evitem a segregação e estigmatização espacial e social;
6. Requalificação dos bairros construídos assegurando redes de acessibilidade, infra-estruturas de água, saneamento, electrificação e telefonia, bem como de construção de equipamentos sociais e de reabilitação de habitações;
7. Equacionamento dos problemas ligados à iluminação pública e seu financiamento em todos os centros urbanos do país, dando particular realce para os bairros mais sensíveis do ponto de vista da segurança pública
8. Promoção de actividades geradoras de rendimento em simultâneo com a construção de equipamentos como forma de garantir recursos às famílias para a gestão e manutenção pós construção;
9. Desenvolvimento de um projecto-piloto de intervenção na estrutura urbana voltada para a prevenção da insegurança urbana com a devida monitorização dos resultados e depois disseminar a prática para outros bairros ou comunidades;
10. Reforço do processo de implantação da toponímia (sinalização com placas indicativas de ruas, logradouros, praças, parques e prédios públicos e privados);
11. Apostar na diversidade de usos na programação urbanística;
12. Definição das bases de intervenção da instituição policial no quadro do planeamento urbanístico e reforço dos poderes judiciais no processo de planeamento e gestão urbanística, consagrando estudos prévios de impacto social (na vertente da segurança de pessoas e bens), com carácter consultivo ou, eventualmente, vinculativo, de projectos de urbanização e de grandes equipamentos sociais;

#### Planeamento urbano: aspectos institucionais e de articulação intersectorial

Um dos grandes problemas no domínio da gestão do desenvolvimento urbano e da eficiência e eficácia das políticas de segurança tem a ver com o quadro institucional de concepção e implementação das políticas. Visões em regra sectorializadas e, por conseguinte, tópicas tendem a comprometer a qualidade das acções. Aliás, o presente estudo mostrou como uma das grandes fragilidades a reduzida capacidade institucional das organizações governamentais e municipais em matéria de organização e gestão do espaço urbano. Assim, sugere-se:

1. Assumpção global (em termos verticais e horizontais, do governo, municípios, OSC e sector privado) de uma nova abordagem sobre o território;
2. Criação e reforço dos mecanismos de articulação e coordenação intersectorial;
3. Planeamento participativo abrindo-se ao diálogo com a população beneficiária;
4. Reforço do trabalho social no acto de planeamento e projectos de investimento público;
5. Maior integração entre as comunidades locais / dos bairros e as Câmaras Municipais;
6. Promoção do associativismo comunitário nos bairros;
7. Massificação de campanhas de boas práticas comunitárias;
8. Capacitação de quadros autárquicos e líderes comunitários;
9. Desenvolvimento de instrumentos normativos que imponham aos particulares especiais obrigações de defesa da segurança pública, designadamente no que se refere à delinquência do bairro;
10. Fixação da obrigatoriedade nas urbanizações de determinada dimensão dever-se prover uma instalação para a Esquadra do bairro, como condição para autorizar os respectivos empreendimentos.
11. Aprovação e implementação do estatuto especial para a Cidade de Praia;

No domínio da segurança, as recomendações feitas abarcam os seguintes domínios:

#### **Campanhas de prevenção**

- i) Melhorar as campanhas de prevenção e combate ao crime visando a informação e o esclarecimento das populações, de forma a estarem mais sensibilizadas para o problema, contribuindo dessa forma para a redução do sentimento de insegurança.
- ii) Instituir a prática de atribuição de prémios ao melhor bairro e das boas práticas nos domínios da prevenção participativa da insegurança urbana;

#### **Articulação e coordenação**

- i) Estabelecer um programa ou projecto para envolvimento da sociedade civil, das Câmaras Municipais, as ONG e outras Associações Comunitárias de jovens ou

adultos com o fim de melhorar as relações entre as autoridades policiais e essas instituições e contribuir para o aumento da articulação e cooperação que devem existir, pois, dessa forma, ficará muito mais fácil abordar os desafios que a criminalidade impõe.

### **Novas unidades policiais**

- i) Criação e instalação de unidades policiais da Polícia Judiciária nos concelhos de Santa Catarina e São Filipe, com sedes nas cidades dos dois municípios e da Polícia Nacional em Achada Lém, de Santa Catarina de Santiago, a norte da Cidade de São Filipe, em Achada Grande na Praia, a sul da Cidade de Porto Novo.
- ii) Mapeamento da violência e de equipamentos policiais.

### **Relocalização de unidades de polícia**

- i) A criação e instalação de novas unidades policiais bem como a sua dotação de meios materiais e efectivos poderão resolver a questão relacionada com a má localização actual de algumas unidades e assim contribuir para que o crime seja prevenido e combatido a montante.

### **Reforço de meios humanos**

- i) Dotar, prioritariamente, de mais efectivos as unidades policiais da PJ na ilha da Boavista e São Vicente e as da PN em Nova Sintra, Porto Novo, Pedra Badejo, Santa Maria, Fonte Inês, Monte Sossego, Achada São Filipe, Eugénio Lima e Assomada.

### **Novos meios materiais**

- i) Dotar de mais meios materiais, equipamentos e de logística as unidades policiais junto das instalações portuárias e dos aeroportos internacionais do Sal, Boavista, São Vicente e Praia, melhorando as suas capacidades de scanner,

busca, revista e localização de droga, estupefacientes, contrabando, armas de fogo e explosivos.

### **Capacitação de Quadros**

- i) Realizar programas ou projectos de formação dos efectivos policiais através de seminários, palestras, novas especializações, conferências, ateliers, visitas de estudo para troca de experiências.

### **Polícia de Proximidade**

- i) Estabelecer programas de policiamento de proximidade com o objectivo duma maior aproximação às comunidades, particularmente escolas, jovens, mulheres, idosos e outros grupos vulneráveis, incluindo a criação de centros/subcentros e guias de prevenção participativa da insegurança urbana;
- ii) Criação de sistemas de vigilância comunitária que poderão colaborar com as autoridades no combate e prevenção de violência; Os sistemas de circuito fechado de televisão já são amplamente utilizados em edifícios;
- iii) Incentivo e apoio à criação de grupos de vigilância natural nas comunidades;
- iv) Criação da polícia municipal, com acções muito específicas e complementares à polícia nacional, fazendo cumprir o código de postura municipal.

### **Cooperação Internacional**

- i) Melhorar as parcerias existentes (Interpol, GIABA, França, Portugal, Espanha, EUA) em matéria de cooperação internacional objectivando as necessidades policiais de prevenção e combate ao crime e estabelecer novas parcerias com as congéneres do Brasil e da África Ocidental, mais particularmente com as cidades com as quais temos relações comerciais, incluindo ligações marítimas e voos regulares.

## Bibliografia

- Berger, Peter & Luckmann, M. A construção social da realidade, R.J. Vozes, 2000
- Bordonaro, Lorenzo. 2010, *Semântica da Violência Juvenil e repressão policial em Cabo Verde*, Revista Direito e Cidadania, Ano XI, N. 30, V Número Especial, p.169-190, Praia.
- Cardoso, Kátia. O que há de global na violência colectiva juvenil na Cidade da Praia? Algumas pistas iniciais de reflexão. Revista de Estudos Cabo-Verdianos, nº 2, 2009;pp.
- Costa, Ana Paula Borges da Silva, Câmara da Praia: saneamento do meio e as construções clandestinas. Praia, UniPiaget, memória de Licenciatura, 2005.
- Cozens, Paul Michael, Saville, Greg & Hillier, David. Crime prevention through environmental design (CPTED): a review and modern bibliography
- Furtado, Emanuel António Rodrigues. A expansão da cidade da Praia, na década de 1990-2000. Crescimento espontâneo e pobreza urbana. Praia, UniPiaget, memória de Bacharelato, 2008.
- Huff, Darrell, How to lie with statistics, London, Penguin Books, 1973.
- ICM. Estudo sobre a aplicação da legislação de Menores em Cabo Verde. Praia, ICM; 2005
- MDHOT/DGDAL, Estudo económico e financeiro dos Municípios de Cabo Verde, 2002-2010, Praia, Setembro 2010.
- Melgaço, Lucas de Melo, A geografia do atrito: dialética espacial e violência em Campinas – S.P. S. Paulo, FFLCH/USO, dissertação de mestrado, 2005.
- National Crime Prevention Council. Crime Prevention Through Environmental Design: Guidebook. Singapore, October, 2003.
- Roque, Silvia & Cardoso, Katia. Entre a marginalização e a securitização: jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Comunicação apresentada ao VII Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, Setembro de 2010.
- Santos, José Rodrigues. “Problema Social”, “Problema sociológico”: A propósito das noções de “problema social” e “problema sociológico. In: [http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/jrsantos\\_problema\\_social\\_problema\\_sociologico.pdf](http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/jrsantos_problema_social_problema_sociologico.pdf), consultado em 30/03/2011.
- Tylor, Ralph. Crime Prevention through Environmental Design (CPTED): Yes, No, Maybe, Unknowable, and All the Above. (Prevenção de Crimes através do Projeto Ambiental: Sim, Não, Talvez, Não se pode saber, e Todas as Alternativas Acima1)
- UNODC/MJ/CCCD, Estudo sobre crime corrupção em Cabo Verde, Praia, UNODC, 2007

## **FONTES DE REFERÊNCIAS GERAIS**

Fórum Nacional de Consenso sobre o combate a violência / por uma cultura de paz e tolerância -  
Jornal Online A Semana do dia 20 de Abril de 2010.

Alfa Comunicações - Jornal Online, com o artigo -Pelos Trilhos da Violência Juvenil e Urbana de 28  
de Fevereiro de 2008.

Panapress, Jornal Online com o artigo - Cabo Verde toma medidas contra o aumento da  
Criminalidade, de 2 de Março de 2010.

## ANEXOS

**Anexo 1:**

**Tabela 48. Existência de grupos juvenis organizados por centro urbano**

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Sim	22 19,8%	195 39,7%	8 9,1%	11 40,7%	3 15,0%	11 21,6%	10 8,4%	635 79,1%	38 30,6%	0 0,0%	933 49,2%
Não	50 45,0%	104 21,2%	67 76,1%	16 59,3%	14 70,0%	18 35,3%	77 64,7%	88 11,0%	27 21,8%	62 98,4%	523 27,6%
NS/NR	39 35,1%	192 39,1%	13 14,8%	0 0,0%	3 15,0%	22 43,1%	32 26,9%	80 10,0%	59 47,6%	1 1,6%	441 23,2%
Total	111 100,0%	491 100,0%	88 100,0%	27 100,0%	20 100,0%	51 100,0%	119 100,0%	803 100,0%	124 100,0%	63 100,0%	1897 100,0%

**Tabela 49. Grupos juvenis organizados e provação de distúrbios**

	Concelho									Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	
Sim	21 95,5%	160 80,4%	4 50,0%	11 100,0%	3 100,0%	9 81,8%	8 80,0%	565 88,8%	36 92,3%	817 87,0%
Não	0 0,0%	20 10,1%	3 37,5%	0 0,0%	0 0,0%	1 9,1%	0 0,0%	35 5,5%	1 2,6%	60 6,4%
NS/NR	1 4,5%	19 9,5%	1 12,5%	0 0,0%	0 0,0%	1 9,1%	2 20,0%	36 5,7%	2 5,1%	62 6,6%
Total	22 100,0%	199 100,0%	8 100,0%	11 100,0%	3 100,0%	11 100,0%	10 100,0%	636 100,0%	39 100,0%	939 100,0%



**Tabela 50. Grupos juvenis que roubam e assaltam**

	Concelho								Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	
Sim	1 16,7%	67 77,0%	1 100,0%	2 66,7%	2 40,0%	6 100,0%	274 81,5%	24 82,8%	377 79,7%
Não	1 16,7%	2 2,3%	0 ,0%	1 33,3%	1 20,0%	0 ,0%	7 2,1%	3 10,3%	15 3,2%
NS/NR	4 66,7%	18 20,7%	0 ,0%	0 ,0%	2 40,0%	0 ,0%	55 16,4%	2 6,9%	81 17,1%
Total	6 100,0%	87 100,0%	1 100,0%	3 100,0%	5 100,0%	6 100,0%	336 100,0%	29 100,0%	473 100,0%

**Tabela 51. Inquiridos e o grau de violência à noite**

	Concelho										Total
	Porto Novo	São Vicente	Sal	Boavista	Tarrafal	Santa Catarina	Santa Cruz	Praia	São Filipe	Brava	
Muito violento	1 ,9%	24 4,9%	8 9,1%	1 3,7%	1 5,0%	16 31,4%	0 ,0%	225 28,0%	7 5,6%	2 3,2%	285 15,0%
Violento	12 10,8%	180 36,7%	13 14,8%	8 29,6%	6 30,0%	23 45,1%	10 8,4%	266 33,1%	42 33,9%	0 ,0%	560 29,5%
Pouco violento	61 55,0%	211 43,0%	52 59,1%	15 55,6%	5 25,0%	10 19,6%	29 24,4%	240 29,9%	69 55,6%	5 7,9%	697 36,7%
Sem violência	37 33,3%	70 14,3%	15 17,0%	3 11,1%	8 40,0%	2 3,9%	79 66,4%	71 8,8%	6 4,8%	56 88,9%	347 18,3%
NS/NR	0 ,0%	6 1,2%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 ,8%	1 ,1%	0 ,0%	0 ,0%	8 ,4%
Total	111 100,0%	491 100,0%	88 100,0%	27 100,0%	20 100,0%	51 100,0%	119 100,0%	803 100,0%	124 100,0%	63 100,0%	1897 100,0%

**Anexo 2:**



**Estudo Relação da Organização do Espaço Urbano e a Violência Urbana em Cabo Verde**

**Rapid Situation Assessment (RSA) - Método de Avaliação Rápida**

**QUESTIONÁRIO PARA JOVENS E ADULTOS**

Nº DO QUESTIONÁRIO .....

Nome do Inquiridor: .....

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / 2010

Verificado pelo supervisor: .....

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / 2010

Ilha: .....

Concelho: .....

Cidade/Vila.....

Bairro/Zona.....

## **INTRODUÇÃO**

Estamos a desenvolver uma pesquisa promovida pelo Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território em parceria com o Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, mais particularmente a ONU-HABITAT.

A sua participação neste inquérito é voluntária, mas de extrema importância. Suas respostas nos ajudarão a analisar a situação da violência urbana em Cabo Verde, servindo de base para desenvolver programas de prevenção. Esperamos que aceite participar neste inquérito, pois a sua opinião, como a de muitas outras pessoas que vamos entrevistar, é extremamente importante.

Esta entrevista tomará apenas 15 minutos. Suas respostas vão ser tratadas de forma absolutamente **CONFIDENCIAL** e **ANÓNIMA**.

Você tem alguma questão ou quer pedir algum esclarecimento sobre o inquérito?

Posso lhe fazer algumas perguntas?

O (A) inquirido(a) aceitou responder .... 1; O (A) inquirido(a) recusou responder..... 2 → Fim



## **SECÇÃO A: DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**

1. **Sexo** do(a) inquirido(a)

Masculino..... 1

Feminino.....2

2. **Idade?**

Idade (em anos completos) .   anos

3. **Qual é o bairro de sua residência permanente?**

Zona/Bairro \_\_\_\_\_

**4. Qual é o nível de ensino que você completou?**

1. Nenhum
2. Pré-escolar
3. Alfabetização
4. EBI
5. Secundário
6. Curso médio
7. Superior

**5. Actualmente você se encontra (UMA ÚNICA RESPOSTA)**

1. Desempregado(a)
  2. Empregado (a)
  3. Estudante
  4. Reformado (a)
  5. Incapacitado (a)
  6. Outro
- (ESPECIFIQUE)

---

**6. Qual é o seu estado civil?**

1. Solteiro(a)
2. Casado(a)
3. União de facto
4. Divorciado(a)
5. Separado(a)
6. Viúvo(a)

**7. Qual é a sua religião?**

1. Católica
2. Protestante
3. Adventista
4. Testemunho de Jeová
5. Sem religião
6. Outra

(ESPECIFIQUE)

---

**8. Qual é a sua nacionalidade?**

1. Cabo-verdiana
2. Dupla nacionalidade
3. Outra

(ESPECIFIQUE)

---

**SECÇÃO B: MOBILIDADE ESPACIAL DO INQUIRIDO**

Agora vou-lhe fazer algumas perguntas sobre o bairro onde mora. Por favor, lembre-se que tudo o que você me disser é estritamente confidencial e que ninguém mais saberá.

**10. Desde quando mora nesta casa?**

- a) Até 6 meses
- b) De 7 meses a 2 anos
- c) De 2 anos a 4 anos
- d) De 4 anos a 6 anos
- e) Mais de 6 anos
- f) S/R

**11. Desde quando mora neste bairro?**

- a) Até 6 meses
- b) De 7 meses a 2 anos
- c) De 2 anos a 4 anos
- d) De 4 anos a 6 anos
- e) Mais de 6 anos
- f) S/R

**12. De onde (bairro) veio? \_** (Apenas para os que mudaram de bairro)

**13. A casa onde mora é:**

- a) Própria
- b) Alugada
- c) Cedida
- d) Outra

**(Especifique)**

---

**14. Porque resolveu mudar para este bairro (Apenas para os que mudaram de bairro)? (não ler as alternativas)**

- 1. Proximidade com Parentes e Amigos
- 2. Custo de Moradia nesta área
- 3. Qualidade de Urbanização desta zona
- 4. Outra

**(Especifique)**

---

---

## **SECÇÃO C: EQUIPAMENTOS URBANOS E ÁREAS DE LAZER**

**15. Há espaços destinados ao convívio ou brincadeiras de crianças?**

- 1) Sim
- 2) Não

**16. Que infra-estruturas e equipamentos existem no seu bairro? (LEIA TODAS AS OPÇÕES E ANOTE TODAS AS RESPOSTAS)**

	SIM	NÃO
Ruas asfaltadas .....	1	2
Ruas calcetadas .....	1	2
Ruas de terra .....	1	2
Energia eléctrica .....	1	2
Rede de abastecimento de água .....	1	2
Chafariz .....	1	2
Rede de Esgoto .....	1	2
Escola Primária .....	1	2
Liceu .....	1	2
Jardim Infantil .....	1	2
Centro Comunitário .....	1	2
Polivalente .....	1	2
Campo/placa de futebol .....	1	2
Praça/parque .....	1	2
Esquadra policial .....	1	2

17. Na sua opinião, como estão funcionando os equipamentos comuns/colectivos do bairro?

1. Bem
2. Mais ou menos
3. Mal

Para os que responderam Bem → IR a pergunta P 19

18. Porquê? (*não ler alternativas*)

1. Manutenção não assegurada/feita pelo órgão responsável
2. Forma não adequada de uso pelos moradores
3. Projecto mal concebido
4. Execução inadequada da obra
5. Qualidade não boa dos materiais utilizados
6. Não sabe
7. Outra

(Especifique)

---

19. Sentes falta de outros espaços livres (espaços verdes, praça, etc.)?

1. Sim
2. Não

20. Porquê?

---

---

---

21. No seu bairro houve alguma intervenção/melhoria das infra-estruturas?

1. Sim
2. Não → IR a pergunta P 23



**22. Se sim, em quê?**

1. Arruamento
2. Praça
3. Centro Comunitário
4. Iluminação pública
5. Saneamento
6. Água canalizada
7. Chafariz
8. Outro  
(Especifique)

---

**23. Sente-se identificado com as infra-estruturas construídas/existentes no seu bairro?**

1. Sim
2. Não

**24. Como sente a relação dos vizinhos com estes espaços comunitários/ infra-estruturas (Máximo três alternativas)?**

1. Gostam desses espaços
2. Utilizam esses espaços
3. Não utilizam esses espaços
3. Os espaços não lhes dizem nada
4. Preocupam-se com a boa utilização e sua manutenção
5. Não se preocupam com a boa utilização e sua manutenção
6. Degradam esses espaços
7. Outro

Qual:

---

**25. Na sua opinião, como é a qualidade da iluminação pública?**

1. Boa
2. Mais ou menos
3. Ruim
4. Não sabe

**Para os que responderam BOA → IR a pergunta P 27**

**26. Porquê? (não ler as alternativas)**

1. Número de lâmpadas
2. Manutenção pelo órgão responsável (troca de lâmpadas, avarias, etc.)
3. Execução da obra
4. Qualidade dos materiais utilizados
5. Não sabe
6. Outro

(Especifique)

---

**27. Você usa o telefone (cabine) público?**

1. Sim
2. Não

**SE Não: IR a pergunta P 29**

**28. O telefone público (cabine) funciona bem?**

1. Sim
2. Não

**29. Você participa de algum movimento ou grupo associativo na sua comunidade?**

1. Sim
2. Não

Se não: → IR a pergunta P 31

**30. Se SIM, qual?**

---

**31. Que tipos de actividades a associação/grupo desenvolve?**

1. Actividades desportivas
  2. Actividades culturais
  3. Actividades sociais e de animação sócio-comunitária
  4. Actividades económicas
  5. Outras
- Especifique

**32. Você já participou de alguma actividade colectiva no seu bairro promovida pelos moradores?**

1. Sim

2. Não

**Se não: → IR a pergunta P 34**

**33. Se SIM, para que? (não ler as alternativas)**

1. Limpeza

2. Obras de urbanização

3. Construção de equipamentos (centro comunitário, etc.)

4. Construção de casas

5. Outro

(Especifique)

---

**34. Considera o seu bairro movimentado?**

1. Sim

2. Não

3. Mais ou menos

**Se não: → IR a pergunta P 36**

**35. Se sim ou mais ou menos, a que hora do dia?**

1. Todo o dia

2. Apenas de manhã

3. Apenas à tarde

4. A noite

5. A tarde e à noite

6. Outro

(Especifique)

---

**36. Sente-se comprometido com a conservação dos equipamentos públicos que existem no seu bairro?**

1. Sim
2. Não

37. Se pudesse, que propostas de melhoria faria para o seu bairro?

---

---

---

### **SECÇÃO D: SISTEMA VIÁRIO E ACESSOS**

38. Como vê a integração do seu bairro na cidade?

1. Fácil
2. Com alguma dificuldade
3. Muito Ruim

39. O acesso ao seu bairro/casa pode ser feito de:

1. Qualquer carro
2. Só automóvel
3. Moto e bicicleta
4. Só a pé
5. Ladeira e/ou escadaria

40. Sente-se confortável no acesso à sua casa (só em caso de ladeiras/escadas)?

1. Sim
2. Não

41. Qual a sua opinião sobre os “becos” existentes no teu bairro?

1. Ruim
2. Serve de acesso
3. Aumenta a insegurança

42. Na sua opinião, estes “Becos” devem continuar a existir?

1. Sim
2. Devem servir apenas de acesso às casas
3. Não
4. Só com mais iluminação

### **SECÇÃO E: PERCEÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA**

**43. A questão da violência o/a preocupa?**

1. Sempre
2. Muitas Vezes
3. De vez em quando
4. Raramente
5. Nunca

**44. Na sua opinião, o seu bairro/localidade é geralmente pacífico(a):**

1. Muito pacífico
2. Pacífico
3. Nem pacífico nem violento
4. Moderadamente violento
5. Muito violento

**45. Em relação a três anos atrás, o grau de violência no seu bairro/localidade:**

1. Aumentou muito
2. Aumentou um pouco
3. Permaneceu mais ou menos
4. Diminuiu um pouco
5. Diminuiu muito

**46. Em geral, como você se sente em relação ao crime e à violência quando está sozinho em casa?**

1. Muito seguro(a)
2. Moderadamente seguro(a)
3. Nem seguro(a) nem inseguro(a)
4. Moderadamente inseguro(a)
5. Muito inseguro(a)

**47. Como você se sente ao andar sozinho(a) na sua rua/bairro depois de escurecer?**

1. Muito seguro(a)
2. Moderadamente seguro(a)
3. Nem seguro(a) nem inseguro(a)
4. Moderadamente inseguro(a)
5. Muito inseguro(a)

**48. Qual é a sua opinião sobre o grau de violência no seu bairro no período de manhã?**

1. Muito violento

2. Violento
3. Pouco violento
4. Sem violência

**49. Qual é a sua opinião sobre o grau de violência no seu bairro no período da tarde?**

1. Muito violento
2. Violento
3. Pouco violento
4. Sem violência

**50.- Qual é a sua opinião sobre o grau de violência no seu bairro à noite?**

1. Muito violento
2. Violento
3. Pouco violento
4. Sem violência

**51. Qual é a sua opinião sobre o grau de violência no seu bairro no período de madrugada?**

1. Muito violento
2. Violento
3. Pouco violento
4. Sem violência

**52. Na sua opinião, em que período do ano o seu bairro é mais violento?**

1. Durante o ano todo
2. Entre Novembro e Janeiro
3. Entre Junho e Setembro
4. Nunca
5. Outro período do ano

(Qual?)

---

## **SECÇÃO F: EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA**

53. Nos últimos 12 meses, você ou alguém da sua casa foi vítima de algum crime violento, ou seja, atacado(a) ou assaltado(a)?

1. Sim
2. Não → IR para a P 55

54. Quantas vezes?

55. Nos últimos 12 meses, a sua casa foi assaltada/depredada/estragada?

1. Sim
2. Não → IR para a P 57

56. Quantas vezes?

57. Nos últimos 12 meses, você ou alguém da sua família teve o seu carro roubado, violado ou danificado?

1. Sim
2. Não → IR para a P 59

58. Quantas vezes?

59. Nos últimos 12 meses, você ou alguém da sua família sofreu tentativa de violência ou violação sexual? (Se houve vítimas na família)

1. Sim
2. Não → IR para a P. 63

60. Quantas pessoas foram vítimas

1. Nº de Vítimas
2. N/S
3. S/R

61. Quantas pessoas? (Conhecimento do número de Agressores)

1. Nº de Agressores
2. N/S
3. S/R

62. Quantas vezes?

1. Nº de Vezes
2. N/S
3. S/R

63. Já pensou em mudar de residência devido a problemas de insegurança?

1. Sim
2. Não

64. Alguma vez foi pressionado por alguém para mudar de residência e de bairro sob pena de represálias para si ou sua família?

1. Sim
2. Não

## **SECÇÃO G: AUTORES E CAUSAS DA VIOLÊNCIA**

65. Pensa que os casos de violência acontecidos no seu bairro/localidade são cometidos por:

1. Pessoas de fora do bairro
2. Pessoas do bairro
3. Pessoas do bairro e fora do bairro
4. Outros  
(ESPECIFIQUE)

---

66. Na sua opinião, quem mais tem praticado actos de violência?



1. Jovens
2. Adultos
3. Ambos

67. Em termos de género, quem mais tem praticado violência no seu bairro?

1. Rapazes/Homens
2. Mulheres/Raparigas
3. Ambos

68. Acha que o tráfico de droga tem influenciado o aumento de violência e o cometimento de crimes no seu bairro?

1. Sim
2. Não
3. Não sabe

69. Na sua opinião, quem são os principais autores/responsáveis pela violência?

1. Usuários de drogas
2. Grupos de Jovens
3. Desempregados
4. Meninos de rua
5. Alcoólatras
6. Outro  
(ESPECIFIQUE)

---

70. No teu bairro existem grupos de jovens organizados que praticam actos de violência?

1. Sim
2. Não
3. Não sabe

**Se não ou não saber → IR para a P 76**

71. Quantos grupos existem no teu bairro?

72. Esses grupos provocam distúrbios no bairro?

1. Sim
2. Não
3. Não sabe

**Para os que responderam Não ou Não Sabe → IR para a P. 76**

**73. Nos últimos 12 meses, presenciou confrontos entre grupos rivais?**

1. Sim
2. Não → IR para a P.76

**74. Quantas vezes presenciou?**

**75. Os grupos que existem no teu bairro roubam e praticam assaltos?**

1. Sim
2. Não
3. Não sabe

**76. No teu bairro existem pessoas alcoólatras, usuários de drogas que praticam actos de violência?**

1. Sim
2. Não
3. Não sabe

**77. No teu bairro existem meninos de rua que praticam actos de violência?**

1. Sim
2. Não
3. Não sabe

78. Para você quais são as principais causas da violência? (INDIQUE NO MÁXIMO SEIS CAUSAS)

1. Desemprego
2. Falta de ocupação de tempos livres
3. Falta de educação e acompanhamento dos pais
4. Influência de amigos
5. Uso de álcool e drogas
6. Legislação inadequada ou muito branda
7. Pouca motivação dos efectivos da polícia
8. Insuficiência dos meios policiais
9. Má iluminação pública
10. Pouca motivação dos magistrados
11. Insuficiência de meios para os tribunais e procuradorias
12. Exagero da comunicação social
13. Ausência de políticas públicas de combate à violência e criminalidade
14. Pobreza
15. Problemas familiares
16. Outro  
(ESPECIFIQUE)

---

## SECÇÃO H: ENVOLVIMENTO EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E CRIME

79. Alguma vez, esteve preso(a) devido a actos de violência?

1. Sim
2. Não → IR para a P 81

80. Quantas vezes você já esteve detido(a)?

81. Nos últimos 12 meses, você esteve preso(a) devido a crimes resultantes da violência?

1. Sim
2. Não → IR para a P 85

82. Quantas vezes você esteve preso(a) devido a crimes resultantes de violência nos últimos 12 meses?

83. Alguma vez foi condenado(a) devido a crimes resultantes do uso de violência?

1. Sim

2. Não → IR para a P 85

84. Quantas vezes você já foi condenado(a) devido a crimes resultantes do abuso sexual?

## SECÇÃO I: MEDIDAS DE PROTECÇÃO E SEGURANÇA

85. Com que regularidade vê a polícia a visitar o seu bairro?

1. Pelo menos uma vez por dia

2. Pelo menos uma vez por semana

3. Pelo menos uma vez por mês

4. Menos de uma vez por mês

86. Na sua opinião, a polícia está a fazer um bom trabalho para assegurar a segurança no seu bairro?

1. Sim, muito bom trabalho

2. Sim, um bom trabalho

3. Um trabalho razoável

4. Não, um mau trabalho

5. Um péssimo trabalho

87. Se comparar com os anos anteriores, sente que o trabalho da polícia no seu bairro está:

1. Muito melhor

2. Melhor

3. Na mesma

4. Pior

5. Muito Pior

Para os que responderam 1, 2 3 e 3 → IR para a P 89

88. Enumere, na sua opinião, no máximo, três razões que explicam o mau serviço prestado pela polícia no seu bairro?

---

---

---

89. Faz ou tem feito alguma coisa para prevenir ou evitar a violência no seu bairro?

1. Sim
2. Não

90. O que você ou alguém da sua família tem feito para diminuir a violência e o crime no seu bairro?

1. Comunica os casos de violência ou crimes às autoridades
2. Construiu muros de proteção e sistemas de vigilância
3. Possui guardas
4. Tem cães de guarda
5. Outro  
(ESPECIFIQUE)

91. Indique, na sua opinião, três medidas que os responsáveis políticos deveriam tomar para diminuir os casos de violência e criminalidade, no seu bairro:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

FIM da entrevista

**Obrigado pela sua cooperação nesta pesquisa**

**Anexo 3:**



**Estudo Relação da Organização do Espaço Urbano e a Violência Urbana em Cabo Verde**

**Rapid Situation Assessment (RSA) - Método de Avaliação Rápida**

**QUESTIONÁRIO PARA JOVENS E ADULTOS VITIMAS E AGRESSORES**

Nº DO QUESTIONÁRIO.....

Nome do Inquiridor: .....

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / 2010

Verificado pelo supervisor: .....

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / 2010

Ilha: .....

Concelho: .....

Cidade/Vila.....

Bairro/Zona.....

## **INTRODUÇÃO**

Estamos a desenvolver uma pesquisa promovida pelo Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território em parceria com o Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, mais particularmente a ONU-HABITAT.

A sua participação neste inquérito é voluntária, mas de extrema importância. Suas respostas nos ajudarão a analisar a situação da violência urbana em Cabo Verde, servindo de base para desenvolver programas de prevenção. Esperamos que aceite participar neste inquérito, pois a sua opinião, como a de muitas outras pessoas que vamos entrevistar, é extremamente importante.

Esta entrevista tomará apenas 15 minutos. Suas respostas vão ser tratadas de forma absolutamente **CONFIDENCIAL** e **ANÓNIMA**.

Você tem alguma questão ou quer pedir algum esclarecimento sobre o inquérito?

Posso lhe fazer algumas perguntas?

**O (A) inquirido(a) aceitou responder .... 1; O (A) inquirido(a) recusou responder..... 2 → Fim**



## **SECÇÃO A: DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**

**1. Sexo** do(a) inquirido(a)

1. Masculino

2. Feminino

**2. Idade?**

Idade (em anos completos) .   anos

**3. Qual é a Bairro/Zona de sua residência permanente?**

Zona/Bairro \_\_\_\_\_

**4. Qual é o nível de ensino que você completou?**

1. Nenhum
2. Pré-escolar
3. Alfabetização
4. EBI
5. Secundário
6. Curso médio
7. Superior

**5. Actualmente encontra-se (UMA ÚNICA RESPOSTA)**

1. Desempregado(a)
  2. Empregado (a)
  3. Estudante
  4. Reformado (a)
  5. Incapacitado (a)
  6. Outro
- (ESPECIFIQUE)

---

**6. Qual é o seu estado civil?**

1. Solteiro(a)
2. Casado(a)
3. União de facto
4. Divorciado(a)
5. Separado(a)
6. Viúvo(a)



**7. Qual é a sua religião?**

1. Católica
2. Protestante
3. Adventista
4. Testemunha de Jeová
5. Sem religião
6. Outra

(ESPECIFIQUE)

---

**8. Qual é a sua nacionalidade?**

1. Cabo-verdiana
2. Dupla nacionalidade
3. Outra

(ESPECIFIQUE)

---

**9. Com quem mora? (LEIA TODAS AS OPÇÕES E ANOTE TODAS AS RESPOSTAS)**

1. Sozinho/a
  2. Com a mulher/marido/filhos
  3. Com os pais
  4. Com amigos
  5. Outro
- (Especifique)

**10. A casa ou quarto onde mora é:**

1. Própria
2. Alugada
3. Cedida

## SECÇÃO B: VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA

Agora vou-lhe fazer algumas perguntas sobre a violência no bairro onde mora. Por favor, lembre-se que tudo o que você me disser é estritamente confidencial e que ninguém mais saberá.

### 11. O bairro onde mora é?

1. Calmo
2. Violento
3. Muito violento

**Se a resposta for CALMO IR para a P 15**

### 12. O seu bairro sempre foi violento?

1. Sim
2. Não

**Se a Resposta for NÃO IR para a P 15**

### 13. Há quanto tempo passou a ser mais violento?

1. Há menos de um ano
2. Entre dois e três anos
3. Mais de três anos

### 14. Neste momento, o que pensa que está acontecendo com a violência no seu bairro?

1. Vem crescendo
2. Continua na mesma
3. Vem diminuindo

### 15. Quando sai durante a noite no seu bairro, fá-lo:

1. Sozinho
2. Acompanhado

Se a Resposta for SOZINHO/A IR para a P 17

16. Acompanhado por quem:

- a) Marido/esposa
  - b) Filhos
  - c) Irmãos
  - d) Outros familiares
  - e) Amigos
  - f) Vizinhos
  - g) Outro
- (Especifique)
- 

## SECÇÃO C: VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA COMO VÍTIMA

17. Alguma vez, já sofreu algum tipo de violência:

- 4. Sim
- 5. Não

Se a resposta for NÃO IR para a P 26

18. Que tipo de violência:

- 1. Assalto
  - 2. Roubo
  - 3. Agressão física
  - 4. Agressão verbal
  - 5. Sequestro
  - 6. Outro
- (Especifique)
-

**19. Onde ocorreu este acto de violência?**

1. Dentro de casa
2. Na rua da casa onde mora
3. No bairro
4. Fora do bairro
5. Outro  
(Especifique)

---

**20. Em que momento ocorreu:**

1. De manhã
2. À tarde
3. À noite
4. De madrugada

**21. Com quem estava:**

1. Sozinha/o
2. Com o marido/esposa
3. Com filhos
4. Com irmãos
5. Com vizinhos
6. Outro  
(Especifique)

---

**22. Quantas vezes você foi vítima de violência?**

1. Uma vez
2. Duas a 4 vezes
3. Cinco e mais

**23. Quantas pessoas o/a agrediram?**

- a) 1 Pessoa
- b) 2 Pessoas
- c) 3 e mais

**24. Na sua opinião, existe algum factor ou condição do bairro que facilita/facilitou a violência:**

- 1. Sim
- 2. Não

3. Se a Resposta for NÃO IR para a P 26

**25. Na sua opinião, que factores são esses:**

- 1. Falta de iluminação
- 2. Ruas estreitas
- 3. Existência de muitos becos
- 4. Existência de muitos pardieiros
- 5. Inexistência de protecção policial
- 6. Outros  
(Especifique)

---

**SECÇÃO D: AUTORES E CAUSAS DA VIOLÊNCIA**

**26. Na sua opinião, quem são os autores/responsáveis pela violência?**

- 1. Alcoólatras
- 2. Drogados
- 3. Grupos de jovens organizados/bandos
- 4. Desempregados
- 5. Meninos de rua
- 6. Outro  
(ESPECIFIQUE)

**27. No teu bairro existem grupos de jovens organizados/bandos/gang's?**

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sabe

**Se NÃO ou Não Sabe → IR para a P.43**

**28. Quantos grupos existem?**

**29. Você pertence a algum grupo?**

- 1. Sim
- 2. Não

**Se NÃO → IR para a P.32**

**30. Que actividades desenvolvem?**

---

---

---

**31. Esses grupos provocam distúrbios no bairro?**

- 4. Sim
- 5. Não
- 6. Não sabe

**Se NÃO ou Não Sabe → IR para a P.35**

**32. Nos últimos 12 meses, você já presenciou ou participou de confrontos entre grupos rivais?**

- 3. Sim
- 4. Não

**Se NÃO → IR para a P.34**

**33. Quantas vezes?**

**34. Os grupos que existem no teu bairro roubam e praticam assaltos?**

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. Não sabe

**Se NÃO ou Não Sabe → IR para a P.39**

**35. Já realizaram agressões a pessoas e a propriedades:**

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. Não sabe

**Se NÃO ou Não Sabe → IR para a P.39**

**36. Quantas vezes?**

**37. Nesses assaltos, alguém ficou ferido ou faleceu?**

- 1. Sim
- 2. Não

**Se a Resposta for NÃO → IR para a P.39**

**38. Quantas pessoas ficaram feridas ou faleceram?**

**39. Esses grupos já se envolveram em confrontos com outros grupos?**

- 1. Sim
- 2. Não → IR para a P 43

**40. Com que frequência:**

- 1. Sempre
- 2. De vez em quando
- 3. Raras vezes
- 4. Nunca

**41. Quais foram as razões do confronto?**

---

---

---

---

**42. Quais as razões porque esses grupos assaltam e roubam pessoas e propriedades?**

---

---



**43. No teu bairro existem pessoas alcoólatras e/ou drogadas que praticam actos de violência?**

- 4. Sim
- 5. Não
- 6. Não sabe

**44. No teu bairro existem meninos de rua que praticam actos de violência?**

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. Não sabe

**45. Para você quais são as causas da violência? (INDIQUE NO MAXIMO SEIS CAUSAS)**

- 17. Desemprego
  - 18. Falta de ocupação de tempos livres
  - 19. Falta de educação e acompanhamento dos pais
  - 20. Influência de amigos
  - 21. Uso de álcool e drogas
  - 22. Legislação inadequada ou muito branda
  - 23. Pouca motivação dos efectivos da polícia
  - 24. Insuficiência dos meios policiais
  - 25. Má iluminação pública
  - 26. Pouca motivação dos magistrados
  - 27. Insuficiência de meios para os tribunais e procuradorias
  - 28. Exagero da comunicação social
  - 29. Ausência de políticas públicas de combate à violência e criminalidade
  - 30. Pobreza
  - 31. Problemas familiares
  - 32. Outro
- (ESPECIFIQUE)

---

## **SECÇÃO E: ENVOLVIMENTO EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E CRIME**

**46. Alguma vez, esteve preso(a) devido a actos de violência?**

- 3. Sim
- 4. Não → IR para a P.52

**47. Quantas vezes já esteve detido(a)?**

1. 1 Única vez
2. 2-3 vezes
3. 4 e mais

**48. Nos últimos 12 meses, você esteve preso(a) devido a crimes resultantes de violência?**

1. Sim
2. Não → IR para a P.52

**49. Quantas vezes você esteve preso(a)?**

1. 1 Única vez
2. 2-3 vezes
3. 4 e mais

**50. Alguma vez, você foi condenado(a) devido a crimes resultantes do uso de violência?**

1. Sim
2. Não → IR para a P.52

**51. Alguma vez, você já foi condenado(a) devido a crimes resultantes do abuso de sexual?**

- a) Nunca
- b) 1 Única vez
- c) 2-3 vezes
- d) 4 e mais

52. Na sua opinião, o poderia ser feito no seu bairro para diminuir a violência e o confronto entre grupos de jovens rivais?

---

---

---

→ FIM da entrevista

→ **Obrigado pela sua cooperação nesta pesquisa**